



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

(versão 1.3 - 20 de Agosto de 2015)

**DOCUMENTO PARA DEBATE EM SESSÃO  
NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DAS CIDADES  
CAMPUS ZONA LESTE

2015

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Soraya Smaili

**Reitora**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Angélica Minhoto

**Pró-Reitora de Graduação**

**Coordenadora do Projeto Político-Pedagógico do Instituto das Cidades**

Prof. Dr. Pedro Fiori Arantes

**Pró-Reitor adjunto de Planejamento**

**Coordenador do Planejamento de Implantação do Campus Zona Leste**

**Comissão Mista do Conselho Universitário para Implantação do Campus Zona Leste**

**(Resolução nº 93, de 13 de novembro de 2013)**

*Representantes da Unifesp:* Soraya Soubhi Smaili, Maria Angélica Pedra Minhoto, Maria Lucia Formigoni, Pedro Arantes, Aguiar Furuie, Cristina Gabrielloni, Carlos Alberto Bello, Luiz Leduino de Sales Neto, Elaine Muniz Pires, Ramon Brandão. *Representantes do Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste:* Amauri Lima, Ana Martins, Anderson Migri da Cunha, Antonia Sarah Aziz Rocha, Claudio Cobos, Flariston Francisco da Silva Jorge Macedo, Luis França, Marcio de Almeida, Tião Soares, Valter de Almeida Costa, Waldir A. Augusti.

**Coordenação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos**

**(Portaria Prograd n.5 de 15 de maio de 2015)**

*Coordenação geral:*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Angélica Minhoto (Pró-Reitora de Graduação Unifesp)

*Coordenação e vice coordenação PPC de Administração Pública:*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gabriela de Brelaz (Unifesp Osasco) e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia Carvalho de Azevedo (Unifesp Osasco)

*Coordenação e vice coordenação PPC Arquitetura e Urbanismo:*

Prof. Dr. Pedro Fiori Arantes (Unifesp Guarulhos) e Prof. Wilson Ribeiro Junior (PUC-Camp) em cooperação

*Coordenação e vice coordenação PPC Engenharia Ambiental e Sanitária:*

Prof. Dr. Zysman Neiman (Unifesp Diadema) e Prof. Dr. Cledson Akio Sakurai (Unifesp Baixada Santista)

*Coordenação e vice coordenação PPC Engenharia Civil:*

Prof. Dr. Ricardo Moretti (UFABC) e Prof. Dr. Renato Dagnino (Unicamp) ambos em cooperação

*Coordenação e vice coordenação PPC Geografia Licenciatura e Bacharelado:*

Prof. Dr. Jorge Barcellos (Unifesp Guarulhos) e Prof. Dr. Marcos Xavier (Unila) em cooperação

*Colaboração especial com os PPCs de Engenharia:*

Prof. Dr. Yoshiaki Shimbo (UFSCar)

Site:

[www.unifesp.br/campus/zonaleste](http://www.unifesp.br/campus/zonaleste)

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

(versão 1.2 - 19 de Agosto de 2015)

**DOCUMENTO PARA DEBATE EM SESSÃO  
NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2015**

### **SUMÁRIO**

1. APRESENTAÇÃO
    - a. Do Instituto das Cidades
    - b. Do Curso de Arquitetura e Urbanismo
    - c. Dados Técnicos do Curso
    - d. Turnos e Horários de Funcionamento
  2. HISTÓRICO
    - a. Da Unifesp
    - b. Do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste
  3. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS
    - a. Objetivos e Princípios do Instituto das Cidades
    - b. Objetivos e Princípios do Curso de Arquitetura e Urbanismo
  4. TRANSVERSALIDADES E LINHAS INTERDISCIPLINARES
  5. PERFIL DO CURSO, INSERÇÃO E JUSTIFICATIVA
  6. PERFIL DO EGRESSO
    - a. Do Instituto das Cidades
    - b. Do Curso de Arquitetura e Urbanismo
    - c. Campo de atuação profissional
  7. PERFIL DOCENTE
    - a. Do Instituto das Cidades
    - b. Do Curso de Arquitetura e Urbanismo
    - c. Professores, Pesquisadores e Profissionais visitantes
  8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR
    - a. Narrativa e síntese progressiva
    - b. Núcleos Temáticos
    - c. Espaços pedagógicos integrados de ensino (ELO)
    - d. Distinção em relação ao modelo centrado em ateliês de projeto
    - e. Matriz Curricular
-

9. AUTONOMIA ESTUDANTIL E MEMORIAL DO PROCESSO FORMATIVO
10. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
11. INTERCÂMBIO, MOBILIDADE E VIAGENS DE ESTUDO
12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO
13. ATIVIDADES CONVERGENTES NO INSTITUTO DAS CIDADES
  - a. Ensino
  - b. Pesquisa
  - c. Extensão
  - d. Exposição e Fóruns anuais
  - e. Atividades Complementares
  - f. Residência em Cidades
  - g. Dupla diplomação
14. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES
  - a. Gestão Acadêmica do Instituto das Cidades
  - b. Gestão Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo
  - c. Coordenadoria de Gestão de Espaços Pedagógicos
15. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO
  - a. Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem
  - b. Sistema de Avaliação e Renovação do Projeto Pedagógico do Curso
16. COOPERAÇÃO ACADÊMICA
  - a. Cooperação com Escolas e Institutos da Unifesp
  - b. Cooperação com Universidades e Institutos do Estado de São Paulo
  - c. Cooperação com Universidades e Institutos Federais
  - d. Cooperação Internacional
17. ADMINISTRAÇÃO-ESCOLA E PERFIL DOS TAEs
  - a. A administração-escola do campus e seu programa de estágio
  - b. Perfil dos Técnicos Administrativos em Educação - TAEs
18. APOIO AO ESTUDANTE
  - a. Programas e Ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
  - b. Programas e Ações da Pró-Reitoria de Graduação
19. QUADRO DE SERVIDORES DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES
  - a. Docentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo
  - b. Docentes dos demais cursos do Instituto das Cidades
  - c. Técnico Administrativo em Educação -TAEs do Campus Zona Leste
20. INFRAESTRUTURA DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES
21. EMENTÁRIO
22. REFERÊNCIAS
23. ANEXOS
  - a. Documentos Orientadores para a Construção do PPPC
  - b. Documentos Autorizativos do MEC e Unifesp para abertura do Curso
  - c. Regulamento e Normas para elaboração do TCC

## 1. APRESENTAÇÃO

### a. Do Instituto das Cidades

A Universidade Federal de São Paulo tem o compromisso de continuar a expansão do ensino superior público no Estado com menor porcentagem de vagas públicas por habitante e recebeu a incumbência da Presidenta da República, em agosto de 2011 (quando anunciados 47 novos campi federais no Brasil), de implantar três novos campi. Destes, o Campus Osasco já se encontra em pleno funcionamento e, em 2014 foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Universitário a implantação do Campus Zona Leste, em terreno desapropriado pela Prefeitura em 2013.

Ao longo de 2013 e 2014, com participação de especialistas do Brasil e do exterior, de movimentos sociais e profissionais de áreas afins, por meio de audiências públicas, seminários e workshops, formulamos a proposta de um Instituto cujo tema estratégico e aglutinador são as cidades e assentamentos humanos – cujos problemas históricos que se perpetuam e se agravam (mobilidade, água e saneamento, moradia, meio ambiente, desafios da gestão integrada de metrópoles, violência, degradação dos espaços públicos, aumento das áreas de risco, desequilíbrios intraurbanos e regionais, imensas desigualdades sócio-espaciais, entre outras) e a necessária pesquisa de soluções são hoje questões decisivas para o futuro das sociedades. Tal proposta compreende que a pesquisa, a análise crítica, a formação de profissionais engajados na formulação de novas políticas públicas, no Brasil e no mundo, são fundamentais para a solução destes problemas.

O Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades é resultado desse processo de discussão e mobilização. Sua redação final, aprovada pelo Conselho Universitário em dezembro de 2014, está disponível no site do Instituto ([www.unifesp.br/campus/zonaleste](http://www.unifesp.br/campus/zonaleste)).

A missão do Instituto das Cidades é favorecer espaços de ensino e aprendizagem, pesquisa e extensão, de forma interdisciplinar entre formações complementares, para resolução de problemas urbanos complexos, de modo a conceber, transformar e construir cidades melhores, mais justas e sustentáveis – e tornar-se importante referência regional em redes internacionais de pesquisas em cidades, que tem crescido enormemente, com novos centros não apenas na Europa e EUA, mas também na Índia, China, África e América Latina.

O Instituto das Cidades será formado pelos seguintes cursos de graduação:

1. Administração Pública (bacharelado)
2. Arquitetura e Urbanismo (bacharelado)
3. Engenharia Ambiental e Sanitária (bacharelado)
4. Engenharia Civil (bacharelado)
5. Geografia (bacharelado e licenciatura)
6. Design (bacharelado)
7. Engenharia de Mobilidade e Transportes (bacharelado)
8. Turismo (bacharelado)

Os cursos 1 a 5 já estão autorizados pelo Conselho Universitário da Unifesp e pactuados com o MEC para sua implantação imediata. Os cursos 6 a 8 fazem parte do Projeto Político Pedagógico do Instituto, aprovado pelo Consu, e planejados para abertura futura.

## **b. Do Curso de Arquitetura e Urbanismo**

O curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São Paulo Unifesp é parte do Instituto das Cidades, situado no Campus Zona Leste da capital paulista, em região da metrópole que foi ocupada historicamente pela classe trabalhadora. Reiterando a vocação pública e a integração com os demais cursos de formação acadêmica e profissional do IC vinculados às áreas de conhecimento correlatas à Arquitetura e Urbanismo que pensam, planejam, projetam e transformam as cidades, tem como compromisso descrever, compreender e propor soluções para os problemas que afligem as maiorias desfavorecidas nas cidades.

O curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifesp nasce a partir de uma avaliação das condições de ensino e da prática profissional de arquitetos e urbanistas no século XXI, em contextos de fortes desafios colocados pela crise da urbanização capitalista – intensiva, desigual e insustentável –, e pelo colapso de infraestruturas e serviços de um urbanismo em fim de linha, exigindo a necessária redefinição de políticas e ações em novos rumos, que promovam uma inflexão no modo de pensar, planejar, projetar e construir as cidades, que definam seus aliados em defesa do que é comum, da qualidade de vida em uma cidade mais justa e bela para todos.

De forma mais ampla, pretende investigar crítica e positivamente o processo histórico, o contexto presente e as possibilidades de futuro na relação entre a sociedade e as forças produtivas com a natureza e o território, com o rural e as fontes de energia, água, alimentos e matérias primas que as sustentam. Imaginar soluções para os problemas endógenos da urbanização, como a falta de moradia adequada, de espaços, serviços e equipamentos públicos, de mobilidade urbana, enfim, do “direito à cidade”, sem perder de vista também as causas exógenas.

A ênfase do curso, coerente com os objetivos de uma Universidade Pública, está na vocação pública do arquiteto-urbanista, como profissional orientado para a defesa da cidade e da arquitetura pública como bem comum e direito de todos; mantendo diálogo permanente com os cidadãos, usuários e produtores da cidade, suas entidades representativas e movimentos sociais; com a escolha de temas de ensino, pesquisa e projeto de arquitetura e urbanismo baseados em critérios de relevância, isto é, na definição de problemas que afetam o cotidiano dos trabalhadores; a atuação interdisciplinar e coletiva na resolução de problemas complexos, como os da urbanização, orientará contextos de ensino-aprendizagem inovadores simulando contextos reais; adotará indissociabilidade entre teoria e prática, como princípio formador e integrador das atividades, como fundamento da permanente problematização e pesquisa de soluções por profissionais capazes de agir, simultaneamente, de forma reflexiva e resolutiva; a proposição de tecnologias sociais e sustentáveis, sejam de possibilidades futuras ou de origem em técnicas e saberes ancestrais; a defesa da história dos lugares e da qualidade do ambiente construído como princípios indissociáveis na transformação progressista das cidades em espaços de harmonia, felicidade e bem viver para todos os cidadãos.

Por fim, não se propõe a ser um curso isolado (o que resulta muitas vezes em cursos autorreferenciados) ou derivado/associado como esteve historicamente a arquitetura e o urbanismo com as Escolas de Belas Artes ou Politécnicas. A proposta da Unifesp é reconhecer a inescapável relação da arquitetura e urbanismo com todos os outros fatores e agentes responsáveis pela produção da cidade como elemento determinante do ensino e prática profissional do arquiteto-urbanista contemporâneo. Formar o arquiteto-urbanista é tarefa diferente de formar o engenheiro-arquiteto ou o arquiteto-belartista. Por isso, o curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifesp mantém estreito diálogo com outras formações voltadas a pensar, interpretar e intervir nas cidades (engenharias civil, ambiental, sanitária e de mobilidade, geografia, administração pública, design e turismo), em tecnologia, artes, ciências ambientais, ciências da terra, humanidades e ciências sociais aplicadas e que constituem agora um único espaço de ensino-aprendizagem integrado por um tema complexo e emergente, no Instituto das Cidades da Unifesp.

### c. Dados do Curso

- Dados da Instituição
  - Nome da Mantenedora: Governo Federal, Ministério da Educação
  - Nome da IES: Universidade Federal de São Paulo - Unifesp
  - Lei de Criação: Lei 8.597, de 17 de Dezembro de 1994.
- Nome do Curso: Arquitetura e Urbanismo
- Grau: Bacharelado
- Forma de Ingresso: Anual (Sisu ou transferência)
- Número total de vagas: 120
- Turno (s) de funcionamento: Matutino e Noturno
- Carga horária total do curso: 3796 horas + Estágio obrigatório de 360 horas
- Regime do Curso: Parcial
- Tempo de integralização: 10 semestres (diurno); 12 semestres (noturno)
- Situação Legal do Curso: em elaboração do PPP
- Endereço de funcionamento do curso: Campus Zona Leste. Avenida Jacu-Pêssego, 2630 - Itaquera - São Paulo - SP - CEP 08260-001
- Conceito Preliminar de Curso - CPC e Conceito de Curso – CC: -
- Resultado do ENADE no ultimo triênio: -
- Política de cotas: reserva de vagas para afrodescendentes, indígenas, estudantes que cursaram ensino médio em escola pública e, dentro desta, um bônus regional para escolas da Zona Leste. [observação: sistema de bônus regional é adotado desde 2009 pela UnB nos campi das cidades satélites e pela UFPE – precisamos avaliar legalidade e implementação]

### d. Turnos e Horários de funcionamento

O Instituto das Cidades contará com cursos de graduação matutinos e noturnos, atividades complementares e pós-graduação no período vespertino, utilizando sua infraestrutura em tempo integral.

#### Organização temporal:

7:00 - Abertura do Campus

7:30 as 8:30 – Café da Manhã

8:30 às 13:00 – Graduação Matutino (4h + intervalo 30 min)

12:00 às 14:00 – Almoço

14:00 às 18:00 – Pós-Graduação, Pesquisa, Cultura e Extensão, Atividades Complementares, Esporte, Estágio Programado

18:00 às 20:00 – Jantar

19:10 às 22:30 – Graduação Noturno (3h + intervalo 20 min)

23:00 - Fechamento do Campus

Funcionamento Administrativo: 9:00 às 18:00 (horário comercial)

Plantão de Manutenção (até as 23:00)

Secretaria de Alunos e Biblioteca: 10:00 às 22:00 (atendimento contínuo por 12 horas)

## 2. HISTÓRICO

### a. Da Unifesp

*[texto padrão está sendo revisto pelo PDI 2016-2020 da Unifesp]*

### b. Do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste

O Campus Zona Leste é resultado não apenas da ação do governo federal e da Unifesp como também da mobilização de movimentos sociais na região para a instalação de universidades públicas que atendam a uma população que hoje supera o número de 4 milhões de pessoas. Na década de 1980, com a redemocratização e a ação de base de diversos movimentos, a zona leste tornou-se um campo importante de mobilização popular pela democratização da cidade e da sociedade. Além das ações em favor da ampliação do acesso à escola de primeiro e segundo graus (hoje ensino fundamental e ensino médio), pela abertura das escolas no período noturno e pela democratização da escola (participação dos estudantes e comunidades na gestão), o movimento defendeu a existência de uma Universidade do Trabalhador, inspirada na pedagogia libertadora de Paulo Freire.

Na década de 1990, representantes dos movimentos da zona leste visitaram os reitores das universidades públicas do Estado de São Paulo, inclusive a Unifesp que, segundo o reitor à época, via a necessidade de expandir a atuação da instituição com a criação de um campus universitário para a zona leste. Em 1996, o reitor Dr. Hélio Egidio Martins (1995-2003) nomeou uma comissão de estudos para efetivar a expansão da Unifesp naquela região, com cursos na área de Ciências Ambientais. A localização prevista para essa expansão da Unifesp era a mesma onde hoje está localizada a USP Leste – EACH. Participaram dessa Comissão representantes da zona leste e da universidade, entretanto a Comissão não teve prosseguimento.

Em 2005, foi inaugurado o Campus Zona Leste da USP, com nove cursos de graduação. Em 2008, o movimento entrega ao então Ministro da Educação Fernando Haddad um documento com a reivindicação de levar uma universidade federal para a região, indicando o terreno da antiga fábrica Gazarra, uma metalúrgica que falira, situada na Avenida Jacu-Pêssego, em Itaquera, próximo à APA do Carmo, para a sua instalação. Em 2011, a Unifesp inicia as negociações para a instalação do campus, quando participa da escolha do terreno da Gazarra, em conjunto com o movimento pela implantação da universidade, a prefeitura e o MEC. O terreno, de 173 mil m<sup>2</sup>, foi leiloado após a falência da fábrica e, poucos meses depois, decretado o interesse público para sua desapropriação, que se consumou apenas em janeiro de 2013.

Em março do mesmo ano, a Câmara Municipal aprovou lei autorizativa de cessão do terreno por 90 anos para a implantação do Campus Zona Leste, como parte do programa atual do MEC de expansão de 47 novos campi. A prefeitura realizou Investigação Confirmatória e agora contrata Investigação Detalhada e Projeto de descontaminação de solo, em função da atividade industrial. A Cetesb segue acompanhando o processo e autorizou a contratação de projetos e obras em parcela do terreno na qual não foram encontrados indícios de contaminação industrial.

Após a realização de três Audiências Públicas sobre a implantação do Campus, realizadas na Câmara Municipal, na Assembléia Legislativa e na Zona Leste, em agosto de 2014 o Conselho Universitário nomeou uma Comissão Mista, com 12 membros indicados da universidade e 12 da sociedade civil. Dentre os trabalhos da Comissão foram analisados e debatidos os cursos de graduação a serem implantados, as atividades de

extensão universitária já em andamento, os projetos de edificações e o cronograma de implantação do campus, para que pudessem ser definidos e aprovados nos conselhos centrais pertinentes e no CONSU.

O Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades foi apresentado e debatido em Seminário nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2014 e aprovado por unanimidade na reunião ordinária do Conselho de Graduação, em 19 de fevereiro de 2014. Em abril, o Ministério da Educação (MEC) manifestou-se favoravelmente ao projeto político-pedagógico do Instituto das Cidades, ratificando a pertinência do tema e o modelo de ensino interdisciplinar proposto. Durante os meses de outubro e novembro de 2014 realizamos um novo seminário para aprofundamento do projeto pedagógico, em duas rodadas, totalizando quatro dias de discussões com 12 colaboradores, sendo cinco internacionais. No início de dezembro, após algumas rodadas de negociação com a Reitoria, o Ministério da Educação, foram definidos os termos de pactuação do Campus (número de cursos, estudantes, professores, técnicos, recursos de custeio, capital e assistência estudantil).

Em sessão histórica do dia 17 de dezembro de 2014, com a presença de representantes do Movimento da Zona Leste, o Conselho Universitário aprovou por unanimidade o novo Campus, com diversas manifestações de apoio ao projeto inovador e estratégico do Instituto das Cidades e todo o planejamento que está sendo feito para sua implantação. No dia 18 de dezembro a Reitora Soraya Smaili foi a Brasília e assinou a pactuação aprovada pelo Conselho, dando oficialmente início ao Campus Zona Leste.

### 3. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

#### a. Objetivos e Princípios do Instituto das Cidades

##### Objetivos:

- Oferecer novos cursos de graduação necessários à consolidação de uma instituição superior plena, que fomentem o desenvolvimento de estudos e pesquisas em uma área de conhecimento estratégica para a Unifesp e para o Brasil, propiciando a participação da universidade no debate global sobre cidades (das megalópoles às pequenas cidades) e assentamentos humanos (vilas rurais, aldeias indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas etc.), seus problemas e soluções;
- Viabilizar as condições acadêmicas, espaciais, temporais e de infraestrutura física e recursos humanos para que os cursos de graduação, pós-graduação e as atividades de extensão relacionadas ao urbano e assentamentos humanos agreguem e desenvolvam saberes e práticas comuns ao seu objeto;
- Tornar-se polo de formação em políticas e tecnologias urbanas, com reconhecimento nacional e internacional, participando de redes internacionais de pesquisa e colaboração na área;
- Ampliar a oferta de cursos de graduação, especialização, pós-graduação e extensão universitária, colaborando para minimizar o desequilíbrio entre oferta privada e pública de ensino superior na zona leste, considerando inclusive a baixa oferta de cursos voltados a essa área na região;
- Promover a formação teórica, prática e interdisciplinar de profissionais e pesquisadores para refletir, produzir novos conhecimentos e tecnologias, planejar, construir e melhorar as cidades, atuando criticamente sobre problemas complexos, tais como:
  - a precariedade das infraestruturas urbanas;
  - a segregação socioespacial e a má qualidade da maior parte dos espaços de moradia e dos equipamentos e serviços públicos;
  - o travamento da mobilidade urbana dirigida pelo favorecimento ao automóvel;
  - a falta crônica de saneamento básico e água potável em determinadas regiões e os problemas de saúde pública;
  - a ocupação irregular de áreas ambientalmente frágeis e a recorrência de catástrofes ambientais que atingem sobretudo os mais pobres.
- Promover, no âmbito local, a interação entre Humanidades, Ciências Exatas, Ciências da Natureza, Arte e Tecnologia, por meio da interdisciplinaridade e da contextualização a ser prevista nas matrizes curriculares dos cursos e ampliar a possibilidade de interação por meio de atividades acadêmicas multicampi;
- Mobilizar métodos de ensino atualizados e inovadores, que estimulem simultaneamente o conhecimento teórico, empírico e experimental, combinando o uso de tecnologias digitais, ateliês de projeto, canteiros de obras experimentais, laboratórios de ciências aplicadas e oficinas de materiais, ofícios e modelos;
- Colaborar com as instituições públicas formuladoras e gestoras de políticas urbanas e territoriais, fóruns de prefeitos e redes de movimentos populares e organizações não governamentais – por meio da pesquisa, extensão, estágio e residência multiprofissional em Cidades.

- Estabelecer relações com o entorno por meio da pesquisa, da reflexão e da ação, articulando a investigação acadêmica com políticas públicas diversas, tendo em vista o desenvolvimento da região. A futura localização do Instituto é propícia: em seu entorno estão combinadas moradias (grandes conjuntos habitacionais, autoconstrução e produção de mercado), indústrias, eixos de transportes, equipamentos comerciais e de lazer/cultura, chácaras remanescentes e áreas de preservação ambiental, síntese complexa de situações recorrentes nas grandes metrópoles brasileiras e do mundo, o que permite ações e investigações locais com caráter de exemplaridade.

### Princípios:

- A **vocação pública**, coerente com os objetivos de uma Universidade Pública orientada pelas demandas sociais e do desenvolvimento nacional, deverá guiar o ensino, a pesquisa e a extensão no Instituto das Cidades, dirigidos às políticas e projetos que fomentem o interesse público, o bem comum, a equidade, a sustentabilidade, a ética, a criatividade e inovação, a economia solidária, em defesa do direito a cidades melhores, mais justas, belas e saudáveis;
- A **defesa da relevância e atualidade** na escolha de temas de ensino, extensão e pesquisa com a definição de problemas que afetam o cotidiano dos trabalhadores, em seus bairros e condições de vida nas cidades, a partir de uma realidade social, espacial e historicamente determinada, local e globalmente, como dado que precede e orienta a intenção e o método de pesquisar e ensinar;
- A **compreensão de que os problemas e soluções sociais devem ser pensados considerando a dimensão territorial dos mesmos**, pois resultam das relações físicas e sociais, de poder, classe, econômicas, étnicas e culturais que constituem o meio construído, enfatizando no ensino, pesquisa e extensão essa condição fundamental da vida cotidiana, dos sistemas ambientais às políticas sociais e de desenvolvimento;
- A **defesa do prazer na relação com o conhecimento**, criando contextos de ensino e aprendizagem que sejam criativos, estimulantes, participativos, colaborativos – em que professor e estudantes construam situações de diálogos motivadoras no encontro com o saber, evitando as práticas e atitudes de opressão, humilhação, sofrimento, competição que muitas vezes caracterizam as formas convencionais de ensino-aprendizagem.
- O ensino, pesquisa e extensão em **interlocução com a sociedade civil e os cidadãos**, com aqueles para os quais a cidade é meio de vida e valor de uso, mantendo uma visão atenta e crítica em relação ao Estado e ao Mercado, a defesa da democracia plena, caracterizando casos, problemas e pesquisando soluções de forma dialógica e cooperativa, ouvindo as demandas, ideias e posições da população e aprendendo igualmente com seu saber e sua inteligência resolutiva em relação às carências cotidianas;
- A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e sua **interlocução com os demais produtores da cidade**, entendendo o profissional formado no Instituto das Cidades como um dos agentes de uma cadeia mais ampla na construção do ambiente urbano, tendo consciência profissional e ética das consequências econômicas, políticas, sociais e ambientais de seus atos, prescrições e projetos para os demais produtores, em suas

condições de trabalho, saúde e segurança, dando-lhe visibilidade, voz e atuando em cooperação, em especial com aqueles que estão nas situações mais vulneráveis – na extração de matérias-primas, na fabricação de materiais de construção e nos canteiros de obra;

- A **atuação interdisciplinar e coletiva** na compreensão e resolução de problemas complexos, como os da urbanização, orientará contextos de ensino-aprendizagem com grupos de estudantes de múltiplas formações (internas ao IC, mas também com as outras unidades e áreas de conhecimento da Unifesp), que deverão levar para sua vida profissional o princípio de atuação cooperativa multidisciplinar na avaliação e enfrentamento dos grandes problemas urbanos;
- A **indissociabilidade entre teoria e prática**, como princípio formador e integrador das atividades de ensino-aprendizagem, evitando a fragmentação do currículo em momentos estanques, com permanente problematização e pesquisa de soluções no sentido de um profissional capaz de agir de forma reflexiva e propositiva de soluções, simultaneamente;
- A **indissociabilidade entre meios e fins**, como meio de evitar a autonomização das soluções em relação aos contextos e problemas reais, a emergência de uma razão técnica e instrumental dissociada das questões substantivas, de modo a sempre emitir juízos de valor, éticos e profissionais sobre as decisões que estão sendo tomadas na execução de projetos e políticas para as cidades.
- A proposição de **políticas e tecnologias sociais e sustentáveis**, em oposição às tecnologias que degradam, exploram e subordinam os trabalhadores e os recursos naturais e impõem situações de insalubridade e sofrimento à totalidade da população, estimulando o ensino, pesquisa e extensão para propor novas e resgatar antigas formas de produção da cidade, desenvolvidas e controladas pelo conjunto dos trabalhadores, sustentáveis social e ambientalmente;
- A **defesa da história dos lugares e da qualidade do ambiente construído** é princípio indissociável na transformação progressista das cidades em espaços de solidariedade, harmonia, felicidade e bem viver para todos os cidadãos, procurando soluções políticas e técnicas que favoreçam cidades que atendam de forma inteligente e criativa as necessidades de suas populações, que preservem de forma viva e integrada sua história e seu patrimônio construído e natural, que reforcem o sentido do seu lugar no mundo, que sejam a expressão de cidades que valorizem seus habitantes e seus contextos sócio culturais.

## b. Objetivos e Princípios do curso de Arquitetura e Urbanismo

### Objetivo principal:

Formar estudantes e futuros profissionais arquitetos-urbanistas com espírito crítico e autonomia intelectual; capacitados a atuar cooperativamente em equipes multidisciplinares, realizar estudos de casos, análise de problemas e a buscar sua resolução projetual com especial atenção para aqueles que afligem a maioria da população; com habilidade para propor soluções fundamentadas, dialógicas e contextualizadas que promovam o direito de todos à cidade, à justiça social, à sustentabilidade urbana e ambiental; com interesse pela arquitetura pública e pela produção de espaços coletivos; capazes de criar habitação social associada à qualidade de vida nos ambientes urbanos e rurais.

### Objetivos específicos:

- Tornar-se um curso reconhecido e de referência nacional e internacional na **formação de arquitetos-urbanistas motivados e preparados para formular e executar políticas públicas em todos os níveis**, do projeto do edifício ao planejamento urbano e regional – tanto para compor competentes corpos técnicos de funcionários do Estado, em seus três níveis (especialmente no municipal), quanto profissionais atuantes em centros de pesquisa e universidades, ONGs, assessorias técnicas a movimentos populares, cooperativas, escritórios direcionados a projetos e obras públicas, estimulando igualmente que participem ativamente das entidades profissionais, fóruns e conselhos de políticas urbanas e habitacionais;
- **Favorecer um ensino-aprendizagem voltado para o arquiteto-urbanista, profissional em que a solução de arquitetura é indissociável da reflexão e ação urbanas** - de modo a garantir uma formação de fato integrada entre pensar e projetar o edifício e a cidade, entendendo que o maior problema a enfrentar não se restringe a soluções internas a lotes ou condomínios, mas à cidade como um todo, ao **déficit de urbanidade**, às condições de acesso à terra, e as políticas públicas envolvidas, de forma não segmentada;
- **Estimular a autonomia intelectual, o pensamento crítico e a imaginação criativa do estudante**, a capacidade de definir progressivamente sua trajetória ao longo do curso, elegendo áreas de interesse, com autoconsciência do percurso formativo, na escolha das atividades acadêmicas (de ensino, pesquisa e extensão), complementares, estágio e intercâmbio, representação estudantil etc. - tornando-se sujeito ativo na sua formação, do primeiro semestre ao trabalho de conclusão de curso;
- Fomentar a integração permanente entre investigação e proposição, teoria e prática, problematização e pesquisa de soluções, experiência vivida e repertórios adquiridos, associando momentos de ateliê, oficina, canteiro, laboratórios, práticas de extensão e de pesquisa, como base para **desenvolver um perfil profissional crítico-criativo de permanente “reflexão na ação”**;
- **Promover a análise das políticas urbanas, seus agentes e interesses, por meio de pesquisa histórica e de uma teoria crítica renovadas** no estudo da produção da arquitetura e da cidade, formulando novas hipóteses e métodos, em especial os dirigidos a compreender e historiar a ação pública, os conflitos na produção social do espaço e a história dos trabalhadores na construção e transformação das cidades;

- **Definir e apoiar temas de pesquisa relevantes socialmente e desenvolvê-los de forma progressiva e sistemática**, fortemente integrada com as atividades cotidianas de ensino e extensão, procurando superar a histórica falta de tradição em pesquisas de alto nível e suas metodologias em arquitetura e urbanismo se comparamos a outras áreas de “ciências sociais aplicadas”;
- **Profissionalizar a docência e valorizar os saberes pedagógicos em arquitetura e urbanismo**, superando o caráter assistemático do professor desse campo (sem formação em pedagogia ou licenciatura), enfrentando tal deficiência tanto com ações institucionais de qualificação e formação continuada quanto por iniciativas individuais e coletivas que partam dos próprios docentes.
- **Fortalecer o caráter extensionista do Instituto das Cidades (extensão como intenção)**, em diálogo com órgãos e serviços públicos, com escolas da rede pública de educação básica, com organizações de trabalhadores e movimentos sociais, cooperativas populares, observatórios e centros de pesquisa e de memória, procurando promover colaborativamente o avanço nas políticas públicas e tecnologias sociais que envolvam a prática da arquitetura e do urbanismo, incentivando a cidadania e o poder dos cidadãos na transformação das nossas cidades e suas condições de vida;
- **Promover a integração interdisciplinar interna ao curso e com os demais cursos do Instituto das Cidades** por meio de núcleos de conteúdos temáticos (semestrais ou bimestrais) voltados para a solução de problemas relevantes em políticas urbanas, estimulando a contribuição do tipo de conhecimento projetual do arquiteto-urbanista em diálogo com os demais estudantes, professores e profissionais do Instituto e seus colaboradores.

#### Princípios:

Compreendendo o projeto, de forma ampla, de prescrição para obra à intencionalidade histórica, como principal instrumento de reflexão e ação, do arquiteto-urbanista, os tópicos apresentados a seguir propõe princípios que norteiam o modo do curso de abordar, ensinar e problematizar a práxis projetual:

- **Projeto como concepção de processo** e não apenas representação/antecipação do produto, reconhecendo em cada tomada de decisão e em cada traço sua dimensão produtiva e construtiva, ética, social, tecnológica e ambiental, com responsabilidade sobre as condições de trabalho, saber, saúde e segurança de todos os produtores da arquitetura e da cidade;
- **Projeto como arquitetura do programa**, respeitando e dialogando com os usuários, estudando e compreendendo suas necessidades sensíveis, fisiológicas, funcionais e espirituais, propondo as melhores soluções espaciais e construtivas, flexíveis, sustentáveis e adaptáveis ao longo do tempo, fáceis de usar e de manter;
- **Projeto como uso consciente dos recursos**, num contexto de escassez, devastação ambiental e aquecimento global, a importância da escolha consciente dos sistemas de infraestrutura urbana, dos sistemas construtivos e materiais, dos sistemas de água, energia e saneamento, na relação com a paisagem e com modos de vida sustentáveis, que questionam o estilo de desenvolvimento com alto consumo energético, baseado em ostentação, diferenciação, obsolescência e enorme produção de lixo;
- **Projeto como acolhimento da diversidade**, reconhecendo que não existe um “homem universal”, observando a condição humana, sua diversidade corporal, etária, étnica, econômica, cultural e de gênero, procurando soluções que atendam a todos de forma inclusiva, democrática e não discriminatória;

- Projeto como reconhecimento de múltiplos saberes**, dos múltiplos sujeitos que constroem e transformam seus lugares, quase sempre sem a presença e necessidade do arquiteto, reconhecendo seus saberes, técnicas e inteligência projetual e construtiva, em especial em situações de informalidade, escassez e falta de recursos;
- **Projeto como agenciamento de forças**, como ação política transformadora do real a partir da cartografia das experiências imanentes do cotidiano das cidades e da vida coletiva, dando visibilidade aos modos de vida que amplificam a autonomia cidadã e a produção do espaço como relação social horizontal;
- **Projeto como produção coletiva e colaborativa**, na qual o arquiteto-urbanista não é o gênio-criador mas parte de um conjunto de idealizadores, projetistas, formuladores de políticas, construtores e cidadãos, procurando dialogar e coprojetar, tomar decisões compartilhadas, fundamentadas e consequentes;
- **Projeto como construção do “comum”**, para além do lote e do edifício isolado, procurando soluções que favoreçam o direito à cidade, aos espaços públicos e coletivos, aos lugares de encontro e troca, às formas de propriedade social, valorizando a dimensão pública da cidade, em direção a uma cidade mais justa e solidária;
- **Projeto como anti-espetáculo**, como pensamento crítico e construção social contrário à sua apropriação e produção como imagem publicitária, fictícia, em geral a serviço de processos de mercantilização e gentrificação do espaço, de arquiteturas da exceção, feitas para cidades à venda no mercado de grandes eventos e *city marketing*;
- **Projeto como experimentação de práticas libertárias**, como pensamento e produção de espaços de desalienação e de confraternização, através de estímulos aos múltiplos sentidos da vida e ao lúdico, entendendo a arquitetura e a cidade também como lugar do encontro, da festa, da expressão dos corpos, como exercício experimental da liberdade;
- **Projeto como experiência estética**, compreendendo a arquitetura e a cidade segundo princípios artísticos e não apenas funcionais, enquanto laboratório de fruição e formação do gosto, respeitando as diferentes culturas, suas linguagens e formas, diversidade e ausência de cânones na experiência sensível da relação cotidiana entre sujeitos, objetos e territórios;
- **Projeto como história**, reconhecendo em todo ato de projetar uma responsabilidade com o seu tempo e com os tempos passados, procurando compreender a história e as memórias da cidade e seus cidadãos, e colaborar para fortalecer o sentido histórico dos lugares em suas múltiplas dimensões espaciais, sociais e culturais;
- **Projeto como estratégia**, avaliando as correspondências entre o interesse público e ação biopolítica do Estado e suas transformações de territórios, combatendo as irracionalidades sistêmicas e a predação mercantil, favorecendo a equidade, a diversidade e a sustentabilidade das cidades;
- **Projeto como tática**, construindo resistências e apresentando novos modos de produzir o espaço colaborativamente, de baixo-para cima (botton-up), enquanto arquitetos-urbanistas que sejam também ativistas das lutas urbanas biopotentes, agenciando processos nos quais a participação não existe separada da decisão;
- **Projeto como visão de futuro**, estimulando a imaginação coletiva e seus "espaços de esperança", através da observação crítica do presente com desdobramentos propositivos, como forma e programa de transformação do status quo, como ação histórica e a partir de sua imanência (e não como visão demiúrgica-autoritária dos “arquitetos-profetas”);
- **Projeto como metaprojeto**, como ação autoreflexiva sobre a prática projetual, projeto como pesquisa, projeto do projeto (ou projeto<sup>2</sup>), investigando seus pressupostos urbanos, programáticos e construtivos;
- **Para além do projeto**, reconhecendo-o como discurso e ideologia, codificação e prescrição, instrumento de dominação e heteronomia, mas também de autonomia e emancipação, por isso com limites e potências, sejam elas reprodutoras ou transformadoras.

#### 4. TRANSVERSALIDADES E LINHAS INTERDISCIPLINARES

Os oito cursos previstos para o Instituto das Cidades são integrados por Abordagens Transversais (comuns a todos) e Linhas Interdisciplinares que fomentam diálogos temáticos.

##### Abordagens transversais

Para tratar de temas que possam nortear a construção da cidadania e a democracia dos profissionais formados pelo Instituto das Cidades por meio do debate de questões que envolvem múltiplos aspectos e diferentes dimensões da vida social, optou-se por priorizar aqueles que apresentam, na atualidade, maior urgência social e que podem favorecer a compreensão da realidade e a participação cidadã. Tratam-se, portando de abordagens que permitam aos alunos desenvolver a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva, superar a passividade para intervir na transformação social de forma responsável. Sua complexidade faz com que nenhuma das unidades curriculares da matriz pedagógica, isoladamente, seja suficiente para abordá-los.

Ao invés de se isolar ou de compartimentar o ensino e a aprendizagem, as abordagens transversais devem se dar de forma que o trabalho nas unidades curriculares seja sistemático e contínuo no decorrer de toda a formação do profissional, possibilitando um tratamento cada vez mais aprofundado das questões eleitas. As Abordagens Transversais resumem dimensões a serem almejadas em todas as atividades de ensino-pesquisa-extensão. São elas:

- 1. Ética, equidade e justiça social**
- 2. Criatividade e inovação**
- 3. Prazer pelo conhecimento**
- 4. Espírito crítico e investigativo**
- 5. Cooperação**
- 6. Diversidade e pluralidade cultural**
- 7. Sustentabilidade**

##### Linhas Interdisciplinares

Já o objetivo das Linhas Interdisciplinares é estimular a convergência em temas de ensino, pesquisa e extensão, metodologias, processos de ensino-aprendizagem na graduação e pós-graduação. Todos os cursos terão representantes em todas as linhas temáticas e vice-versa, de modo a garantir a integração e o diálogo interdisciplinar. Todos os docentes devem fazer parte de um colegiado de curso e de um colegiado temático. Todas as Unidades Curriculares devem estar associadas a uma linha e a um ou mais cursos.

Cada Linha Interdisciplinar contará com um coordenador e um vice-coordenador, responsáveis por promover a implantação da proposta do Instituto das Cidades (IC), em conjunto com os coordenadores e vice-coordenadores dos demais cursos e linhas do IC. O coordenador da Linha será membro da Câmara de

Graduação e deverá encaminhar as demandas da sua linha àquela instância de deliberação. As oito Linhas Interdisciplinares são:

- 1. Estado e Políticas Públicas.** Temas: Teorias e Organização do Estado; Estado, Poder e Sociedade na América Latina; Democracia, participação e controle social; Cidadania e Direitos sociais; Geografia Política, Território e Poder; Interesse Público; Políticas Públicas; Orçamento e Finanças; Direito constitucional e administrativo; Poder Republicano e Burocracia; Teorias e ferramentas do Planejamento e da Administração; Compras públicas e Licitações; Convênios e Contratos; Gestão com Pessoas.
- 2. Cidade e Teorias da Urbanização.** Temas: História das Cidades, da Antiguidade à Contemporaneidade; História das cidades na América Latina; História das técnicas, trabalhadores e ofícios na produção da Cidade; Histórias de políticas setoriais (da Habitação Social, dos Transportes, do Saneamento urbano etc.); Teorias da urbanização; Os processos de urbanização e suas diferenças nacionais e regionais; Sociologia urbana.
- 3. Território e Desenvolvimento.** Temas: Planejamento urbano e regional; Economia Plural, Sociedade e Território; Mercado de emprego e oportunidades de trabalho; Teoria das Regiões; Concepção de grandes infraestruturas de transporte, água, drenagem, saneamento, energia, comunicação; Mobilidade e Logística; Urbanismo e Desenho Urbano; Legislação e direito urbanístico e ordenamento jurídico; Acesso à terra urbanizada; Desenvolvimento local e regional; Economia solidária e território; Desenvolvimento rural, novas tecnologias agrícolas, produção orgânica e agroecológica, ecoturismo e turismo rural; turismo comunitário; Geografia Agrária; Planejamento de Metrôpoles; Demografia; Mercado Imobiliário; Infraestruturas de Turismo.
- 4. Ambiente e Sociedade.** Temas: Cidade e Natureza; Relações entre ambiente urbano e rural; Direito ambiental; Ecossistemas e Biomassa; Paisagem e Paisagismo; Sistemas de Drenagem urbanos; Solos e Geotecnia; Manejo ambiental; Climatologia; Recursos hídricos e hidrologia; Gestão de Resíduos Sólidos (Redução, Reciclagem e Reuso); Controle sanitário do ambiente; Ciclo de Vida de produtos e logística reversa; Biotecnologias; Mercado Verde; Ecoturismo de Base Comunitária.
- 5. Projeto e Produção.** Temas: Projeto do produto e do processo de objetos, edificações, fundações, estruturas e infraestruturas; Gestão de Projetos; Metodologias de Projeto; Materiais e matérias-primas; Sistemas e Instalações prediais e condominiais; Tecnologias construtivas e industriais; Conforto Ambiental (Térmico, Acústico, Lumínico); Ergonomia; Ofícios e Canteiro de Obras; Processos produtivos; Sociologia do Trabalho; Saúde e Segurança do Trabalho.
- 6. Educação, Estudos Culturais e Linguagens.** Temas: Pedagogia, Educação e/na Cidade; Teoria e História da Educação; Metodologia e Didática de Ensino; Estudos Culturais; Patrimônio histórico; Antropologia Urbana; História da Arte; A relação entre cultura e espaço geográfico; Cinema, Arte e Cidade; Literatura, Poesia, Música e Cidade; Teatro e Cidade; Turismo

cultural; Comunicação social e suas linguagens, Mídia e Opinião Pública, Línguas (português, espanhol, inglês); Educação Ambiental; Educação das Relações Étnico Raciais.

- 7. Representação Gráfica.** Temas: Representação gráfica bidimensional e tridimensional, analógica e digital, do objeto, do edifício, território e paisagem; Desenho Livre e Técnico; Comunicação Visual e Artes Gráficas; Geometria e decupagem de objetos; Teoria da Forma e da Percepção; Semiótica; Cartografia Temática; Geoprocessamento, Topografia e Geodésia; Georreferenciamento; Instrumentos de desenho e mapeamento digital (CAD, BIM, GIS, GPS etc.).
- 8. Avaliação, Impacto e Risco.** Temas: Metodologias de Avaliação; Avaliação de políticas públicas; Indicadores; Estatística; Estudos de impacto (social, ambiental, econômico); Análises de Riscos; Órgãos Controladores e Auditorias; Avaliação de Desempenho e Eficiência (do objeto, edifício, infraestruturas e serviços); Custos de operação e manutenção; Pesquisa de opinião; Legislação e ética profissional; Acervos técnicos e documentação de trabalhos realizados.

## 5. PERFIL DO CURSO, INSERÇÃO E JUSTIFICATIVA

A situação dramática de megacidades, como São Paulo, nas primeiras décadas do século XXI, com recorrentes situações de catástrofe, aumento dos padrões de segregação e violência, crise de abastecimento de água, colapso dos aterros sanitários, congestão e travamento da mobilidade urbana, contaminação de solo e ar, problemas crônicos de saúde pública, as condições de trabalho degradantes nos canteiros de obra, a contínua autoconstrução das periferias e encortiçamento dos centros, separação entre moradia e trabalho, calçadas intransitáveis, praças abandonadas e privatizadas, entre outros temas, que exigem da universidade, dos centros de pesquisa, dos órgãos públicos, da sociedade e seus movimentos sociais que sejam procuradas e testadas alternativas e ações concretas.

Para tanto, é decisiva tanto a **redefinição de metodologias de projeto e planejamento urbano**, socialmente referenciadas, baseadas em estudos de caso, problemas reais, com metaprojeto integrando desenho-canteiro, projeto de processo construtivo (tecnologia e canteiro) e arquitetura do programa e da cidade; quanto de um **programa de pesquisa histórica e crítica** da produção social da arquitetura e das cidades (que resgata os espaços e trabalhadores apagados da história oficial dos vencedores da urbanização e seus heróis), a formulação da teoria renovada sobre cidade e sociedade no Brasil (nossa urbanização periférica e dependente), a pesquisa de campo participante (pesquisa-ação) para redescoberta da cidade como invenção urbana cercada de paradoxos, de civilização e barbárie, de modernidade e atraso, de emancipação e dominação.

O curso parte de uma necessária **autocrítica** da nossa profissão (ensino, prática e ideologia), em especial da referência que ainda orienta o desejo (profissional e de ascensão social) dos jovens estudantes e arquitetos e urbanistas em torno da figura mistificada do arquiteto de renome, profissional liberal que define o “traço” do projeto de forma individual e autoral, capa de revista, premiado e incensado – celebridade entre seus pares. Forma arcaica e elitista da prática profissional e baseada em encomendas de artesanato de luxo – campo de exceção montado sobre condições ocultadas de exploração (nos escritórios e nos canteiros). A produção bibliográfica segue a hegemonia das monografias acríticas e que reforçam esse sistema de valores e celebrações fora do lugar da nossa profissão. A falta de debate público, de concursos de projetos, de valorização do arquiteto-urbanista no serviço público e nas políticas públicas (sequer participamos de programas como o Minha Casa, Minha Vida) – é consequência de uma profissão que deixou de influenciar as decisões políticas, urbanas e simbólicas/identitárias do desenvolvimento brasileiro (como fizemos nos anos 1930 a 1960). Nossa irrelevância política e social atual é fruto de uma visão elitista, estreita, autoral da nossa profissão – que precisa ser questionada e transformada.

De outro lado, dos anos 1970 para cá, **o campo de atuação do arquiteto-urbanista modificou-se e complexificou-se**, atuando em diversos setores relacionados a políticas públicas, projetos, mercado imobiliário, vendas, planejamento e obras, na condição de funcionário público (em carreiras pouco valorizadas e que sequer atendem ao piso salarial da categoria), assalariado do setor privado (em geral em posição subalternada na cadeia de tomada de decisões), terceirizado ou precarizado. As faculdades privadas colaboraram para inundar o mercado de novos profissionais, passando de 30 cursos nos 1970 para mais de 300 na atualidade, com uma formação em geral superficial, acrítica e dissociada de pesquisa e extensão. Há, igualmente, uma feminilização da profissão e redução de seus rendimentos – tanto no setor público quanto privado.

Ao mesmo tempo, **o arquiteto-urbanista é profissional estratégico e necessário em uma série de ações de interesse público**, em projetos e obras de equipamentos públicos e habitação social, no planejamento do desenvolvimento urbano e seus instrumentos legais, na aprovação de plantas legais nas prefeituras e demais órgãos competentes, na preparação de termos de referência para licitações de obras e projetos e na fiscalização

subsequente, no manuseio de cadastros multifinalitários e outros dados geoprocessados que embasam taxações, legislações e ações públicas etc..

O impasse entre imagem idealizada da profissão, a inserção no mundo do trabalho real e nas políticas públicas, e a relevância (ou não) para o desenvolvimento do país e de nossas cidades não é pequeno. A resposta a esse quadro é multidimensional e exige uma série de ações complementares, sobretudo mobilizando as entidades de classe, modificando a legislação de licitação de projetos e obras públicas, fortalecendo as carreiras públicas, penalizando a prática profissional informal e/ou ilegal e, de nossa parte, na Universidade Pública, propondo uma renovação na formação do arquiteto-urbanista, dentro do que nos permite e fomenta a LDB de 1996 e as diretrizes do MEC e do CAU para nosso ensino profissional. É possível e necessária a renovação na forma como a profissão se vê e se situa no mercado de trabalho, no setor público e na participação na tomada de decisão em políticas estratégicas para o país. A formação do arquiteto-urbanista dentro de um Instituto das Cidades será, nesse aspecto, um espaço importante e inovador na reconquista e redefinição da importância social de nossa profissão.

O curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifesp faz a defesa da ação coletiva, interdisciplinar, baseada na resolução de problemas, em defesa do direito à arquitetura, à cidade e à cidadania – dentro de um Instituto das Cidades, com outras graduações. A proposta da Unifesp é superar a simples integração com campos de conhecimento das artes ou tecnologias (ou a eterna dicotomia arte e técnica na qual historicamente a arquitetura se debateu em busca de uma síntese), e reconhecer a inescapável relação da arquitetura com todos os outros fatores e agentes responsáveis pela produção da cidade como elemento determinante do ensino e prática profissional do arquiteto-urbanista contemporâneo.

**Formar o arquiteto-urbanista é diferente de formar o engenheiro-arquiteto ou o arquiteto-belartista.** É preciso favorecer um ensino-aprendizagem voltado aos desafios metodológicos e procedimentais que caracterizam a atuação do arquiteto-urbanista, profissional em que a solução de arquitetura é indissociável da reflexão e ação urbana – de modo a garantir uma formação de fato integrada entre pensar e projetar o edifício e a cidade. Por isso, este é um curso de Arquitetura e Urbanismo em diálogo com outras formações voltadas a pensar, interpretar e intervir nas cidades (engenharias civil, ambiental, sanitária e de mobilidade, geografia, administração pública, design e turismo), epistemologicamente associadas à suas áreas de origem em tecnologia, artes, ciências ambientais, ciências da terra, humanidades e ciências sociais aplicadas e que constituem agora um único espaço de ensino-aprendizagem integrado por um tema, o Instituto das Cidades da Unifesp. Ou seja, o curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifesp nasce em diálogo com outras formações e voltado para a compreensão e atuação num problema complexo e que demanda conhecimento convergente, que é a urbanização.

O curso de Arquitetura e Urbanismo e o Instituto das Cidades só são possíveis graças à **política de expansão** das Universidades Federais brasileiras iniciada em 2007 – com as dificuldades e impasses conhecidos, sobretudo nas condições de instalação física e custeio dos novos campi – e encampada pela Unifesp (antiga Escola Paulista de Medicina), que define em conjunto com o governo federal como estratégica a ampliação do ensino público em São Paulo – estado com menor número de vagas públicas por habitante. A Unifesp define sua geografia de localização na Macrometrópole de São Paulo (nas regiões metropolitanas quase conurbadas de São Paulo, Baixada Santista e Vale do Paraíba). E assim parte de uma expansão mais geral do ensino superior público federal – para o qual São Paulo sempre foi refratário, mantendo sua rede própria estadual de grandes universidades – e em particular da Unifesp – que pretende constituir-se também como importante universidade pública nesta região do mundo.

A presença do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Instituto das Cidades na **Zona Leste** da capital também é uma questão relevante e não casual. Trata-se de resultado de uma confluência entre a luta histórica dos movimentos sociais da região por educação (da creche à pós-graduação) – região que é espaço tradicional da classe trabalhadora na metrópole e hoje com 4 milhões de habitantes (mas apenas 2% de vagas no ensino superior público) – e da iniciativa da Unifesp de instalar seus novos campi em regiões periféricas e vulneráveis da macrometrópole – de forma dialogada com os movimentos sociais e especialistas nacionais e internacionais, contextualizada e socialmente referenciada. Em especial, no caso da Zona Leste, a aliança com os movimentos locais foi decisiva para a iniciativa e será para a história desse Campus e seu primeiro instituto – cabendo destaque tanto à luta por educação quanto as demais demandas urbanas na Zona Leste, como a dos movimentos de luta por moradia, com seus grupos de origem, ocupações, mutirões etc..

A localização do Campus na região do Carmo/Itaquera é também estratégica por se tratar de área pouco adensada da Zona Leste e simultaneamente complexa, marcada por bairros autoconstruídos, conjuntos habitacionais, chácaras de agricultura urbana, fábricas, áreas de proteção ambiental, grandes infraestruturas de transportes e drenagem urbana, cultura, comércio e lazer, combinando situações que serão estimulantes do ponto de vista do ensino, pesquisa e extensão e inovação em políticas públicas em diálogo com movimentos sociais – bem como a possibilidade de influenciar o planejamento da ocupação e transformação do seu entorno.

Ao mesmo tempo, o curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifesp é também sucessor de uma **história de iniciativas (muitas delas interrompidas) de formulação de um ensino superior crítico e progressista de arquitetura e urbanismo que data, pelo menos, dos anos 1960**. Momento em que um projeto de formação nacional parecia plausível, mesmo com os paradoxos da construção de Brasília, o contexto de Reformas de Base e da Reforma Universitária permitia o projeto inovador da UnB de Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Edgar Graeff (no curso de arquitetura e urbanismo) e tantos outros (muitos deles cassados e demissionários após o golpe); no Rio Grande do Sul, com a reforma curricular da FAU UFRGS no início dos anos 1960, sob liderança de Demétrio Ribeiro; e aqui em São Paulo com a reforma do curso da FAU USP em 1962, sob coordenação de Vilanova Artigas e Flávio Motta, incluindo desenho industrial, comunicação visual e novas cadeiras na área de história, tecnologia e projeto, dando origem ao projeto do novo edifício construído na cidade universitária – uma faculdade que se preparava para ajudar a pensar e projetar um novo país, das grandes cidades à moradia e objetos que a povoam; todos projetos com clara influência do modelo alemão de Humbolt, da Bauhaus e Ulm.

Com o golpe de 1964, o projeto progressista de ensino de arquitetura, interrompido na UnB e renovado em 1962 na FAU USP, começava a entrar em contradição com seus pressupostos, pois a aposta no desenvolvimento nacional, anti-imperialista, em aliança com a burguesia nacional, tinha caído por terra. Contexto que motivou uma divisão política no novo Fórum de ensino na FAU USP, em 1968, com a presença de um grupo minoritário, mas cada vez mais ouvido, que defendia a crítica ao papel do arquiteto na modernização conservadora e ao desenho como instrumento de dominação – ruptura capitaneada por Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e dissidentes do PCB, alguns já envolvidos na luta armada.

Deste simbólico “racha” e seus realinhamentos surgiram iniciativas experimentais dentro e fora da FAU USP. A primeira, derivada diretamente dos debates de 1968, foi a da FAU Santos, fechada pelo golpe militar em 1971 (com parte dos professores presos), pioneira em atuar com os estudantes em favelas da região como situações-problema e temas de projeto e pesquisa social (dela nasce uma vertente inovadora da sociologia urbana brasileira, no estudo da autoconstrução e suas consequências sociais e econômicas). A segunda, também interrompida, foi a experiência da FAU São José dos Campos, entre 1972-74, herdeira de Santos e também liderada por Sérgio e Mayumi Souza Lima, com a proposta de ateliês integrados e unidades interdepartamentais

com temas de projeto contextualizados aos problemas de desenvolvimento do Vale do Paraíba – foi encerrada por intervenção superior militar. No fim dos anos 1970, dentro da FAU USP, professores e estudantes começaram a projetar nas periferias “ocultas” da Zona Sul de São Paulo, em disciplina do Ateliê Integrado de Projeto, Planejamento e Desenho Industrial, do qual faziam parte Rodrigo Lefèvre, Ermínia Maricato, Walter Ono, entre outros – espaço minoritário mas significativo na FAU, que formou muitos dos que passaram a atuar em políticas urbanas e habitacionais em gestões democráticas após o fim da ditadura militar. Alguns anos depois, no início dos anos 1980, outra iniciativa de mesma filiação foi o Laboratório de Habitação da Faculdade de Arquitetura da Escola de Belas Artes, com um renovado grupo de professores, com ações de ensino, pesquisa e extensão em favelas, construindo novos territórios de ensino e prática profissional – num contexto de emergências de movimentos populares e de formação do PT. A experiência durou 3 anos e foi encerrada após greve dos professores e sua demissão em massa pela direção da escola. Em nova diáspora, uma parte dos professores foi para São Carlos, formar o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia da USP – com um projeto inovador de pesquisa em história da arquitetura moderna e diálogo crítico com as tecnologias e cursos de engenharia; e para Campinas, tanto para a PUC de Campinas quanto para o NUDECRI da Unicamp. As atividades de extensão do Laboratório do L’Habitat vinculado à FAU PUC-Campinas, neste período, voltadas para a assessoria técnica aos movimentos populares de moradia de Campinas e região contribuíram fortemente para o surgimento e consolidação dos núcleos, grupos e cooperativas de assessoria aos movimentos populares que tiveram uma atuação destacada na área de habitação popular na 1ª gestão do PT na Prefeitura de São Paulo. O NUDECRI da Unicamp foi um laboratório responsável por inovações tecnológicas a partir de elementos de construção econômica popular e que projetou as moradias estudantis da própria Universidade entre outros projetos habitacionais. Seria o embrião do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, mas foi atacado e fechado, tendo os Engenheiros civis, com viés mais conservador, assumido o curso de Arquitetura dessa Universidade como parte da Faculdade de Engenharia. Mais recentemente, no início dos anos 2000, outra faculdade com perspectiva progressista no Vale do Paraíba, a UNITAU, com ensino associado a pesquisa e ação direta com movimentos sociais e questões habitacionais sofreu uma demissão em massa. Vários dos professores demitidos eram também assessores técnicos de movimentos populares. Na FAU USP, a partir de 1993, foi realizada a iniciativa mais ambiciosa de canteiro experimental nas escolas paulistas, mas sempre mantido à margem dos eixos estruturantes do projeto pedagógico da escola. Mesmo assim, o Canteiro Antonio Domingos Battaglia, tem inspirado outros canteiros experimentais em Faculdades de arquitetura e urbanismo no Brasil.

Essas são algumas referências da história brasileira e em especial paulista na tentativa de construção de um ensino de arquitetura e urbanismo com perspectiva crítica, contextualizada, em diálogo com movimentos sociais e com ênfase nos problemas urbanos que atingem as maiorias. De 1968 aos anos 1990, quase todas elas foram derrotadas, fechadas ou, as que resistiram, mantendo espaços circunscritos de atuação. A elas nos referimos, pois delas o curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifesp também considera-se herdeiro e interlocutor.

Dos anos 1990 para cá, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Arquitetura e Urbanismo, de 1994 e atualizadas em 2010, bem como a Lei de Diretrizes de Base da Educação, de 1996, abriram novas perspectivas do ponto de vista da legislação e regularização do ensino. De um lado as Diretrizes Curriculares possibilitaram uma certa homogeneização programática da formação, com ênfase no projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo, com a readequação dos cursos mais antigos e a formulação dos novos cursos. Embora não seja possível aferir plenamente o cumprimento da revisão obrigatória dos PPP dos cursos existentes para atendimento das Diretrizes Curriculares, o que se verificou é que, no caso da criação de

novos cursos que se submeteram à avaliação regulatória externa, observa-se o cumprimento, de maneira geral, das DCNs por parte destes. Assim, abriram-se novas possibilidades que têm sido exploradas, substituindo o currículo mínimo por diretrizes curriculares, reduzindo os conteúdos obrigatórios, estimulando organizações curriculares mais flexíveis, interdisciplinares, processuais e voltadas para a uma “cidadania em construção”. No caso da Arquitetura e Urbanismo, a LDB e a DCN a redefinem como campo de conhecimento de “ciências sociais aplicadas”, reconhecendo sua distinção em relação às belas-artes e à engenharia. O curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto das Cidades da Unifesp pretende tomar partido nessa abertura legal que tanto as DCN quanto a LDB permitem e estimulam.

O ciclo mais atual de expansão, em especial no setor público, deu-se com o programa de expansão do ensino público superior (Reuni), de 2009 para cá. O curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifesp está sendo formulado num momento em que se desenvolve uma nova onda de reestruturação de cursos tradicionais como a UFPE, UFRJ, UFRGS e o surgimento de projetos mais inovadores como a UNILA, UFFS e outros, no âmbito do Reuni.

Cabe ressaltar que a retomada da busca de novos paradigmas para um ensino de arquitetura e urbanismo inovador e comprometido socialmente, que é crescente no país no âmbito de algumas das IES públicas, comunitárias e as privadas, reflete um movimento mais amplo que acontece em outros países do continente onde se amplia o número de cursos de arquitetura e urbanismo. Pode se observar, como no caso do Curso de Arquitetura da Universidad Nacional de San Martin (UNSAM), localizado na periferia de Buenos Aires, e na reestruturação de alguns cursos tradicionais, a retomada de propostas pedagógicas voltadas para o atendimento das demandas sociais que tiveram grande repercussão no continente, como as ideias debatidas nos anos 1960-1970 na FAU – UnC (Córdoba, Argentina) especialmente em torno do “Taller Total de Arquitectura”, base das experiências de Ateliê Integrado, Ateliê Vertical, suprimidas pelas ditaduras que se instalaram na América do Sul e que hoje comparecem em vários projetos pedagógicos. Importante registrar neste processo a reestruturação de cursos de referência para o ensino de arquitetura e urbanismo no continente, como no caso da Universidad de la República del Uruguay (UDELAR), da PUCC-Chile, da Universidad Nacional del Chile e a emergência da atuação dos cursos de arquitetura colombianos, notadamente da Universidad de los Andes e da Universidad Nacional de Colombia, sedes Bogotá e Medellín, no campo do urbanismo social, e das políticas públicas focadas, voltadas para a requalificação urbana de áreas de vulnerabilidade social.

## 6. PERFIL DO EGRESSO

### a. Do Instituto das Cidades

O Instituto formará profissionais voltados à garantia da cidade como nexo fundamental dos direitos da cidadania, da defesa do interesse público e do bem comum, do atendimento às maiorias e do desenvolvimento de um país mais equitativo e democrático – resultado do conhecimento integrado das soluções de Geografia, Urbanismo, Arquitetura, Engenharia, Design, Administração Pública e Turismo. O profissional formado no Instituto das Cidades terá formação que alia teoria e prática, com valorização do trabalho criativo e em equipe, desenvolvimento de um pensamento sistêmico, possibilitando que ele aprenda a delinear bem os problemas e seus fundamentos, colocando-os de forma clara, organizada e racional, facilitando a busca e desenvolvimento de soluções sustentáveis do ponto de vista tecnológico, social, ambiental e econômico. Será capaz de pensar e transformar as cidades, sendo ao mesmo tempo ousado em suas ideias, atualizado a respeito do debate internacional e com habilidade para procurar as forças políticas e sociais capazes de promover as transformações necessárias para cidades melhores e mais justas.

### b. Do Curso de Arquitetura e Urbanismo

Trata-se de um profissional com formação humanística abrangente e não especializada, conhecedor da História da Arquitetura e do Urbanismo, observador capaz de valorizar tanto a produção dos arquitetos e urbanistas quanto dos demais construtores da cidade, com seus saberes e práticas. Será um profissional preparado para projetar espaços públicos, equipamentos coletivos (escolas, hospitais, centros culturais, de esporte e lazer, etc.), habitação de qualidade e planejar o crescimento sustentável de modo a induzir, pelo desenho qualificado e contextualizado, a criação de cidades mais belas e funcionais para todos. Terá formação prático-teórica integrada, com experiências construtivas reais, nas oficinas de materiais e ofícios, canteiro experimental e em atividades de campo nas comunidades do entorno. Será um profissional comprometido com a pesquisa, para que possa abordar de modo sistemático – individualmente ou em equipes multidisciplinares – com responsabilidade técnica e social, questões pertinentes ao seu campo de atuação, com formação crítica, criativa e prática, envolvido na resolução de problemas em diálogo com a sociedade e na defesa de uma cidade mais justa, bela e funcional.

#### Habilidades e Competências:

Definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Arquitetura e Urbanismo (2010):

- *o conhecimento dos aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e de todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído;*
- *a compreensão das questões que informam as ações de preservação da paisagem e de avaliação dos impactos no meio ambiente, com vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável;*

- *as habilidades necessárias para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e para realizar construções, considerando os fatores de custo, durabilidade, manutenção e especificações, bem como os regulamentos legais, de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários;*
- *o conhecimento da história das artes e da estética, suscetível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo;*
- *os conhecimentos de teoria e de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico e tendo como objetivo a reflexão crítica e a pesquisa;*
- *o domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infraestrutura e de trânsito, necessários para a concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional;*
- *os conhecimentos especializados para o emprego adequado e econômico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos, para a definição de instalações e equipamentos prediais, para a organização de obras e canteiros e para a implantação de infraestrutura urbana;*
- *a compreensão dos sistemas estruturais e o domínio da concepção e do projeto estrutural, tendo por fundamento os estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções e fundações;*
- *o entendimento das condições climáticas, acústicas, lumínicas e energéticas e o domínio das técnicas apropriadas a elas associadas;*
- *as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades;*
- *as habilidades de desenho e o domínio da geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais;*
- *o conhecimento dos instrumentais de informática para tratamento de informações e representação aplicada à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e ao planejamento urbano e regional;*
- *a habilidade na elaboração e instrumental na feitura e interpretação de levantamentos topográficos, com a utilização de aerofotogrametria, fotointerpretação e sensoriamento remoto, necessários na realização de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e no planejamento urbano e regional.*

Ênfases dadas pelo Curso da Unifesp:

- **conhecimento crítico-propositivo em relação aos problemas da sociedade e das cidades brasileiras**, a enorme iniquidade e desigualdade sócio-espacial, as situações de dependência, conflito e luta social, procurando em cada formulação de planejamento, projeto e tomada de decisão a respeito de processos, instrumentos e ambientes construídos, com arquiteturas e espaços livres projetados que contribuam para o bem estar e a qualidade da vida urbana em cidades mais justas, integradas e sustentáveis;
- **o entendimento do arquiteto-urbanista como profissional em que a solução projetual arquitetônica é indissociável da dimensão urbana**, assim preparado para integrar a concepção e execução de edifícios com o urbanismo e políticas públicas, com o desenvolvimento econômico-social e a sustentabilidade ambiental;
- **formação dirigida para a arquitetura pública e para o contexto situacional conflitivo do planejamento territorial**, informado de aspectos associados à administração pública, orçamento, legislação, demandas, agentes, interesses, riscos, condições de acesso à terra urbanizada, tecnologias construtivas, sustentabilidade, modelos de gestão, implementação e operação de edifícios e serviços públicos relacionados;
- **preparação para o trabalho em equipe, colaborativo, reflexivo e criativo**, na resolução de problemas complexos e interdisciplinares da urbanização e das políticas públicas;
- **preparação para integrar com desenvoltura teoria e prática, meios e fins, projeto e produção, desenho e canteiro**, como profissional que exercitou em sua formação práticas de “reflexão-na-ação” e atividades contíguas de ateliê com oficinas e canteiros, reconhecendo todas as etapas e desafios do processo de concepção e produção na arquitetura e do urbanismo;
- **consciência da responsabilidade na cadeia da construção civil e do impacto das decisões de projeto** sobre as condições ambientais e relações de trabalho da extração de matérias primas ao canteiro de obras, procurando atuar de forma consciente, ética e, sempre que possível, em diálogo e colaboração direta com os demais produtores do ambiente construído;
- **iniciação em pesquisa de alto nível sobre os problemas urbanos**, suas histórias, teorias, práticas e soluções, informação sobre o que há de mais avançado e inovador no Brasil e no Mundo em seu campo de atuação;
- **conhecimento de instrumentos e capacidades de interlocução com a sociedade**, instituições e movimentos, na construção de projetos e planos com participação popular e diálogo com os trabalhadores;
- habilitação para reconhecer o caráter de não-neutralidade da técnica e das relações e decisões político-econômicas, com **preparação para atuar e favorecer contextos de produção não mercantil e solidária da arquitetura e da cidade**, em parceria com comunidades, movimentos sociais e cooperativas, desenvolvendo tecnologias sociais e territórios sustentáveis.

#### d. Campo de atuação profissional

A Lei Nº 12.378/2010 que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, e define, em seu Artigo Segundo as atividades, atribuições e campo de atuação da profissão:

As **atividades e atribuições** do arquiteto e urbanista consistem em:

- I - supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica;*
- II - coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação;*
- III - estudo de viabilidade técnica e ambiental;*
- IV - assistência técnica, assessoria e consultoria;*
- V - direção de obras e de serviço técnico;*
- VI - vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem;*
- VII - desempenho de cargo e função técnica;*
- VIII - treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária;*
- IX - desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade;*
- X - elaboração de orçamento;*
- XI - produção e divulgação técnica especializada; e*
- XII - execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico.*

*Parágrafo único.* As atividades de que trata este artigo aplicam-se aos seguintes **campos de atuação** no setor:

- I - da Arquitetura e Urbanismo, concepção e execução de projetos;*
- II - da Arquitetura de Interiores, concepção e execução de projetos de ambientes;*
- III - da Arquitetura Paisagística, concepção e execução de projetos para espaços externos, livres e abertos, privados ou públicos, como parques e praças, considerados isoladamente ou em sistemas, dentro de várias escalas, inclusive a territorial;*
- IV - do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, restauro, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades;*
- V - do Planejamento Urbano e Regional, planejamento físico-territorial, planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arruamento, planejamento urbano, plano diretor, traçado de cidades, desenho urbano, sistema viário, tráfego e trânsito urbano e rural, inventário urbano e regional, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais;*
- VI - da Topografia, elaboração e interpretação de levantamentos topográficos cadastrais para a realização de projetos de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo, foto-interpretação, leitura, interpretação e análise de dados e informações topográficas e sensoriamento remoto;*
- VII - da Tecnologia e resistência dos materiais, dos elementos e produtos de construção, patologias e recuperações;*

*VIII - dos Sistemas construtivos e estruturais, estruturas, desenvolvimento de estruturas e aplicação tecnológica de estruturas;*

*IX - de instalações e equipamentos referentes à arquitetura e urbanismo;*

*X - do Conforto Ambiental, técnicas referentes ao estabelecimento de condições climáticas, acústicas, lumínicas e ergonômicas, para a concepção, organização e construção dos espaços;*

*XI - do Meio Ambiente, Estudo e Avaliação dos Impactos Ambientais, Licenciamento Ambiental, Utilização Racional dos Recursos Disponíveis e Desenvolvimento Sustentável.*

#### Campos de atuação priorizados pelo Curso da Unifesp:

O curso de Arquitetura e Urbanismo irá apresentar aos estudantes diferentes espaços de atuação profissional ao longo do processo formativo – nas definições de temas, problemas e estudos de caso, visitas de campo, estágios obrigatórios programados, atividades de extensão, convites a profissionais para palestras, workshops e bancas –, em especial os que considera afins aos seus objetivos e princípios. De outro lado, estimulará que profissionais destes espaços de atuação dialoguem e se interessem pelos estudantes e egressos do Instituto das Cidades para programas de estágio, colaborações pontuais ou para integrarem o quadro profissional permanente. São eles:

- a. **Prefeituras**, em diversas secretarias, órgãos e subprefeituras, como responsáveis por questões voltadas ao planejamento territorial, à reforma urbana e à articulação com as demais políticas públicas do município; no desenvolvimento de Planos Diretores e Planos Locais de Habitação de Interesse Social; nas ações em programas habitacionais, de regularização fundiária e requalificação urbana; na ações de proteção do patrimônio histórico e no sistema de museus; em escritórios públicos de projeto, na concepção, licitação, fiscalização, execução de obras, manutenção e requalificação de diferentes equipamentos públicos (escolas, bibliotecas, hospitais, unidades básicas de saúde, centros comunitários, parques e praças, centros culturais, clubes municipais etc) e integrando equipes de projeto de infraestruturas urbanas (sistemas de mobilidade urbana, sistemas de drenagem e infraestruturas verdes, canalização ou renaturação de córregos, contenções, planejamento de redes diversas etc); na coordenação de cadastros técnicos multifinalitários; nos consórcios intermunicipais de políticas urbanas integradas; nas políticas de turismo urbano e cultural etc.
- b. **Órgãos públicos estaduais e federais**, atuando na concepção de políticas e programas urbanos e habitacionais, de mobilidade urbana e meio ambiente, nas ações de patrimônio histórico e requalificação urbana, projetos de equipamentos públicos estaduais e federais, em ações de planejamento metropolitano e definições estratégias de desenvolvimento no território.
- c. **Centros de pesquisa e formulação de políticas urbanas**, ligados a universidade ou entidades civis sem fins lucrativos, que colaboram na reflexão crítica, concepção e avaliação das políticas urbanas e habitacionais e sua implementação;
- d. **Assessorias técnicas à população**, comunidades e movimentos sociais, atuando como profissional autônomo, em ONGs e cooperativas, ou ainda associado a políticas públicas (como o arquiteto-urbanista da comunidade) para realizar projetos participativos e obras com autogestão, em assentamentos urbanos e rurais, na melhoria integral do habitat, dentro de programas públicos que favoreçam a economia solidária e suas tecnologias sociais;

- e. **Escritórios privados voltados a projetos e obras públicas**, integrando equipes interdisciplinares contratadas por licitação para a realização de planos, projetos e obras públicas de todos os portes e complexidades;
- f. **Escritórios privados organizados como empreendimentos de economia solidária**, isto é, como cooperativas (uniprofissionais ou mistas), como meio de produzir para viver;
- g. **Centros de pesquisa laboratórios de tecnologias sustentáveis da construção**, no setor público ou privado, participando da inovação no setor, reprojetoando sistemas, processos e tecnologias, pesquisando novos materiais, reuso, reciclagem e sua aplicabilidade, certificações e práticas sustentáveis em bioarquitetura e infraestruturas verdes;
- h. **Ensino de arquitetura e urbanismo**, realizando pós-graduação e ingressando como professores em cursos públicos e privados, colaborando para irradiar e multiplicar os princípios e objetivos que norteiam o curso da Unifesp e colaborando para uma mudança global na formação em nosso campo.

## 7. PERFIL DOCENTE

### a. Do Instituto das Cidades

- Os docentes do Instituto estarão a ele vinculados, mas deverão estar igualmente associados a pelo menos um dos colegiados de curso. A carga didática de trabalho na graduação será atribuída pela Câmara de Graduação. Os docentes devem participar da elaboração, atualização, consolidação e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, zelando por seu desenvolvimento integral. Em acordo com os objetivos do IC, espera-se que os docentes:
- Sejam graduados e pós-graduados não apenas nos oito cursos que serão oferecidos pelo Instituto das Cidades, mas também sejam atraídos e concursados docentes com formações complementares fundamentais ao projeto político pedagógico do IC, tais como: historiadores, cientistas sociais, filósofos, economistas, advogados, jornalistas, pedagogos, artistas, demógrafos, assistentes sociais, sanitaristas, geólogos, biólogos, físicos, químicos, matemáticos, engenheiros de outras formações (elétrica, mecânica, energia, materiais, produção, computação, etc.), além de técnicos nas diversas áreas relacionadas aos laboratórios e oficinas do IC.
- Desenvolvam atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a formação teórica, prática e interdisciplinar de profissionais e pesquisadores, capazes de refletir, produzir novos conhecimentos e tecnologias, planejar, construir e melhorar as cidades, atuando criticamente sobre contextos complexos;
- Trabalhem na perspectiva da interação entre humanidades, ciências exatas, ciências da natureza, artes e novas tecnologias, por meio da convergência de conhecimentos das diferentes áreas e de forma contextualizada;
- Desenvolvam projetos de interação do IC com outras unidades universitárias da Unifesp, promovendo diversos tipos de atividades acadêmicas multicampi;
- Mobilizem métodos de ensino atualizados e inovadores, estimulando simultaneamente o conhecimento teórico, empírico e experimental, combinando o uso de tecnologias digitais em atividades de laboratório, ateliê, oficina, residência e extensão;
- Participem de acordos de cooperação com instituições públicas formuladoras e gestoras de políticas urbanas e territoriais e de políticas educacionais, além de organizações não governamentais, redes e movimentos populares da região;
- Estabeleçam relações com o entorno do Campus Zona Leste por meio da pesquisa, da reflexão e da ação, articulando a investigação acadêmica com políticas públicas diversas, tendo em vista o desenvolvimento da região;
- Participem de redes nacionais e internacionais de pesquisa e colaboração na área do IC;
- Contribuam com o desenvolvimento do IC e da Unifesp, exercendo atividades de gestão e representação em órgãos colegiados, tais como direção, coordenação, comissões, câmaras e conselhos.

## **b. Do Curso de Arquitetura e Urbanismo**

Complementarmente ao perfil indicado para todo o Instituto das Cidades, solicita-se aos docentes de arquitetura e urbanismo que:

- Tenham visão generalista sobre os problemas da cidades e valorizem e promovam a vocação pública e a função social do arquiteto-urbanista;
- Desenvolvam as atividades de ensino permanentemente articulando teoria e prática, meios e fins, problemas e soluções, escritórios-laboratórios-oficinas, fomentando a formação crítica-criativa e de reflexão na ação;
- Reconheçam os limites e potencialidades dos seus estudantes, estimulando a construção progressiva da autonomia e o protagonismo na definição do processo formativo;
- Em se tratando de profissionais que em geral não tiveram formação pedagógica específica, valorizar como parte da sua profissionalização docente os saberes pedagógicos em arquitetura e urbanismo, superando o caráter assistemático e empírico do professor desse campo, tratando o tema tanto por ações institucionais de qualificação e formação continuada quanto por iniciativas individuais e coletivas que partam dos docentes.
- Tenham flexibilidade para atuação, como docente e pesquisador, não apenas em disciplinas ou campos específicos e delimitados do conhecimento, mas em sinergia com os objetivos e demandas do curso e do Instituto das Cidades;
- Sejam proativos na divulgação, aperfeiçoamento, captação de recursos e fortalecimento dos projetos e espaços pedagógicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifesp em diálogo com todas as instâncias de participação internas e externas à universidade, com outras universidades, nos órgãos de pesquisa e agências de fomento e cooperação, nacionais e internacionais;
- Todos os docentes do curso de Arquitetura e Urbanismo estarão em Regime de Dedicção Exclusiva e deverão dedicar-se a ensino, pesquisa e extensão;
- Devem apresentar projeto de ensino, pesquisa e extensão logo após seu ingresso, para a área em que foram concursados. O projeto será acompanhado e avaliado durante o período probatório pelo Núcleo Docentes Estruturante (NDE) do curso.

## **c. Professores, Pesquisadores e Profissionais visitantes**

- Serão estimuladas atividades em cooperação com colaboradores externos convidados: pós-doutorandos, residentes, professores, pesquisadores e profissionais visitantes;
- Trarão aportes relevantes em questões, métodos, soluções que estão sendo adotadas (ou questionadas) no campo profissional não acadêmico, órgãos públicos, ONGs, assessorias técnicas ou noutras universidades, brasileiras e estrangeiras;
- Poderão realizar atividades pontuais (palestras, workshops, debates, bancas etc.) a convite de professor permanente do curso;
- Participação, sempre que possível, dos colaboradores visitantes nas atividades curriculares regulares do curso;
- Ou ainda atividades de maior duração (cursos, mini-cursos, pesquisa, residência, pós-doutorado etc.), mediante termos de cooperação técnicos específicos.

## 8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

### a. Narrativa e síntese progressiva

O curso contém em si uma linha mestra e várias narrativas complementares, reconhecidas e trilhadas pelos estudantes. A construção de um enredo do aprendizado, a partir de uma narrativa que parte da experiência vivida (mais imediata), faz genealogia e contextualização dos problemas (tempo, lugar e teoria) e estudos de futuro/resolução por meio de ação projetual imaginativa (como práxis). O objetivo é evitar o currículo fragmentado, labiríntico, em que o estudante cumpre tarefas (quando muito), e não constrói autoconsciência e autonomia em **seu processo formativo**.

A narrativa de cada estudante sobre o processo de aprendizado é condensada progressivamente em um documento denominado no Instituto das Cidades de “Memorial” (ver item 9). Este memorial é analisado por tutores e em discussões coletivas ao longo de todo o curso e apresentado, em sua forma final, sintética, junto com o Trabalho de Conclusão de Curso (item 10).

A narrativa é multidimensional, do curso, do estudante e também dos próprios **Núcleos Temáticos** (ver item 8.b.). Cada tema relevante de ensino-aprendizagem tem um movimento, que constitui uma narrativa. Parte do real (situação), seu reconhecimento (problematização) em direção ao projeto (resolução ou aprofundamento do conflito). A reflexão-ação processual é uma metanarrativa, consciente do seu trajeto, meios e fins.

O percurso formativo, do primeiro ao último semestre, propõe igualmente uma **Autonomia e Síntese Progressivas**. Pressupõe que a consolidação dos conhecimentos abordados nos processos de ensino-aprendizagem vivenciados ao longo do curso se dê através de sínteses progressivas realizadas pelo estudante em seu percurso formativo, e integração/interlocução continuada com os demais cursos.

A Síntese progressiva e a construção da autonomia e discernimento ocorre ao longo de uma Unidade Curricular e Bloco Temático, por meio de:

- Cadernos de Vivências de Campo (ver, ouvir e registrar)
- Trânsito por escalas (local, regional e global)
- Trânsito por temporalidades (regressão-progressão no tempo histórico)
- Diálogos entre saberes (intercursos e com saberes “não acadêmicos”)
- Trabalhos e atividades individuais e coletivas (identidade e cooperação)
- Exercícios de resposta rápida em aula (método e intuição fundamentada)
- Estudos e projetos lentos, de acúmulo em reflexão-ação sistemática (profundidade)

Ao longo do curso, o movimento de síntese ocorre com os seguintes vetores:

- Vetor de complexidade dos temas/problemas
- Vetor de técnicas de representação (saber narrar/comunicar/conquistar)
- Vetor de autonomia e escolhas dos estudantes

## b. Núcleos Temáticos

Os núcleos temáticos permitem a articulação entre blocos de unidades curriculares e as múltiplas formas de apreensão de conhecimento no curso em torno de temas-geradores temporais (semestrais ou bimestrais) e problemas de pesquisa e projeto, visando dar melhor organicidade e integração dos conteúdos correlatos e expressando as vertentes principais do Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades e do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

A escolha do tema, de forte potencial pedagógico e relevância são estratégicos para a definição do perfil do curso. Uma escolha nega outra, afirma uma tomada de posição político-pedagógica. Os Núcleos Temáticos têm ementa própria, que organiza as UCs envolvidas e organizam as atividades do semestre (ou bimestre), resultando em processos pedagógicos integrados entre teoria e prática e avaliação conjunta dos processos de ensino-aprendizado.

O Núcleo Temático dá unidade ao semestre sem ser uma camisa de força e tem várias camadas de proximidade/interlocução:

- Unidades Curriculares **irradiadoras** do(s) tema(s) (nucleiam o semestre ou outro módulo temporal (bimestre, ano))
- UCs **associadas** (dialogam diretamente com o(s) tema(s) e podem introduzir outras questões que são próprias à sua ementa)
- UCs **complementares** (dão fundamentos e instrumentais úteis ao núcleo temático, apresentando um corpo próprio de percurso formativo)
- UCs **independentes** (apresentam outras questões e percursos – em geral são eletivas)

O Núcleo Temático permite minimizar a fragmentação curricular favorece a interdisciplinariedade, a articulação contínua entre teoria e prática, a convergência interna ao curso e o diálogo com outros cursos:

- Temas podem ser compartilhados por dois ou mais cursos, em semestres diferentes, integrando formações distintas e estudantes em momentos diferentes de seus cursos, favorecendo trocas entre eles;
- Professores que estão integrados ao tema podem receber os estudantes em laboratórios, ateliês e oficinas com mais flexibilidade (exemplo: o início se dá com mais ensaios em laboratórios, passa por atividades de projeto em ateliê e termina com modelos e protótipos em oficina e canteiro);
- Professores integrados ao tema, com formações diferentes e origem de cursos distintos, favorecem um aprendizado integrado em que o estudante aprende visões diferentes de problematizar e projetar.

A progressão dos Núcleos Temáticos constituindo uma narrativa de processo formativo é apresentada no tópico Matriz Curricular (item 8.f).

### c. Espaços pedagógicos integrados de ensino (ELO)

Serão três os espaços principais de ensino, todos eles abertos a momentos de trabalho de campo e reconhecimento da realidade complexa exterior ao ambiente universitário. Serão eles: os **escritórios**, focados em contextos e problemas reais a serem enfrentados projetualmente e por políticas públicas; os **laboratórios** de ensino de fundamentos, ciência aplicada e teoria; e as **oficinas** de experimentação prática com resultados em construção, modelos, protótipos, produtos gráficos e reciclagem, bem como um centro de monitoramento ambiental. Além desse núcleo estruturante de Escritórios, Laboratórios e Oficinas (ELO), o Instituto contará ainda com salas de aula e auditórios para palestras, seminários, debates, disciplinas eletivas, além de espaços destinados a exposições e discussão dos trabalhos realizados semestralmente e anualmente.

#### Escritórios pedagógicos

Os **Escritórios Temáticos de Projetos, Políticas Públicas e Resolução de Problemas**, comuns a todos os cursos, permitirão o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão convergentes, atuando sobre um mesmo recorte territorial/temático para o enfrentamento de problemas complexos de aprendizado, que compõem desafios projetuais e de políticas públicas, reais e contextualizados. Neste sentido, o momento de escritório e aulas conexas reconhece o conceito diferenciador da formação de carreiras projetuais e de gestores públicos (orientadas à resolução de problemas). Desse modo, não haverá separação de espaços pedagógicos distintos da Arquitetura, da Engenharia, do Design, etc., mas espaços comuns a todos com recortes temáticos, que acumularão saberes e práticas de ensino e poderão ser mobilizados por todos os cursos em todos os momentos, conforme o projeto pedagógico integrado. Os escritórios manterão acervos próprios, com pequenas reservas técnicas e áreas de exposições – tornando-se espaços de produção e reflexão cumulativas sobre o seu tema gerador. Cada escritório possui núcleos de pesquisa e extensão associados ao seu tema. Tais núcleos comportam 12 postos de trabalho (o que permitiria cerca de 20 estudantes, em turnos, com bolsas de iniciação científica ou extensão e futuramente, pós-graduação), estimulando, pela organização espacial, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e fortalecendo os temas geradores de conhecimento no Instituto.

Serão 14 escritórios baseados em temas amplos, que podem abrigar, a cada semestre, problemas mais específicos, eleitos como objeto de trabalho por professores e estudantes, podendo contar inclusive com a presença de professores convidados de outras unidades da Unifesp afins ao tema. O mesmo escritório em “Cidade e Saúde”, por exemplo, pode escolher tratar problemas diferenciados a cada semestre, constituindo um repertório de soluções em: projetos de edifícios hospitalares e unidades básicas de saúde; mobiliário, equipamentos e comunicação visual nessas edificações; gestão ambiental de resíduos de saúde; ações em saneamento básico integradas com políticas de saúde; desenho universal e inclusivo; mobilidade urbana e saúde coletiva; políticas públicas para cidades saudáveis; poluição ambiental urbana; envelhecimento e qualidade de vida nas cidades; salubridade em habitações e edifícios; mapeamentos territoriais em saúde, etc..

Os 14 temas amplos dos escritórios são:

- Cidade e Saúde
- Cidade e Educação
- Cidade e Cultura
- Cidade, Economia Plural e Trabalho
- Redes, Fluxos e Mobilidade Urbana
- Habitação, Vizinhança e Vida nos Bairros
- Espaços Públicos
- Cidade e as Águas
- Cidade Verde e Paisagem
- Cidade e Patrimônio Histórico
- Cidade, Metrópole e Região
- Áreas de Risco e Catástrofes Urbanas
- Rural e Territórios Híbridos
- Outras Cidades são Possíveis

#### Laboratórios em Ciência, Teoria e Linguagens

Associados aos escritórios, estarão os **Laboratórios de Ensino**. Cada laboratório trabalhará com fundamentos das ciências, das teorias e linguagens que apoiam a resolução de problemas em projetos e oficinas práticas. Os Laboratórios permitirão exercícios aplicados e visuais, para a compreensão dos fenômenos, evitando o aprendizado abstrato e descontextualizado. Hoje há, mundialmente, uma forte renovação no ensino de ciências e teoria aplicada para carreiras orientadas para projeto e resolução de problemas, como as do Instituto das Cidades. A forma convencional de ensino de ciência e teoria, por exemplo, num contexto de “ciclo básico” que se antecipa à compreensão e resolução de problemas, tem sido amplamente questionada. Ela resulta comumente na dissociação entre teoria e prática, e da utilidade e aplicabilidade dos conceitos. Além disso, em geral são aulas ministradas por especialistas de áreas duras, pouco familiarizados com a prática projetual e sem recurso à percepção experimental e sensível dos fenômenos – resultando em desestímulo, repetência e evasão. Por isso, os laboratórios de ensino têm como missão estimular o prazer e a dimensão lúdica no aprendizado das ciências, das teorias e linguagens, com abordagens mais interativas, com dispositivos e ferramentas do tipo “mão na massa”. Ao mesmo tempo, contextualizando o saber aplicado, entendendo-o como não neutro, discutindo a relação entre meios e fins, agentes e interesses e, por fim, como pode ser socialmente transformador.

Desse modo, reativar os sentidos (como sensorialidade, mas também como intencionalidade) e favorecer o envolvimento dos estudantes na abordagem e compreensão dos fenômenos, conceitos e problemas é um desafio pedagógico para esses laboratórios.

Eles estarão divididos em duas modalidades: 1) Laboratórios em Fenômenos Naturais e Ciências Aplicadas; 2) Laboratórios em História, Teoria, Linguagens e Representações. Podem ser mobilizados por uma Unidade Curricular específica, ou servir de apoio a outras UCs que tenham centralidade em escritório, oficina

ou sala de aula. Ou ainda, uma mesma UC pode utilizar diversos laboratórios, como é o caso de Conforto Ambiental em Edificações (que utilizaria, conforme sua ênfase, laboratórios de Som, Ar, Luz, Energia, Corpo e Saúde, por exemplo).

Todos os laboratórios, que entenderão todas as graduações, contarão com áreas técnicas específicas, depósitos de materiais, plano de gestão ambiental e de resíduos, bem como com corpo de técnicos e professores com atuação e pesquisa na área. Seus espaços físicos serão adequados aos projetos pedagógicos específicos, e poderão abrigar de 30 a 120 estudantes simultaneamente, de acordo com a demanda do IC por aquele saber. Tal como os escritórios, participam dos espaços dos laboratórios núcleos de pesquisa e extensão, fortalecendo a indissociabilidade e fixando estudantes bolsistas relacionados ao tema. Estes núcleos são embriões de grupos e centros de pesquisa maiores, que serão desenvolvidos em novos edifícios no Campus.

Os 14 Laboratórios de Fenômenos Naturais e Ciência Aplicadas são:

- Laboratório de MOVIMENTO. Força, Aceleração, Velocidade, Dinâmica, Cinemática;
- Laboratório da ENERGIA. Fontes de Energia, Eficiência e Termodinâmica;
- Laboratório da LUZ. Elétrica, Eletrônica, Lumínica e Luz Natural;
- Laboratório do SOM. Acústica e Análise de Emissão Sonora;
- Laboratório do SOLO. Geologia, Geomorfologia, Geotecnia, Mecânica dos Solos e Análise de Solos;
- Laboratório da ÁGUA. Hidráulica, Hidrologia, Hidrografia e Mecânica dos Fluidos e Análise de Qualidade da Água;
- Laboratório do AR. Climatologia e Análise de Qualidade do Ar e Emissão de Gases;
- Laboratório VERDE. Biologia, Ecossistemas, Meio Ambiente;
- Laboratório do LIXO. Análise de Resíduos, Toxidade, Decomposição, Reciclagem e Reuso;
- Laboratório de MATEMÁTICA. Cálculo, Álgebra e Estatística;
- Laboratório de GEOMETRIA: Geometria Analítica, Descritiva e Representações Regradas;
- Laboratório de MATERIAIS. Análise Química e Física dos Materiais, Ciclo de Vida, Testes e Normas;
- Laboratório de ESTRUTURAS. Testes de Tração, Compressão, Torsão, Flexão, Cisalhamento, com exercícios práticos em modelos;
- Laboratório CORPO E SAÚDE. Ergonomia, Antropometria, Comportamento dos Usuários, Saúde Pública, Doenças Urbanas.

Os 14 laboratórios de História, Teoria, Linguagens e Representações são:

- Laboratório de LÍNGUAS. Ensino de Português, Inglês e Espanhol;
- Laboratório da PALAVRA. Textualidade, Literatura, Poesia, Dramaturgia, Música e a Cidade;
- Laboratório da IMAGEM. Teoria da Forma, Cinema, Fotografia, Artes Plásticas e a Cidade;
- Laboratório de DESENHO. Desenho de observação, desenho livre, desenho técnico;
- Laboratório de COMUNICAÇÃO. Design de Informação, Mídia e Opinião Pública;
- Laboratório de LINGUAGENS DIGITAIS. Projeto Digital, Simulações, Cyberspace, Games;

- Laboratório de HISTÓRIA. História das Cidades e Urbanismo da antiguidade ao presente;
- Laboratório de POLÍTICA. Estado, Democracia, Direitos da Cidadania e Lutas Sociais na Produção e Gestão das Cidades;
- Laboratório de ECONOMIA URBANA. Economia Política das Cidades, Circuito Imobiliário, seus Agentes, Mercados, Rendas e Regulações;
- Laboratório de DIREITO URBANÍSTICO. Modalidades de Posse e Propriedade do Solo e sua regulação, Registro Cartorial e Democratização do Acesso à Terra;
- Laboratório de ORÇAMENTO PÚBLICO. Orçamento Público e Financiamento das Cidades;
- Laboratório de REPRESENTAÇÃO DA PAISAGEM. Cartografia, Geoprocessamento (GIS), Topografia e Geodésia;
- Laboratório de ETNOGRAFIA. Antropologia Urbana e Pesquisa Participante;
- Laboratório de DEMOGRAFIA. Dinâmicas Populacionais e Socioeconômicas no Território.

### Grandes oficinas no interior da antiga fábrica

Laboratórios experimentais maiores, chamados de **Grandes Oficinas**, serão instalados no prédio da antiga fábrica, retomando sua vocação de espaço de produção. Serão oficinas de protótipos e modelos, oficinas por materiais e ofícios, canteiro experimental, gráfica, centro de reciclagem de resíduos, centrais de monitoramento de ar, água e solo, todos compartilhados por dois ou mais cursos e permitindo trabalhos conjuntos em outras dimensões prático-teóricas. As **oficinas de materiais** e ofícios terão ênfase didática no conhecimento de suas características físicas, químicas, históricas, normativas, além de saberes do trabalho, comportamento estrutural, ciclo de vida, etc.. Os estudantes aprenderão a manuseá-los conhecendo todas as suas implicações práticas, sociais, econômicas e ambientais. As peças pré-fabricadas nessas oficinas poderão depois ser montadas e retrabalhadas no Canteiro Experimental e no Setor de Protótipos e Maquetes. As Oficinas também poderão ser utilizadas em projetos de extensão universitária com a comunidade, incubadora de cooperativas e em parceria com sindicatos e escolas técnicas da construção civil.

As oficinas de materiais trabalharão com diferentes ferramentas e máquinas, de ofícios e instrumentos milenares a máquinas de controle numérico e corte a laser. Os materiais são: madeira, metais, concreto/argamassa, polímeros (plásticos), resinas, tintas, têxteis, papelões, gesso, cerâmica, terra crua, bambu e fibras naturais. Nessas oficinas são testadas hipóteses construtivas em diversas escalas e também a possibilidade de desmontagem de objetos para sua análise. As oficinas contarão com técnicos e professores com experiência na área para desenvolvimento das atividades pedagógicas, manuseio de máquinas e materiais, apoiando o trabalho dos alunos num contexto de aprendizado, cooperação e segurança no trabalho.

As oficinas de materiais e ofícios possuirão acervo técnico e área de exposição de cada uma de suas práticas, constituindo, em um percurso linear ao estudante e ao visitante, um pequeno **Acervo de Artes e Ofícios e de Ciência dos Materiais e das Técnicas**, do passado ao presente e futuro. O sentido histórico dos fazeres e saberes associados aos materiais que fazem as cidades são elementos importantes do projeto pedagógico crítico e contextualizado do Instituto das Cidades e de sua ligação com o mundo do trabalho.

A **Oficina de Modelos e Protótipos** poderá utilizar-se de peças realizadas nas oficinas de materiais e contará com um sistema de prototipagem por impressão 3D. Por meio dele é possível transformar a programação digital de projetos realizados por diferentes *softwares* em objetos físicos tridimensionais de

pequeno porte (protótipos de objetos ou modelos em escala) com alta qualidade, impressos por meio de camadas sucessivas de materiais aditivos.

Dentre o complexo de oficinas cabe destaque ao **Canteiro Experimental** – lócus da realização prática de projetos dos estudantes, promovendo a transição entre concepção e execução, trabalho intelectual e manual, resignificando ambos em suas transferências de conhecimento. O Canteiro Experimental será o local de montagem de peças e componentes realizados nas oficinas de materiais. Ali serão testadas, em escala real (1:1), interfaces de materiais, tridimensionalidade e resistência de estruturas e vedações, bem como realizadas instalações hidráulicas e elétricas, etc.. O resultado será um objeto construído pronto para uso, a ser testado por estudantes, técnicos e professores e, sempre que possível, destinado à situação concreta que o demandou. O espaço contará com uma ponte rolante para movimentação de peças, que atravessará o setor de oficinas, passará pelo de montagem em canteiro e terminará em uma área de carga e descarga acessível para caminhões. Construções, componentes e objetos pré-fabricados poderão ser embarcados para montagem dentro ou fora do campus, em atividades de extensão e parcerias com órgãos públicos, comunidades e movimentos sociais.

O setor das grandes oficinas contará também com uma **Central Ambiental**. Dela farão parte: um centro de reciclagem de lixo, uma estação de tratamento de efluentes e de compostagem, dispositivos de coleta e reuso de água, dispositivos de captação de energia solar e eólica, uma estação de monitoramento do ar e outra de monitoramento da contaminação do solo. Além dos propósitos didáticos, o objetivo é reduzir a pegada ecológica do campus, uma vez que ele será um modelo de teste de alternativas para reconversão de áreas industriais, projeto e operação de ambientes educacionais e cidades, sendo permanentemente monitorado. O centro de reciclagem de lixo receberá os resíduos sólidos produzidos no campus, procurando formas de desmontagem, reciclagem, reuso ou destinação controlada do lixo. Ele testará novas possibilidades no tratamento de resíduos e envolverá trabalho dos estudantes de todos os cursos e da incubadora de cooperativas.

Por fim, a antiga fábrica ainda abrigará uma pequena **Oficina Gráfica**, para exercício dos alunos de Design e demais estudantes que se interessem por comunicação visual, produção editorial e experimentação gráfica. Além das máquinas de impressão, a oficina gráfica contará com espaço para produção de silkscreen e estêncil. A gráfica deverá produzir as publicações experimentais do campus e, anualmente, uma edição, coordenada por estudantes de Design, com o resultado da Exposição e Fórum anuais de apresentação e debate dos trabalhos e projetos, conforme já mencionado.

Todas as oficinas, canteiro experimental, centrais ambientais e gráfica terão núcleos de pesquisa e extensão associados, tal como ocorre com os escritórios e laboratórios.

#### **e. Distinção em relação ao modelo centrado em Ateliê de Projeto**

A maioria das escolas de arquitetura e urbanismo tem um modelo pedagógico estruturado em torno dos ateliês de projeto, calcados na relação mestre-discípulo, naturalizando a visão liberal da profissão, a ideologia do talento e do autor demiurgo. Trata-se da base ideológica para a reprodução de um certo habitus para um campo profissional que se quer restrito a um círculo de privilegiados (Garry Stevens) – mas, na prática, uma porcentagem ínfima irá trabalhar nestas condições excepcionais (ou de exceção). A esse eixo central dos ateliês de projeto são associadas, de forma mais ou menos articulada, um conjunto de introduções teóricas e abstratas ao conhecimento da história e das tecnologias, em geral fragmentado em diversas disciplinas.

O percurso do estudante em geral é labiríntico e cabe a ele, se possível, encontrar nexos entre os momentos de formação prática e empírica dos ateliês e os momentos de formação teórica abstrata em sala de aula – com poucas atividades em laboratórios aplicados e, muitas vezes, ausência de oficinas e canteiros experimentais. A desconexão decorrente de currículos fragmentados, prolixos e presos “atrás de grades curriculares” (Roberto dos Santos) tem por resultado que grande parte do aprendizado é pouco incorporado e reconhecido pelos estudantes em sua vida profissional posterior.

Se o que é apreendido centralmente é a sucessão de tarefas de projeto (aleatórios?) em ateliês, as escolas de arquitetura, em sua maioria, ainda ensinam sobretudo representação de soluções parciais, com ênfase no resultado visual do produto (e nas imagens renderizadas que o espetacularizam) mais do que no processo multidimensional e sistemático de projetar em contextos reais. Projeto é entendido como forma descarnada, autonomizada e autorreferente, sem mediação das relações complexas da cidade, das políticas públicas, dos conflitos sociais, das questões ambientais, do trabalho em canteiro, etc.. Desse modo, a hipótese de que o ateliê de projeto propiciaria um modelo para outras áreas de conhecimento por sua “reflexão na ação” (Donald Schön define como “pensar o que faz, enquanto o faz”) é apenas parcialmente correto, pois a reflexão não chega de forma sistemática e integrada ao ateliê e, de outro lado, a ação que ali se realiza é parcial, limitada ao ato de desenhar, e carregada de ideologia. Como chegou a afirmar Lucio Costa: “A arquitetura brasileira se fez apesar das escolas de arquitetura” (Miguel Pereira apud Roberto dos Santos).

O que o curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifesp propõe é uma tentativa de correção de rumos. O ateliê continua um espaço importante de ensino, denominado agora de Escritório Público de Projetos e Políticas, e associado a laboratórios de fundamentos em ciências aplicadas, linguagem e teoria e, de outro lado, com oficinas práticas, não apenas para execução de modelos, mas para desenvolvimento de saberes de ofício e hipóteses experimentais em canteiro de obras pedagógico. Desse modo a integração entre teoria e prática faz parte do fluxo contínuo de aprendizado, não segregado em momentos estaques. O Escritório é também um espaço interdisciplinar, para onde ocorrem não apenas os “mestres arquitetos” mas diversos outros profissionais associados à compreensão dos problemas e soluções ali investigados. Além disso, os escritórios pedagógicos não são estritamente ateliês de desenho, mas de “Projetos, Políticas Públicas e Resolução de Problemas Complexos”. Ou seja, a ênfase não é apenas na solução de desenho, mas de sua interrelação com a compreensão do problema, a convergência com outras formações e seu possível equacionamento por meio de políticas públicas – das quais o projeto é parte mas não um fim em si.

Em resumo, o modelo de ensino aprendizagem do Instituto das Cidades e seu curso de Arquitetura e Urbanismo tem como características marcantes e distintivas: a integração permanente entre teoria e prática, atuação interdisciplinar e coletiva na compreensão e resolução de casos e problemas, aprendizado por sínteses progressivas, percurso formativo inteligível e autoconsciente formando uma narrativa por parte dos estudantes como sujeitos em construção de autonomia, fortalecimento da área de pesquisa associada ao aprendizado da graduação, organização curricular por núcleos temáticos semestrais e o sistema de integração entre Escritórios-Laboratórios-Oficinas (ELO) traz fortes distinções em relação ao modelo de ensino tradicional da arquitetura e urbanismo.

## **f. Matriz Curricular**

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo (Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010) orientam que a distribuição dos conteúdos curriculares na matriz deve obedecer núcleos estruturantes formativos obrigatórios:

*Art. 6º Os conteúdos curriculares do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo deverão estar distribuídos em dois núcleos e um Trabalho de Curso, recomendando-se sua interpenetrabilidade:*

*I - Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação;*

*II - Núcleo de Conhecimentos Profissionais;*

*III - Trabalho de Curso.*

*§ 1º O Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação será composto por campos de saber que forneçam o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado e será integrado por: Estética e História das Artes; Estudos Sociais e Econômicos; Estudos Ambientais; Desenho e Meios de Representação e Expressão.*

*§ 2º O Núcleo de Conhecimentos Profissionais será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade profissional do egresso e será constituído por: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional; Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; Técnicas Retrospectivas; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo; Topografia.*

*§ 3º O Trabalho de Curso será supervisionado por um docente, de modo que envolva todos os procedimentos de uma investigação técnico-científica, a serem desenvolvidos pelo acadêmico ao longo da realização do último ano do curso.*

*§ 4º O núcleo de conteúdos profissionais deverá ser inserido no contexto do projeto pedagógico do curso, visando a contribuir para o aperfeiçoamento da qualificação profissional do formando.*

*§ 5º Os núcleos de conteúdos poderão ser dispostos, em termos de carga horária e de planos de estudo, em atividades práticas e teóricas, individuais ou em equipe.*

A matriz curricular apresentada a seguir procura concretizar os princípios curriculares organizativos apresentados anteriormente: Narrativa e Síntese progressiva; Núcleos Temáticos; Sistema Escritório-Laboratório-Oficina (ELO). Deverá ser continuamente revista e aprimorada nos momentos e processos de avaliação do revisão curricular, apresentados no item 15.b.

Na matriz as Unidades Curriculares são apresentadas por cor de proximidade com o Núcleo Temático estruturante do semestre, em acordo com a legenda abaixo. Em cada UC também são indicadas as possibilidades de integração interdisciplinar com outros cursos e se compõe o Núcleo de Conhecimento de

Fundamentação (NCF) ou Núcleo de Conhecimentos Profissionais (NCP), em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

As Unidades Curriculares, sempre que possível, atuarão de forma integrada, evitando a fragmentação entre teoria e prática, projeto e produção, problematização e solução – como já enfatizado ao longo do Projeto Político Pedagógico do Curso. O percurso semestral, como se verá, propõe uma narrativa progressiva, que amplia em complexidade e autonomia do estudante ao longo do tempo. Os momentos de encontro com os demais cursos, mesmo iniciados no primeiro semestre, irão se ampliar ao longo do processo formativo, em especial do 6º ao 8º semestre – período de forte convergência interdisciplinar. De modo que o estudante de arquitetura e urbanismo, ao atuar cooperativamente com estudantes de outras formações, já terá tido contato e mobilizado conhecimentos profissionais do seu campo e estará preparado para contribuir na problematização e resolução de problemas, dando a contribuição do olhar e prática do arquiteto-urbanista.

Todos os semestres e seus núcleos temáticos preveem na última quinzena montagem de exposição e realização de debates. A carga horária total das unidades curriculares, indicada nas planilhas a seguir, poderá ser variável ao longo do semestre, em acordo com o planejamento integrados das UCs de cada núcleo temático. Essa flexibilidade é favorável na integração entre as próprias UCs e seus professores, na integração entre teoria e prática, aulas de projeto em escritório/ateliê com sua posterior execução em oficinas e canteiro, ou ainda o momento mais oportuno para intensificar as atividades das UCs de história, teoria e estudos de caso. O objetivo é evitar que mesmo com o núcleo temático as UCs e professores acomodem-se em seu espaço de conforto, estaque, não dialógico, voltando a fragmentar o currículo.

É também garantido em todo semestre um espaço para UCs eletivas do Instituto das Cidades ou de outras unidades da Unifesp. De modo que o estudante construa igualmente nesse espaço seu percurso, aprofunde e amplie áreas de conhecimento e interlocução.

*[Ainda não está formulada a lista de UCs eletivas dos conjuntos das graduações do IC.]*

### **[Proposta preliminar da matriz apresentada a seguir]**

**Obs: A matriz está sendo discutida também nas reuniões dos coordenadores dos Projetos Pedagógicos dos 5 cursos aprovados para primeira etapa do Instituto das Cidades, procurando avaliar convergências e divergências entre eles, o que é comum e específico e, a seguir, pretende-se simular as situações de ensino-aprendizado integradas.**

**De modo que as planilhas de matriz apresentadas a seguir são um rascunho, em construção e movimento, por isso mesmo, ainda incompleto. A matriz só poderá de fato ser finalizada não apenas com os requisitos específicos do curso de arquitetura e urbanismo, mas também dos demais cursos do Instituto das Cidades que resultarão numa construção de amoldamento recíproco entre todas as 5 matrizes, que só se fecham simultaneamente, como num sistema de encaixes.**

Resumo da Distribuição de Carga horária	CH	%
Escritórios/Ateliês de Projeto baseados em Problemas	1020	27%
Oficinas e Canteiros	360	9%
Laboratórios aplicados, conforto e estruturas	400	11%
História, Teoria e Estudos de Caso	660	17%
Comunicação visual e Linguagens	160	4%
Projeto Digital, Mapas e Geoprocessamento	200	5%
Eletivas e Atividades Complementares (Área Verde)	440	12%
Legislação e Prática Profissional	80	2%
TCC e Memorial formativo	240	6%
Monitoria	80	2%
Viagens de estudo obrigatórias	156	4%
<b>Subtotal</b>	<b>3796</b>	<b>100%</b>
Estágio	360	

#### LEGENDAS

##### Proximidade com o Núcleo Temático

	Unidades Curriculares <b>irradiadoras</b> do(s) tema(s) (nucleiam o semestre ou outro módulo temporal (bimestre, ano))
	UCs <b>associadas</b> (dialogam diretamente com o(s) tema(s) e podem introduzir outras questões que são próprias à sua ementa)
	UCs <b>complementares</b> (dão fundamentos e instrumentais úteis ao núcleo temático, tem um corpo próprio de percurso formativo)
	UCs <b>independentes</b> (apresentam outras questões e percursos – em geral são eletivas ou atividades complementares)

**NCF** Núcleo de Conhecimento de Fundamentação

**NCP** Núcleo de Conhecimentos Profissionais

**TCC** Trabalho de Conclusão de Curso

##### Sigla dos cursos para indicação de atividades integradas

AP	Administração Pública
AU	Arquitetura e Urbanismo
EAS	Engenharia Ambiental e Sanitária
EC	Engenharia Civil
GB	Geografia - Bacharelado
GL	Geografia - Licenciatura

### Matriz Curricular para o Curso Diurno (Matutino – 10 semestres) (até 4 horas-dia)

[Ainda não iniciada a matriz para o Curso Noturno – que será de 12 semestres]

<b>1o Semestre. CIDADES VIVIDAS E CIDADES IMAGINADAS. DA EXPERIÊNCIA COTIDIANA NAS CIDADES ÀS UTOPIAS URBANAS E SOCIAIS. INTRODUÇÃO ÀS LINGUAGENS (VISUAIS, CORPORAIS E TEXTUAIS)</b>				
Objetivos: partindo da situação-problema da experiência vivida de cada estudante, iniciar o reconhecimento das cidades e sua desnaturalização. Estimular a criatividade, o domínio de linguagens visuais e escritas, o reconhecimento da relação corpo-espço, o desafio de pensar novas formas e estruturas urbanas. Todos os cursos terão Cidade Viva-Cidade Imaginada como seu núcleo temático de 1º semestre, mas com ênfases próprias a cada disciplina/formação e UCs Associadas e Complementares específicas. É um semestre relativamente livre e aberto, com foco nos conhecimentos de fundamentação, e que realiza a importante tarefa de reconhecer as capacidades e as experiências individuais e coletivas dos estudantes, acolher, dialogar e construir juntos o encantamento, prazer e motivação pelo curso e pelo Instituto das Cidades. Ao longo do semestre acontecerão encontros entre todos os cursos para troca de métodos e resultados dentro do tema, reconhecendo as diferentes abordagens, metodologias e formas de pensar-agir próprias a cada curso, como uma apresentação para os demais – e exposição ao final do semestre.				
	Integr	Título UC	Síntese de conteúdo e ação	CH Sem
NCF	Todos os cursos tem o mesmo tema mas darão ênfases próprias	<b>Cidades Vividas, Cidades Imaginadas (Escritório/Ateliê Outras Cidades Possíveis)</b>	1o bim: Cidade Viva, a partir da reflexão e registro da sua experiência (individual e coletiva) com a cidade real, caderno de vivências, leitura inicial da cidade; 2o bim: Cidade Imaginada, estímulo à pensar alternativas coletivas, criatividade, visões de futuro, exercícios utópicos a partir do reconhecimento da cidade real/vivida	100
NCF		<b>Linguagens visuais</b>	Desenho livre, comunicação visual, fotografia, corpo em movimento (dança, teatro, performance). Construir o caderno do Ateliê e o Caderno do Memorial de percurso formativo. Termina com expografia da mostra semestral	80
NCF		<b>Diálogos entre forma urbana, arte e utopia</b>	Cidades na literatura, cinema, pintura, música, teatro: cidades reais e imaginadas, utopias, distopias e suas formas urbanas. Explorando o imaginário urbano, seu vocabulário tecnológico, social e visual. História da arte/cidade	60
NCF		<b>Leitura e Redação</b>	Leitura e redação. Cidades na literatura. Montagem dos textos das exposições	40
NCF		<b>Pesquisar a cidade</b>	Metodologias de pesquisa urbana, pesquisa-ação, participante, ida a campo, observação e registro	40
		<b>Debates sobre as Cidades</b>	Convidados debatem cidade contemporânea e temas emergentes (mobilidade, saneamento, lixo, rios urbanos, agricultura urbana, governança democrática, ocupações, violações de direitos etc)	40
		<b>Sexta cultural</b>	Shows, saraus, peças, filmes. Sociabilização entre os cursos	40
			<b>Subtotal</b>	<b>400</b>

<b>2o Semestre. A CAMINHO DAS CIDADES. RECONHECENDO SABERES, MODOS DE VIDA, RELAÇÃO COM NATUREZA E TERRITÓRIO, TÉCNICAS E CONSTRUÇÕES NO ESPAÇO RURAL (DENTRO E FORA DAS CIDADES)</b>				
Objetivos: modificamos as referências de tempo e no espaço, para fora e antes das cidades, o tempo lento do rural e suas modificações/acelerações recentes, a unidade entre trabalhar e viver. Compreender que as atividades do campo também implicam em técnicas transformadoras da natureza, que são variáveis, levando o campo, mesmo aquele onde há uma predominância de técnicas menos modernas, a já ser um espaço artificializado, uma segunda natureza. A natureza, já socializada, pois apropriada e significada pela política, pela economia e pela cultura é parte constitutiva do território. Neste sentido, seria interessante identificar quais são os agentes, processos, técnicas, intenções etc que geram diferentes situações rurais e problematizá-las para discutir outras formas possíveis de produção do espaço rural. Reconhecer o rural que alimenta o urbano e vice-versa. No 2o bim, na pedagogia da alternância, o foco é trabalho (canteiro experimental e agricultura urbana). Semestre tem forte ação extensionista (assentamento de reforma agrária, reserva indígena, quilombola, chácaras e pequenos agricultores). Integração principal no semestre: Geografia.				
	Integr	Título UC	Síntese de conteúdo e ação	CH Sem
NCP	AU + GB	Escritório/Ateliê Rural e Territórios Híbridos	Projeto em área rural (campo, floresta, ribeirinhos, reservas indígena e quilombola) e/ou periurbana (chácaras, cinturão verde) e suas paisagens, saberes e modos de vida. Forte integração com Canteiro Experimental.	80
NCP	AU	Canteiro Experimental. Técnicas retrospectivas e bioarquitetura	Permacultura, arquitetura bioclimática, terra crua associados ao ateliê rural, técnicas retrospectivas (taipa, pau a pique, adobe, pedra, bambu, palha). Experiência construtiva.	80
NCP	AU + GB	Do Rural ao Urbano - o Rural no Urbano	Surgimento das cidades, relação cidade-campo-floresta e o rural que abastece o urbano (alimentos, energia, água, matéria-prima) e o urbano que abastece o rural (mercadorias industriais, mídia, valores), reforma agrária, mutirão rural, arquitetura rural e suas tecnologias, territórios híbridos, o rural no urbano. Desnaturalizar o urbano e o processo de urbanização. Migrações e dinâmicas populacionais. Interface entre os espaços rural e urbano compreendendo a relação complementar entre os dois a partir de uma perspectiva da divisão territorial do trabalho e uma abordagem histórica que permita problematizar a distribuição da propriedade da terra e seus diferentes usos.	60
NCF	AU	Meio Ambiente e Ecologia Laboratório verde	Introdução à ecologia, biomas, solos, agricultura, paisagem, pegada ecológica e agenda da sustentabilidade. Trabalho na APP e na horta do Campus, atividades no assentamento/chácara da intervenção	60
NCP	AU + GB	Laboratório de Representação da Paisagem	Cartografia, topografia, representação da paisagem, associada ao Núcleo Temático. Cartografias sociais e mapas participativos	40
NCP	AU	Projeto Digital: 2D	Representação arquitetônica associada ao Ateliê e CAD.	40
	todos	Eletiva de sexta		40
			<b>Subtotal</b>	<b>400</b>

<b>3o Semestre. A CHEGADA NAS CIDADES. ÊXODO RURAL, IMIGRAÇÃO E MIGRAÇÃO. ACESSO À TERRA E QUESTÃO DA MORADIA.</b>				
Objetivos: na chegada à cidade, a disputa pela terra urbanizada e acesso à moradia apresenta aos estudantes um tema transversal que envolve compreensão das formas de autoconstrução às políticas de financiamento habitacional, das soluções de projeto da unidade habitacional, às escalas do bairro e da cidade. As questões da moradia e da inserção urbana atravessam vários problemas relevantes na formação do arquiteto-urbanista. Também é um semestre fortemente extensionista, com trabalhos em campo e atuação em espaços habitacionais diversos (condomínios, conjuntos habitacionais, mutirões, loteamentos informais, favelas, ocupações, cortiços etc) – em diálogo e cooperação com seus habitantes, associações, movimentos e órgãos públicos responsáveis.				
	<b>Integr</b>	<b>Título UC</b>	<b>Síntese de conteúdo e ação</b>	<b>CH Sem</b>
<b>NCP</b>	<b>AU</b>	<b>Escritório/Ateliê de Habitação</b>	Projeto de moradia, escala de bairro à unidade habitacional. Diálogo com movimentos sociais. Projeto participativo.	<b>100</b>
<b>NCP</b>	<b>AU</b>	<b>Sistemas construtivos e instalações prediais</b>	UC que utiliza vários espaços e recursos pedagógicos. Lab estruturas + oficinas + canteiro experimental + salas de aula - integrado com ateliê	<b>80</b>
<b>NCP</b>	<b>AU</b>	<b>História e Teoria da Habitação - Estudos de Caso</b>	História do morar, em vários tempos e lugares. Autoconstrução e arquitetura sem arquitetos. Acesso à terra, terra livre e terra mercadoria. Produção de mercado, produção pública. Análise de projetos, estudos de caso, diálogo com Ateliê	<b>60</b>
<b>NCP</b>	<b>AU</b>	<b>Jogo da Cidade</b>	Utiliza aulas teóricas, jogos e exercícios de dramatização, representação de atores e interesses, urbanismo estratégico (estado/mercado) x urbanismo tático (resistências/insurgências). Introdução ao direito urbanístico, direito de propriedade e sua função social, conflitos urbanos e como avalia-los e indicar ações resolutivas	<b>40</b>
<b>NCP</b>	<b>AU</b>	<b>Conforto ambiental em espaços de moradia</b>	Conforto ambiental em moradias, condicionantes e diretrizes de projeto. Análise pós-ocupação em casas autoconstruídas e conjuntos habitacionais. Pesquisa de Campo.	<b>40</b>
<b>NCP</b>	<b>AU</b>	<b>Projeto Digital: 3D</b>	Representação arquitetônica associada ao Ateliê, CAD, Sketchup e introdução ao BIM. Desenho técnico.	<b>40</b>
	<b>todos</b>	<b>Eletiva de sexta</b>		<b>40</b>
			<b>Subtotal</b>	<b>400</b>

<b>4o Semestre. CIDADES EM CONSTRUÇÃO. TERRA, TRABALHO, TÉCNICA E CAPITAL. A EDIFICAÇÃO DA CIDADE, SEUS CONSTRUTORES E TECNOLOGIAS. REINVENTANDO O CANTEIRO DE OBRAS E ASSOCIATIVISMO DOS CONSTRUTORES</b>				
Objetivos: a cidade é uma imensa fábrica, compreender sua produção cotidiana e seus espaços de trabalho, sobretudo nos canteiros de obras. Quem são os produtores, seus saberes, tecnologias e materiais, o papel do arquiteto e do urbanista. Ou seja, os agentes que fazem a cidade, seus modos e relações de produção, condição de classe, conflitos e cooperações. Reconhecer nas cidades a história do trabalho de construir e não apenas a forma acabada/reificada do construído. Projeto é agora processo de trabalho, seus instrumentos, espaços e relação entre os construtores. Integração principal no semestre: Engenharia Civil				
	<b>Integr</b>	<b>Título UC</b>	<b>Síntese de conteúdo e ação</b>	<b>CH Sem</b>
<b>NCP</b>	<b>AU + EC</b>	<b>Escritório/Ateliê Cidade, Economias Plurais e Trabalho</b>	Projeto parte do canteiro de obras. Desenho do processo produtivo, saberes, técnicas, segurança e saúde no trabalho é que define o objeto de projeto. Diálogo com cooperativas, economia solidária - projeto de espaço de produção e do processo produtivo.	<b>100</b>
<b>NCP</b>	<b>AU + EC</b>	<b>Ofícios e Canteiros</b>	Visita a canteiros de obras diferentes (empresas, cooperativas, mutirões) e a obras que exibem seu canteiro após construídas. Percurso pelas oficinas de materiais e ofícios e depois no canteiro experimental, realização de projetos do Ateliê, modelos e protótipos do espaço de produção	<b>80</b>
<b>NCP</b>	<b>AU + EC</b>	<b>História e Teoria do Construir e dos Construtores - Estudos de Casos</b>	História e teoria do trabalho de construir, sociologia do trabalho, economia da construção, canteiro de obras, seus agentes, relações e processos, disputas pela inovação tecnológica na construção, sindicalismo, cooperativismo na construção e outras formas de autogestão e associativismo dos construtores	<b>60</b>
<b>NCP</b>	<b>AU + EC</b>	<b>Conforto ambiental em espaços de trabalho</b>	Ergonomia, qualidade ambiental de espaço de trabalho, saúde e segurança no trabalho	<b>40</b>
<b>NCP</b>	<b>AU</b>	<b>Laboratório de estruturas</b>	Introdução aos sistemas estruturais, em diálogo com projetos do Ateliê e Canteiro Experimental	<b>40</b>
<b>NCP</b>	<b>AU</b>	<b>Projeto Digital: 4D</b>	Simulação de processo construtivo com etapas de montagem (dimensão temporal) em BIM	<b>40</b>
	<b>todos</b>	<b>Eletiva de sexta</b>		<b>40</b>
			<b>Subtotal</b>	<b>400</b>

<b>5o Semestre. ARQUITETURA PÚBLICA, ESPAÇO DO COMUM. NOSSO CHÃO, PRAÇAS E CALÇADAS DA CIDADE. DEMOCRACIA, CIDADANIA E FORMA URBANA.</b>				
Objetivo: Projetos que envolvem a dimensão pública (do usuário à produção e gestão), o que implica numa primeira forte aproximação com as tarefas, estruturas e instrumentos do projeto de arquitetura pública e desenho urbano. Conhecer teorias e organizações do Estado e em especial de seus escritórios públicos de projeto.				
	<b>Integr</b>	<b>Título UC</b>	<b>Síntese de conteúdo e ação</b>	<b>CH Sem</b>
<b>NCP</b>	<b>AU</b>	<b>Escritório/Ateliê Espaço Público</b>	Desenho de espaço público e equipamento público de pequeno porte (variável/contexto) ou equipamento comunitário. Paisagismo	<b>100</b>
<b>NCP</b>	<b>AU</b>	<b>Canteiro-Extensão</b>	Execução com comunidade de projeto de praça ou pequeno equipamento comunitário	<b>40</b>
<b>NCP</b>	<b>AU</b>	<b>História e Teoria dos Espaços e Edifícios Públicos - Estudos de Casos</b>	História da arquitetura e do desenho urbano com recorte temático. Construção de repertório, análise de projetos, estudos de casos.	<b>60</b>
<b>NCP</b>	<b>AU</b>	<b>Organização de um Escritório Público de Projetos</b>	Como funciona um EPP. Sua estrutura organizacional, suas metodologias de caracterização de demanda, eleição de prioridades, planejamento, projetos novos ou reformas, termos de referência, licitações, orçamento, fiscalização, entrega de obra e operação/manutenção.	<b>40</b>
<b>NCP</b>	<b>AU</b>	<b>Comunicação Visual em Projetos Públicos</b>	Estudo dos sistemas de comunicação e interface com os usuários em espaços e equipamentos públicos (permanentes e temporárias/campanhas). Integrado às soluções de projeto e canteiro	<b>40</b>
<b>NCP</b>	<b>AU</b>	<b>Sistemas pré-fabricados</b>	Tecnologias leves e pesadas de pré-fabricação de componentes. Estudo de caso: CEDEC e CTRS	<b>40</b>
<b>NCF</b>	<b>AU</b>	<b>Estado e Sociedade no Brasil</b>	Introdução à Grandes Interpretações do Brasil e relação Estado Sociedade	<b>40</b>
	<b>todos</b>	<b>Eletiva de sexta</b>		<b>40</b>
			<b>Subtotal</b>	<b>400</b>

<b>6o Semestre. METRÓPOLE E REGIÃO, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS INTEGRADOS EM INFRAESTRUTURA DE MEGACIDADES. SISTEMAS HÍDRICOS, SANEAMENTO AMBIENTAL E MOBILIDADE URBANA</b>				
Objetivo: 1o bimestre reconhece as dimensões e problemas integrados em contextos metropolitanos, conjunto de instrumentos e procedimentos de planejamento, aspectos políticos e projetuais. No 2o bimestre estudante opta por exemplo de planejamento e soluções de projeto que tem dimensões territoriais fora da circunscrição municipal e que exigem gestão metropolitana, estadual e federal: em sistemas hídricos e de saneamento ou mobilidade urbana e sua interrelação com o uso e ocupação do solo. No segundo bimestre há integração com outros cursos do Instituto das Cidades, o que ocorrerá nos semestres seguintes do forma cada vez mais intensa. Integrações diversas (AP, EAS, EC)				
	<b>Integr</b>	<b>Título UC</b>	<b>Síntese de conteúdo e ação</b>	<b>CH Sem</b>
NCP	AU + AP	<b>Escritório/Ateliê Planejamento Territorial</b>	Planejamento de metrópoles e grandes projetos urbanos (integra trabalhos dos ateliês optativos a partir do segundo bimestre)	<b>80</b>
NCP	AU	<b>História e Teoria do Urbanismo - estudos de caso</b>	História dos grandes projetos urbanos, instrumentos legais de planejamento, suas ideologias, resultados e contradições - estudos de caso e construção de repertório	<b>40</b>
NCP	AU + AP	<b>Mapas Temáticos e Georreferenciamento</b>	Mapas temáticos da metrópole, uso e ocupação do solo, grandes infraestruturas, setores censitários, georreferenciamento, estatística	<b>40</b>
NCP	AU + AP	<b>Metodologias de Planejamento</b>	Introdução à Administração Pública e metodologias de Planejamento (estratégico, situacional, estudos de futuro (foresight) territorial etc)	<b>40</b>
	<b>todos</b>	<b>Eletiva de sexta</b>		<b>40</b>
<b>2o Bimestre - Subtema A: Recursos Hídricos, Abastecimento e Saneamento x Uso e Ocupação do Solo</b>				
NCP	AU + EAS	<b>Escritório/Ateliê Cidade e as Águas</b>		<b>60</b>
NCP	AU + EAS	<b>História e Teoria da Fluvialidade Urbana – estudos de caso</b>		<b>40</b>
NCP	AU + EAS	<b>Redes de saneamento e drenagem urbana</b>		<b>40</b>
NCP	AU + EAS	<b>Laboratório de Água</b>		<b>20</b>
<b>2o Bimestre - Subtema B: Mobilidade Urbana x Uso e Ocupação do Solo</b>				
NCP	AU + EC	<b>Escritório/Ateliê Mobilidade Urbana</b>		<b>60</b>
NCP	AU + EC	<b>História e Teoria da Mobilidade Urbana – estudos de caso</b>		<b>40</b>
NCP	AU + EC	<b>Redes e sistemas de mobilidade urbana</b>		<b>40</b>
NCP	AU + EC	<b>Laboratório de Movimento</b>		<b>20</b>
			<b>Subtotal</b>	<b>400</b>

<b>7o Semestre. CIDADE, TEMPO E EDUCAÇÃO. CULTURAS DA CIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA. CRESCER E ENVELHECER NA CIDADE. APRENDIZADOS NA CIDADE COMO LUGAR DA CULTURA.</b>				
Objetivo: Semestre dedicado aos aspectos culturais da cidade, patrimônio, memória, educação, a criança e o idoso na cidade e seus lugares de vida urbana. Integrações com diferentes cursos, conforme eleição do tema.				
	Integr	Título UC	Mini-ementa	CH Sem
	todos	Eletiva intercampi, Língua estrangeira ou Atividade Cultural	Dia/período liberado no semestre para realizar UC eletiva noutro Instituto ou Escola da Unifesp; Inglês ou espanhol; ou para atividade cultural no Campus ou noutra unidade da Unifesp (teatro, dança, música, vídeo, coral etc)	80
NCP	todos	Integração intertemas	Os estudantes de arquitetura e urbanismo divididos entre os três subtemas abaixo encontram-se quinzenalmente numa sessão de troca, debate e coordenação dos projetos	40
<b>Subtema A: Cidade e a Criança. Educação pela Cidade. Da creche à Univer_cidade</b>				
NCP	AU + GL + AP	Escritório/Ateliê Cidade e Educação		100
NCP	AU	Canteiro-Extensão		80
NCP	AU + GL + AP	História e Teoria dos Espaços Educacionais - estudos de caso		60
NCP	AU	Conforto Ambiental - Espaços escolares		40
<b>Subtema B: O tempo na cidade. Memórias do lugar, patrimônio e envelhecimento.</b>				
NCP	AU + EC + GB	Escritório/Ateliê Patrimônio		100
NCP	AU + EC	Canteiro-Extensão		80
NCP	AU + GB + EC	História e Teoria do Lugar e do Patrimônio Histórico - estudos de caso		60
NCP	AU + EC	Técnicas de restauro		40
<b>Subtema C: Culturas da/na Cidade e seus Lugares</b>				
NCP	AU + GB + EC	Escritório/Ateliê Cultura e Cidade		100
NCP	AU + EC	Canteiro-Extensão		80
NCP	AU + GB + EC	História e Teoria dos Equipamentos Culturais - estudos de caso		60
NCP	AU + EC	Conforto Ambiental - Espaços culturais		40
			<b>Subtotal</b>	<b>400</b>

<b>8o Semestre. CIDADES SAUDÁVEIS E INCLUSIVAS, O BEM ESTAR E O CORPO NA CIDADE. REQUALIFICAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS, GESTÃO DE RISCOS URBANOS E ATUAÇÃO EM SITUAÇÕES CRÍTICAS</b>				
Objetivo: Subtemas relacionados à cidade como espaço da vida, do corpo, do bem estar, da resistência a alienação e mercantilização, à precariedade e à desigualdade. Avalia também as situações de risco, catástrofe, poluição. Exercícios reflexivos e de projetos estão associados à sobrevivência no/do urbano.				
	Integr	Título UC	Síntese de conteúdo e ação	CH Sem
	todos	<b>Eletiva intercampi, Língua estrangeira ou Atividade Cultural</b>	Dia/período liberado no semestre para realizar UC eletiva noutro Instituto ou Escola da Unifesp; Inglês ou espanhol; ou para atividade cultural no Campus ou noutra unidade da Unifesp (teatro, dança, música, vídeo, coral etc)	<b>80</b>
NCP	todos	<b>Integração intertemas</b>		<b>40</b>
<b>Subtema A: Cidade e Saúde, Cidades Saudáveis, Lugares de Cuidados</b>				
NCP	AU + EC + AP	<b>Escritório/Ateliê Cidade e Saúde</b>		<b>100</b>
NCP	AU + EC + AP	<b>História e Teoria dos Espaços de Saúde e Cuidado - estudos de caso</b>		<b>60</b>
NCP	AU + EC	<b>Instalações prediais especiais</b>		<b>40</b>
NCP	AU + EC	<b>Conforto Ambiental - Espaços de saúde</b>		<b>40</b>
<b>Subtema B: Requalificação de assentamentos precários. Cidades inclusivas e acessíveis, qualidade de vida.</b>				
NCP	AU + EC + EAS	<b>Ateliê Vida nos Bairros</b>		<b>100</b>
NCP	AU + EC + EAS	<b>História e Teoria da Requalificação urbana em assentamentos precários - estudos de caso</b>		<b>80</b>
NCP	AU + EC + EAS	<b>Microinfraestruturas e contenções</b>		<b>60</b>
NCP	AU + EC + EAS	<b>Redes de saneamento e drenagem em assentamentos precários</b>		<b>40</b>
<b>Subtema C: Mapeamento de Riscos. Atuação em situações críticas e de catástrofe</b>				
NCP	AU + GB + AP	<b>Escritório/Ateliê de Catástrofes Urbanas</b>		<b>100</b>
NCP	AU + GB + AP	<b>História e teoria da gestão de riscos e catástrofes - estudos de caso</b>		<b>80</b>
NCP	AU + GB + AP	<b>Mapeamento de riscos</b>		<b>60</b>
NCP	AU	<b>Estruturas leves, espaciais e transitórias</b>		<b>40</b>
			<b>Subtotal</b>	<b>360</b>

<b>9o Semestre. MONITORIAS, INTEGRAÇÃO COM PRIMEIRO ANO, ATELIÊ LIVRE, ATUAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</b>				
Objetivo: este semestre abarca o desafio do Ateliê Total, com tema definido ano a ano em plenária e trabalho com estudantes de todos os cursos em grupos de "Escritórios Públicos". O estudante do último ano volta a dialogar com os demais anos como monitor em UCs de qualquer ano. Além disso, é o momento de preparar seu trabalho de conclusão de curso e reconhecer a legislação e as práticas profissionais.				
	Integr	Título UC	Síntese de conteúdo e ação	CH Sem
NCP	Todos	Ateliê Total	Trabalho integrado de todos os cursos em um mesmo tema relevante contemporâneo a ser definido em plenária. Professores de todos os cursos envolvidos. Turmas subdivididas em "Escritórios Públicos" compostos por estudantes de todos os cursos	120
TCC	AU	TCC 1	1o bimestre: Metodologias para o TCC e definição de tema individual. 2o bimestre: escolha do orientador e início do trabalho	40
	AU	Monitoria (pode ser realizada no 9o ou 10o semestre)	Estudantes fazem monitoria em UCs de todos os anos, auxiliando professores. Devem procurar temas e professores relacionados ao tema do TCC (4 horas por semana)	80
NCP	AU	Legislação e Prática Profissional	Apresentação da legislação profissional, órgãos de classe, ética profissional e experiências diferentes de inserção profissional	40
<b>Subtotal</b>				<b>280</b>

<b>10o Semestre. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</b>				
Objetivo: Trabalho de Conclusão de Curso e finalização do Memorial de Percurso Formativo				
	Integr	Título UC	Síntese de conteúdo e ação	CH Sem
TCC	AU	TCC 2	Realização do TCC, sob tutoria de um orientador - crédito trabalho (10% em atendimento presencial)	120
TCC	AU	Memorial de Percurso Formativo	Realizado ao longo do curso (dedicação prevista 4h semestrais) - crédito trabalho. Produto final apresentado e avaliado junto com o TCC - <i>integralização CH ocorre apenas no final do curso</i>	40
TCC	todos	Defesas de TCCs	Assistir ao longo do curso ao menos 20 defesas de TCCs (2h crédito cada) - <i>integralização CH ocorre apenas no final do curso</i>	40
	AU	Viagens de Estudo obrigatórias	Realizadas ao longo do curso (Santos, Santana do Parnaíba, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e Ouro Preto) - <i>integralização CH ocorre apenas no final do curso</i>	156
<b>Subtotal</b>				<b>356</b>

## 9. AUTONOMIA ESTUDANTIL E MEMORIAL DO PROCESSO FORMATIVO

O Instituto das Cidades tem como objetivo estimular a autonomia, protagonismo e pensamento crítico do estudante, a capacidade de definir sua trajetória ao longo do curso, elegendo áreas de interesse, com autoconsciência do percurso formativo, na escolha de atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), atividades complementares, estágio e intercâmbio, tornando-se sujeito ativo na sua formação, do primeiro semestre ao trabalho de conclusão de curso.

Neste sentido, é fundamental desenvolver nos estudantes a capacidade de “aprender a aprender” e ser capaz de manter um processo reflexivo sobre o próprio percurso de aprendizado, tendo consciência de métodos, problematizações, caminhos prospectivos e projetuais.

Ao longo da graduação, a cada novo semestre, serão ampliadas as possibilidades de eletivas e atividades complementares dos estudantes, além das escolhas em opções de intercâmbio e estágio – de modo a progressivamente tornar-se sujeito de seu aprendizado.

Todos os estudantes do Instituto das Cidades deverão produzir, ao longo da graduação, desde o primeiro semestre, um MEMORIAL do seu processo formativo, costurando os nexos do seu aprendizado, com apoio de tutor e com debates abertos, finalizando com um documento final que é apresentado junto com o TCC.

Esse tipo de memorial (diário de bordo, diário de obra), com formato livre, é instrumento importante tanto para a avaliação do estudante quanto do próprio curso. Deve ser uma espécie de romance formativo, como o *bildungsroman* do século XIX, como passos no processo de tomada de consciência de si e do mundo.

Sobre política de Apoio ao Estudante, ver capítulo 18.

## 10. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no Instituto das Cidades deverá agregar as múltiplas experiências formativas do estudante em um trabalho que exprima as potencialidades de um pensador-construtor de cidades. Todos os formatos serão permitidos (projetos, planos, trabalhos teóricos, vídeos, construções, protótipos, etc.) e esperar-se-á que sejam resultantes dessa experiência de formação baseada na convergência de conhecimentos e análise de contextos e problemas urbanos desafiadores.

O TCC sintetizará o resultado do processo formativo de cada estudante e seu produto indicará o perfil do profissional que o Instituto está formando – por isso, servirá igualmente como importante momento para avaliação do próprio projeto pedagógico, de cada curso e do IC como um todo.

É recomendado que o processo avaliativo e a banca congreguem professores de dois ou três cursos do Instituto e/ou externos, com a seguinte composição: professor orientador, um docente do curso, um docente de outro curso do Instituto e um convidado externo (opcional) Este último, pode ser docente ou não, como profissional do setor público, privado ou terceiro setor, ativista de movimentos sociais, de centros de pesquisa, desde que relacionados ao tema.

A apresentação dos TCCs e suas defesas serão consideradas atividades formativas para o restante dos estudantes, contabilizadas como atividade da matriz curricular. Ao final de cada semestre haverá uma exposição de TCCs aberta ao público e com debates sobre o conjunto da produção.

### TCC de Arquitetura e Urbanismo

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo (Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010) assim definem o Trabalho de Conclusão de Curso (nela denominado apenas de Trabalho de Curso):

*Art. 9º O Trabalho de Curso é componente curricular obrigatório e realizado ao longo do último ano de estudos, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa, e observará os seguintes preceitos:*

*I - trabalho individual, com tema de livre escolha do aluno, obrigatoriamente relacionado com as atribuições profissionais;*

*II - desenvolvimento sob a supervisão de professor orientador, escolhido pelo estudante entre os docentes do curso, a critério da Instituição;*

*Parágrafo único. A instituição deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismo de avaliação, além das diretrizes e técnicas relacionadas com sua elaboração*

A Unifesp não possui regulamentação única para os TCCs, cabendo a cada curso sua regulamentação específica. A regulamentação de normas para o TCC consta em documento específico, em anexo a este PPPC. As diretrizes que embasam as normas para execução do TCC em Arquitetura e Urbanismo da Unifesp, em consonância com as diretrizes de TCC do Instituto das Cidades o artigo da DCN citados acima são:

- O tema é de livre escolha do estudante e deverá agregar as múltiplas experiências formativas de seu percurso acadêmico em um trabalho que exprima as potencialidades de um pensador-construtor de cidades;
- O tema deverá ser obrigatoriamente relacionado às atribuições e atividades profissionais estabelecidas em lei (reproduzidas no item 6.c deste PPPC), bem como a reflexão crítica, histórica sobre estas mesmas atribuições e atividades;
- Todos os formatos serão permitidos (projetos, planos, trabalhos teóricos, vídeos, construções, protótipos, etc.) sempre justificada a relação entre forma-conteúdo, tema-produto;
- O orientador é de livre escolha do estudante e poderá ser qualquer dos docentes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifesp;
- Espera-se que o TCC apresente resultado relevante e expressivo da experiência de formação baseada na convergência de conhecimentos e análise de contextos e problemas urbanos desafiadores;
- A composição da banca será composta por:
  - professor orientador
  - um docente do curso de Arquitetura e Urbanismo
  - um docente de outro curso do Instituto das Cidades
  - opcionalmente, um convidado externo. Este último, poderá ser docente, profissional do setor público, privado ou terceiro setor, ativista de movimentos sociais, de centros de pesquisa, desde que relacionado ao tema.
- A apresentação dos TCCs e suas defesas serão consideradas atividades formativas para o restante dos estudantes, contabilizadas como atividade da matriz curricular.
- Ao final de cada semestre haverá uma exposição de TCCs aberta ao público e com debates sobre o conjunto da produção.

## 11. INTERCÂMBIO, MOBILIDADE E VIAGENS DE ESTUDO

Na matriz curricular, para todos os cursos do Instituto, é previsto um intercâmbio (semestre “out”) recomendado (mas opcional), em que os estudantes deverão circular, sempre que possível apoiados com bolsas, por outras instituições, nacionais ou internacionais, e conhecer contextos urbanos e culturais diferentes, alargando seu repertório e ampliando suas hipóteses de entendimento profissional, de pesquisa e ação sobre as cidades.

O intercâmbio é vetado no primeiro e último anos do curso e recomendado nos demais semestres. A duração poderá ser de um ou dois semestres consecutivos. O intercâmbio deverá ocorrer por meio de acordo de cooperação com instituições brasileiras e estrangeiras. As atividades realizadas pelos estudantes nessas instituições deverão ser contabilizadas para a integralização de seu curso na Unifesp, devendo seu reconhecimento ficar a cargo de avaliação da comissão de curso. O que não for reconhecido, pode figurar no histórico acadêmico do estudante como atividade optativa.

O estudante que não fizer o intercâmbio prosseguirá na matriz curricular do Instituto, no seu curso, tendo mais espaço para eletivas, optativas, iniciação científica, extensão, iniciação à gestão, atividades complementares, entre outras.

O Instituto também irá receber estudantes de outras universidades do país e do exterior, mediante os mesmos acordos de cooperação, integrando-os no ensino, pesquisa e extensão.

Além do intercâmbio, viagens de estudo mais curtas são fundamentais ao longo da graduação, com foco em contextos urbanos diversificados (de grandes metrópoles a vilas em áreas predominantemente rurais, cidades históricas e novos povoados), de preferência na América do Sul.

### Programa de mobilidade estudantil da Unifesp

A mobilidade internacional é uma oportunidade de vivência internacional em instituições conceituadas, com as quais Unifesp mantém acordos de cooperação, proporcionando, além de uma formação acadêmica ainda mais sólida aos estudantes, o seu amadurecimento pessoal, cultural e profissional.

A Unifesp dispõe de três modalidades de mobilidade acadêmica internacional para seus estudantes: pelo Programa Ciência sem Fronteiras (com apoio concedido pelo governo federal); pelo Programa Santander Universidades (com apoio concedido pelo próprio banco) e pelos acordos e convênios firmados bilateralmente entre a Unifesp e outras Instituições de Ensino estrangeiras (sem apoio, porém com o respaldo oficial da Unifesp).

Estes programas são abertos aos estudantes de graduação, por meio de editais, onde são publicadas as regras do processo seletivo e a documentação que o aluno precisa apresentar para a Secretaria de Relações Internacionais (SRI). Os Editais são publicados periodicamente nas páginas da SRI e da ProGrad.

Há ainda a possibilidade de o aluno fazer um intercâmbio de maneira autônoma, sem o respaldo da Unifesp (fora dos editais), em alguma instituição estrangeira da sua escolha (quer seja ela conveniada ou não com a Unifesp). Neste caso, ele não precisa se reportar à SRI, mas deverá se comunicar para a Secretaria de Graduação do seu Curso e atender as regras específicas do seu curso e do Regimento Interno da ProGrad.

## Intercâmbios e Mobilidade no curso de Arquitetura e Urbanismo

*[em elaboração e definição das primeiras instituições parceiras]*

### Viagens programadas no curso de Arquitetura e Urbanismo

Visitas de campo e viagens programadas são especialmente importantes no curso de Arquitetura e Urbanismo. Permitem a ampliação do repertório do estudante sobre obras arquitetônicas e conjuntos urbanísticos que poderão ser vivenciados presencialmente, por meio de visitas programadas e diálogos com especialistas locais. Propiciam ao estudante um momento de observação atenta da relação entre cidade e sociedade, em contextos e ênfases específicos de cada programa de visitas dirigidas, exercitando seu olhar e capacidade de ver, sentir, interpretar, relacionar. Em todas as viagens os estudantes deverão produzir um diário de campo, gráfico e textual, exercitando seu domínio de linguagens e técnicas de representação e compreensão crítica do percurso formativo.

As viagens obrigatórias serão subsidiadas ou integralmente custeadas pela Universidade. As viagens optativas dependeram de recursos dos estudantes ou captação em projetos e editais específicos.

As visitas e viagens programadas somam 180 horas curriculares e são:

- Visitas de campo diversas na Região Metropolitana de São Paulo (carga horária computada dentro das UCs correspondentes)
- Viagens de um dia:
  - Santos (carga horária = 12)
  - Santana do Parnaíba (ch = 12)
- Viagem de fim de semana:
  - Rio de Janeiro (ch = 24)
  - Brasília (ch = 24)
- Viagem de estudo prolongada de uma semana:
  - Belo Horizonte, Ouro Preto, Mariana, Congonhas (obrigatória) (ch = 84)
  - Recife, Olinda, Suape (optativa computada como atividade complementar não obrigatória para integralização curricular) (ch = 84)
  - Buenos Aires e Montevideo (idem) (ch = 84)
  - Salvador (idem) (ch = 84)

## 12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Além da licenciatura, com seu estágio docência obrigatório, os cursos de Engenharia, Arquitetura e Administração Pública passaram recentemente a ter em sua diretriz curricular a obrigatoriedade de estágio programado (com o mínimo de 360 horas) para todos seus estudantes. Por constituir momento importante de aprendizado em ambiente profissional, trazendo elementos novos para sua formação, que reverberam em novas questões e visões para os programas de ensino, pesquisa e extensão do Instituto como um todo, o estágio programado será recomendado em todos os cursos do IC.

Contudo, é preciso compreender os contextos de trabalho nos quais se insere o estágio, de modo a tirar o proveito dele esperado. Atualmente, a obrigatoriedade de estágio associada à ampliação do número de estudantes no ensino superior (em especial nos cursos privados) tem resultado em impactos no mercado de trabalho, com estagiários comumente substituindo profissionais a baixo custo, assumindo responsabilidades indevidas, com jornadas de trabalho flexíveis e muitas vezes superando o previsto pela legislação. Ou ainda exercendo funções em condições de baixíssimo aprendizado, em atividades mecânicas e subalternas. O ambiente de estágio por vezes naturaliza contextos empresariais e de negócios, inculca nos estudantes a ideologia dominante sobre relações de produção, organização do trabalho, uso da tecnologia, estímulo ao consumismo, o que o Instituto pretende justamente problematizar.

Por isso, o estágio obrigatório deverá ser planejado como atividade programada, com acompanhamento de tutores, em contextos favoráveis ao aprendizado, com convênios supervisionados em órgãos públicos (sobretudo com Subprefeituras e órgãos públicos em atuação próxima ao campus), entidades civis, assessorias técnicas, centros de pesquisa e planejamento, cooperativas, empresas selecionadas e conveniadas, sempre em ambientes profissionais mais regulados/formais e com vocação pública. As atividades de extensão que simulam contextos profissionais e com professores supervisores (como Observatório de Políticas Públicas, Centro de Memória, Escola de Governo, Escritório Modelo e Incubadoras, por exemplo) também são considerados espaços recomendados para estágio. Por fim, a própria gestão do Campus, entendida como Administração-Escola é espaço relevante para estágio programado (ver item 18).

### Especificidade do Estágio Curricular em Arquitetura e Urbanismo

*[Em elaboração. Relatório Fenea sobre o tema]*

### 13. ATIVIDADES CONVERGENTES NO INSTITUTO DAS CIDADES

#### a. Ensino

O tema/problema articulador Cidades, dada a sua complexidade e transversalidade, favorece o desenvolvimento de uma visão integrada entre cursos de graduação de diferentes campos do conhecimento. É, ao mesmo tempo, parte fundamental da definição das condições e qualidade da vida cotidiana dos indivíduos, o que permite uma relação promissora entre ensino, pesquisa e extensão, e destes com as políticas públicas e os direitos dos cidadãos, portanto, constitui-se em potente plataforma propulsora de ideias e práticas.

Os cursos que comporão o Instituto das Cidades serão Engenharias vinculadas ao planejamento e à produção do espaço urbano e suas infraestruturas (Civil, Ambiental/Sanitária e Transportes), Arquitetura e Urbanismo, Design (com ênfase em design de serviços públicos), Geografia (bacharelado e licenciatura), Turismo e Administração Pública (com ênfase em Gestão de Cidades).

**A formação é dirigida à construção de situações, mapeamento e resolução de problemas complexos por meio da convergência de conhecimentos baseada em contextos reais.** O momento de resolução não se resume à descoberta de uma resposta, mas na sua transformação em projeto indutor da sua própria realização, capaz de construir consensos políticos e sociais e sua viabilidade de realização. Desse modo, o exercício experimental de projetos resulta sempre em um produto capaz de produzir não apenas conhecimento acadêmico, mas estratégias de comunicação para alcançar consensos sociais e políticos para sua implementação. Embora a hipótese de um conhecimento convergente possa apontar para a ideia de que exista um ponto de convergência, sua prática do conhecimento não resulta em uma resposta única, com validade para todos os contextos, sujeitos e tempos. Ela cria espaços onde os interlocutores identificam se suas formas de pensar sobre determinadas questões e problemas são complementares, o que permite construir entendimentos comuns. Isso não significa apenas a procura de consensos, mas também fornece a oportunidade para evidenciar conflitos e perspectivas de dissenso.

A noção de que existem possibilidades criativas de convergências de conhecimento envolve, por isso, o reconhecimento de que existem lugares e províncias do conhecimento de onde se fala e observa. Cada formação/profissão olha o território, a cidade e seus problemas a seu modo, de seu lugar, pois tem sua identidade já constituída, resultante de tradições epistemológicas do pensamento ocidental e de uma histórica divisão social do trabalho intelectual. Não se pretende negá-las, mas reconhecê-las, confrontá-las e reinterpretá-las. A convergência é, por isso, a procura de confluências e esquinas de encontro do conhecimento, formas de condensar, na construção coletiva do lugar e da cidade, os conhecimentos diversos das diferentes áreas do saber, e também das diferentes experiências de vida e intelectuais de professores, técnicos e estudantes considerados desde o primeiro dia de aula como sujeitos do seu aprendizado e pesquisadores ativos.

O Instituto irá valorizar a capacidade de trabalhar em grupo e pensar as cidades de forma coletiva, como campo de entendimento, cooperação e conflito. Confrontar diferentes ângulos e métodos de observação para fenômenos complexos – como o da urbanização – é pedagogicamente estimulante e simula contextos favoráveis à tomada fundamentada de decisões. Favorecer abordagens multidisciplinares em sala de aula e atividades de ensino, pesquisa e extensão requer assim, de um lado, o reconhecimento das diferentes

identidades profissionais e, de outro, permite que cada formação e suas tradições revejam-se criticamente, avaliando sua atualidade e redesenho para o mundo contemporâneo. Abre-se, deste modo, a possibilidade de testar alternativas e caminhos para a produção de conhecimento sobre a urbanização e seu profissional do futuro, que transite com familiaridade e efetividade por campos afins no pensamento crítico, planejamento, projeto, gestão e produção das cidades.

Outra convergência desejada é a articulação permanente entre teoria e prática, própria a formações aplicadas e que tem como instrumentos o “projeto” e o “plano”. Neste caso, ela é favorecida pela aproximação de um tema comum, as cidades. O aprendizado baseado em análise de contextos, conflitos e problemas é uma ferramenta poderosa para a aplicação crítica do conhecimento em ações resolutivas e socialmente referenciadas. O processo resultará em uma rica mistura de visões que se complementarão em função de seus diferentes perfis acadêmicos: professores que colaboram nas “problematizações” e outros nas “resoluções” – sempre evitando uma abordagem instrumental de solução dissociada da avaliação de meios e fins.

Mesmo com diplomas próprios a cada curso, pretende-se que a experiência pedagógica permita a **formação integral de um pensador-construtor de cidades**, combinando a formação polivalente com a especialização não excludente – e que deve ser mais desenvolvida na pós-graduação posterior. O profissional deve ser capaz de pensar a sociedade e as políticas públicas globalmente e agir localmente como especialista capaz de fazer avançar criticamente sua área de conhecimento, tecnologias, projetos e produtos.

## **b. Pesquisa**

O Instituto das Cidades pode colaborar com diversas instituições que estão seguindo na mesma direção, que fazem pesquisas integradas sobre as cidades, no Brasil e no exterior. A época atual é frutífera para o tema, pois a qualidade das cidades é cada vez mais uma questão fundamental para se definir as condições de vida de imensas parcelas da população e o futuro das sociedades. Os territórios em urbanização são elementos multidimensionais propícios a pesquisas convergentes, pois conectam em suas superfícies diversas políticas públicas, aspectos simbólicos, políticos e tecnológicos, lutas sociais e circuitos de acumulação de capital. A dimensão experimental de laboratórios, ateliês e oficinas, com atividades práticas distintas, favorece diferentes tipos de ensino que permitem engajar os estudantes criticamente na formulação de “perguntas urbanas”, e estimular seu papel criativo, de “imaginadores urbanos”.

A pesquisa no Instituto deve, por isso, nascer convergente e procurar temas articuladores estratégicos, afins entre os cursos do IC, mas também com outros Institutos e Escolas da Unifesp e parceiros externos. Desse modo, as pós-graduações não deverão ser diretamente continuidades dos cursos, com mestrados e doutorados em engenharia, arquitetura, geografia, administração pública etc.. Mas sim, devem privilegiar programas de pós-graduação interdisciplinares em Cidades, com linhas de pesquisa que combinem uma diversidade de profissionais e pontos de vista para abordar questões emergentes da urbanização mundial, investigações históricas e estudos de futuro.

As linhas de pós-graduação podem ter rebatimento contínuo e produtivo com os temas/problemas abordados nos ateliês multicurso da graduação. De modo que o ensino em ateliê possa alimentar perguntas de pesquisa e vice-versa, criando um sistema cooperativo de pesquisa-ensino associados, testando hipóteses investigativas em âmbito projetual, de desenho de políticas públicas e retornando à investigação científica e reflexiva.

### **c. Extensão**

O Campus Zona Leste já iniciou suas atividades em 2013 com iniciativas de Extensão Universitária. Cabe destaque ao Observatório de Políticas Públicas, ao Centro de Memória da Zona Leste, à Escola de Cidadania e ao Núcleo de Formação sociocultural da Zona Leste. Outras iniciativas em planejamento e que já existem noutros campi da Unifesp são o Cursinho Popular e a Universidade Aberta da Terceira Idade (UATI). Esse planejamento está sendo feito em conjunto com a Prefeitura da cidade de São Paulo por meio da Secretaria de Educação e também da Secretaria de Direitos Humanos e Direitos da Pessoa Idosa. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) já se instalou em alguns CEUs da zona leste que acolhem os polos de EAD para atividades de formação de professores da Rede Pública.

Para a realização dessas iniciativas, e abrigando ainda praças cobertas e espaços culturais de uso compartilhado com a população (como Teatro, Biblioteca, Cineclube, Ateliês), será previsto o prédio frontal do Campus, que constituirá a fachada metropolitana na Av. Jacu Pêssego. Tal edifício convidativo e de uso compartilhado seria a marca de uma universidade aberta à população e em diálogo com seus movimentos sociais.

As profissões oferecidas pelo Instituto das Cidades serão aplicadas, por isso o exercício de estágios supervisionados, escritórios-modelo, incubadoras de cooperativas e empresas, escola de governo, residências profissionais e extensão universitária são momentos fundamentais para a realização de experiências concretas de Práticas Assistidas. Algumas delas já são amparadas por leis federais, estaduais e municipais, como as leis de assistência técnica pública e gratuita em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia para projetos e obras de habitação de populações de baixa renda, movimentos sociais e cooperativas (como a Lei 11.888/2008, que prevê convênios com as universidades para tanto). As Práticas Assistidas permitem a formação profissional em atividades de campo, de aprender fazendo (*learn-by-doing*), em que os estudantes são expostos a contextos reais, interagindo com situações complexas e levando à prova sua formação intramuros. A prática favorece, assim, o reconhecimento das desigualdades sociais e urbanas e o desejo de superá-las, com ações concretas e transformadoras na relação universidade-sociedade, como um meio de ativismo projetual pela justiça urbana.

A vocação extensionista do Campus Zona Leste e do Instituto das Cidades deve refletir-se igualmente na Câmara de Extensão com a possibilidade de uma composição paritária, com metade dos seus membros sendo representantes da sociedade civil organizada, na definição de políticas, programas, bolsas e cursos de extensão e especialização. Na definição de sua matriz curricular, ao menos 10% da carga horária obrigatória dos cursos do IC será destinada a atividades de extensão, como as mencionadas acima. O campus, como a universidade, deverá indicar orçamento para as atividades de extensão de modo a garantir sua viabilidade, continuidade e expansão.

As ações de Extensão são oportunidade única de colocar à prova o ensino e pesquisa, avaliá-los em diálogo com a sociedade e seus contextos territoriais, submetendo o aprendizado a um teste de realidade e ao mesmo tempo procurando novos elementos e interlocutores para informar as ações universitárias como um todo. É desse modo que o Campus Zona Leste propõe a Extensão como Intenção em seu programa de formação de pensadores-construtores de cidades.

A Extensão, contudo, em especial no caso de um Instituto que lida com políticas públicas associadas às carências de infraestrutura e qualidade de vida da população, deve resguardar suas diferenças com a ação do Estado, provedor de serviços públicos e garantidor dos direitos da cidadania. O Instituto deve estar associado às

políticas públicas como agente observador, problematizador e inovador, mas sem a capacidade de implementar ações na escala de serviço público. Para tanto, a universidade pode realizar parcerias e solicitações para que os órgãos públicos competentes atuem no que for de sua responsabilidade na atenção às demandas locais.

#### **d. Exposição e Fóruns anuais**

Ao final de cada ano letivo, todos os temas/problemas enfrentados por todos os cursos em projetos, experimentações concretas e políticas públicas serão expostos em uma semana de debates, na qual avaliar-se-á a pertinência, contradições e conflitos em torno de cada solução e delas com as demais, em um Fórum de discussão sobre a cidade, como exercício de “esfera pública”. Eventualmente, o Fórum pode optar por realizar debates, dramatizações (como o “teatro fórum”) e votações na escolha de soluções divergentes, simular contextos de tomadas de decisão de governo e consulta à sociedade, ou ainda realizar uma plenária de orçamento participativo com os projetos ali apresentados. A Exposição, o Fórum e seus debates serão abertos a toda a população, convidada a opinar e discutir, bem como serão convidados gestores públicos, movimentos sociais, empresas e especialistas de outras universidades pertinentes aos temas em discussão. A montagem de exposições, debates e o Fórum serão contabilizados para fins de integralização na matriz curricular. O resultado anual da Exposição e do Fórum será material para desenvolvimento de projeto editorial gráfico de todos os cursos, sob coordenação e execução dos estudantes.

#### **e. Atividades Complementares**

*[em elaboração]*

#### **f. Residência em Cidades**

O Instituto das Cidades pretende se beneficiar da enorme experiência da Residência Médica e Multiprofissional em Saúde da Unifesp e, mais recentemente, da sua Residência Pedagógica. Propõe-se, assim, um programa de Residência Multiprofissional em Cidades, em que os estudantes deverão trabalhar com políticas públicas de planejamento territorial e suas infraestruturas nos mais diversos lugares do Brasil, levando seus aprendizados e enfrentando situações concretas. A Residência em Cidades é uma especialização opcional que ocorre após a graduação, com bolsa de um ano, configurando-se como um dos eixos aglutinadores das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A Residência contribui para a formação continuada de profissionais que atuam na gestão pública das cidades (convênio entre universidade, prefeituras e Estados). Isso permite uma real aproximação da universidade com o município em que está instalada (pode-se pensar nas subprefeituras, além da gestão central do município, por exemplo). Um contexto supervisionado que proporcionará experiências significativas para a formação teórico-prática dos graduados, devendo gerar novos “problemas” consistentes para pesquisas em nível de pós-graduação.

## **14. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES**

---

#### **a. Gestão Acadêmica do Instituto das Cidades**

O modelo de convergência de conhecimento presente no Instituto das Cidades está relacionado à compreensão de que os problemas territoriais das cidades e demais assentamentos humanos são essencialmente interdisciplinares e necessitam de uma formação voltada ao acionamento e à integração de tecnologias e diferentes áreas de conhecimento para sua resolução. O modelo toma por base um movimento que ao mesmo tempo conjuga a especificidade e promove o aprofundamento da produção das disciplinas “tradicionais”, beneficia e fomenta estratégias de reflexão e ação que buscam extrapolar as fronteiras disciplinares. Com isso, para além da convergência dos vários campos de conhecimentos, os processos de ensino-aprendizagem e de intervenção presentes no IC estarão fundamentados no trabalho colaborativo e na formação de redes de investigação científica e social que levem a soluções inovadoras, socialmente referenciadas, que visem à promoção e à consolidação dos direitos da cidadania.

O modelo implica, entre outros fatores, uma mudança radical na organização acadêmica, com a superação da divisão tradicional de departamentos por disciplinas. Com isso, os docentes, técnicos e estudantes que venham a integrar o Instituto das Cidades precisarão estar comprometidos com a sua missão. O estímulo ao livre debate e entrecruzamento de ideias, aos conhecimentos prévios e ao trabalho colaborativo é ambiente imprescindível para fomentar o modelo de convergência de conhecimento aqui proposto. Um ambiente que deve promover a consciência do futuro profissional/pesquisador sobre as fronteiras disciplinares e sua transcendência, com uma base integrada, profunda e ampla de conhecimentos, para que possa entender, com múltiplas perspectivas, as questões complexas e conflituosas do dia a dia das cidades e tratá-las de forma crítica, criativa, colaborativa e fundamentada.

O Instituto das Cidades será uma Unidade Universitária situada geograficamente no Campus Zona Leste e estará articulada academicamente às demais Unidades Universitárias da Unifesp, fomentando maior integração entre as diferentes áreas de conhecimento, podendo, por exemplo, propor a instalação de unidades avançadas em outros campi, bem como abrigar unidades avançadas sugeridas por outros campi. O IC terá uma Direção Acadêmica, uma Congregação e uma Câmara Integrada de Graduação, Extensão e Pesquisa.

Na sua primeira fase de implantação o Instituto das Cidades manterá uma Câmara Integrada de Graduação, Extensão e Pesquisa, fortalecendo a interdisciplinariedade e a indissociabilidade do seu Projeto Político Pedagógico. Apenas após a formação das primeiras turmas de cada curso de graduação e início das pós-graduações que o Instituto das Cidades avaliará a pertinência de manter unificada ou separar a Câmara em três, desde que mantenham diálogo.

A Câmara integrada faz o planejamento global das atividades acadêmicas e apenas em aspectos executivos distribui trabalhos para secretarias separadas de graduação, extensão e pesquisa. A Câmara integrada enviará três representantes aos Conselhos Centrais, um para o Conselho de Graduação, outro para o Conselho de Extensão e o último para o Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação.

A Câmara será composta pelos coordenadores dos Cursos de Graduação, coordenadores das Linhas Interdisciplinares, coordenador de Gestão de Espaços Físicos, representantes de estudantes, de técnicos e da sociedade civil.

A Câmara Integrada do IC será um órgão consultivo e deliberativo, vinculado à Congregação do Instituto, que proporá, planejará e coordenará as políticas e as ações acadêmicas do IC:

- Acompanhará e avaliará o projeto acadêmico do IC no que diz respeito à graduação, propondo ajustes a serem submetidos à Congregação para aprovação. Analisará, avaliará e emitirá pareceres sobre os projetos pedagógicos dos cursos de graduação do IC e acompanhará a implementação das matrizes curriculares e as normas regimentais, em acordo com a legislação vigente;
- Será responsável por planejar e deliberar sobre a oferta curricular e a atribuição da carga didática dos docentes do IC, dando suporte e apoio acadêmico ao funcionamento dos ateliês, laboratórios, oficinas e estúdios/residência.
- Para tanto, a Câmara contará com comissões assessoras de docentes e técnicos que trabalhem mais sistematicamente em cada uma das modalidades de Unidades Curriculares (UCs) ofertadas pelo IC – UCs “tradicionais”, ateliês, laboratórios, oficinas e estúdio.
- Analisará as necessidades dos cursos de graduação e do IC no que se refere à contratação de docentes e técnicos em educação, elaborará o perfil profissional e requisitos presentes nos editais a serem lançados para a contratação de novos servidores e encaminhará à deliberação da Congregação.
- Proporá e executará as políticas de desenvolvimento das atividades de extensão (programas e projetos sociais, cursos de extensão, eventos, prestação de serviços, cursos de pós-graduação *latu sensu* e programas de residência multiprofissional em cidades) em andamento pelo Instituto das Cidades, conforme a Política de Extensão definida pelo Fórum Brasileiro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas e do Regimento Interno da Unifesp.
- Promoverá e coordenará atividades de pesquisa no âmbito do Instituto das Cidades.
- Definirá prioridades do Instituto das Cidades em projetos institucionais de fomento à pesquisa e seus espaços físicos.
- Definirá a oportunidade e condição de abertura de pós-graduações interdisciplinares do Instituto. Na medida em que cursos de pós-graduação *strito sensu* foram abertos, ampliam-se as atribuições da Câmara neste campo.

#### **b. Gestão Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo**

O curso de Arquitetura e Urbanismo, como os demais cursos do Instituto das Cidades, contará com um coordenador e um vice-coordenador pedagógico, responsáveis por promover a implantação da proposta do Instituto das Cidades (IC) e do próprio curso, em conjunto com os coordenadores e vice-coordenadores dos demais cursos e linhas interdisciplinares do IC. O coordenador do curso será membro da Câmara de Integrada de graduação, extensão e pesquisa e deverá encaminhar as demandas do curso àquela instância de deliberação.

O curso terá um colegiado cujo objetivo será o de estabelecer as diretrizes da gestão administrativa e pedagógica do curso em conformidade com as regras e normas do IC e da Pró-Reitoria de Graduação da

Unifesp. O colegiado será presidido e representado pelo coordenador do curso, composto por docentes em atividade no curso, incluídos docentes em regime de colaboração, bem como dos representantes discentes e técnicos participantes da Comissão de Curso.

A gestão do curso será operacionalizada por uma Comissão de Curso, responsável por elaborar e atualizar o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPPC) em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do IC. A comissão será composta por docentes, discentes e técnicos. Entre os docentes, estarão necessariamente o coordenador e vice-coordenador do curso, além de pelo menos um docente que trabalhe mais sistematicamente em cada uma das modalidades de organização das Unidades Curriculares (UCs).

A comissão de curso contará com a assessoria do Núcleo Docente Estruturante (NDE) no que diz respeito ao processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPPC. Todos os membros do NDE serão membros da comissão do curso e terão perfil ligado à identidade disciplinar do curso.

A comissão deverá submeter qualquer alteração de PPPC à apreciação de seu colegiado, da Câmara de Graduação, à aprovação da Congregação e à homologação do Conselho de Graduação. Semestralmente, as comissões dos cursos, após ouvidos seus colegiados, proporão a oferta de unidades curriculares (fixas, eletivas e optativas), na forma de UCs, ateliês, laboratórios, oficinas e estágios, que deverão responder às necessidades formativas dos graduandos e ao PPP do IC, submetendo sua proposta à deliberação da Câmara Integrada de Graduação, Extensão e Pesquisa.

### **c. Coordenadoria de Gestão de Espaços Pedagógicos**

A diversidade de espaços pedagógicos, em especial do sistema Escritórios-Laboratórios-Oficinas (ELO), exige uma dedicação importante da administração do campus para a distribuição, operação e manutenção desses espaços. Para esse fim é estabelecida uma coordenadoria administrativa e executiva de Gestão de Espaços Pedagógicos (GEP), formada por TAEs. Tal coordenadoria atua de forma integrada com divisões administrativas do campus na área de compras, infraestrutura, serviços etc. Tem como objetivo deixar em condições adequadas e de segurança todos os espaços pedagógicos do campus e realizar a alocação semestral dos espaços pedagógicos. Para tanto, esta coordenadoria não tem autonomia deliberativa e remete à Câmara integrada de ensino, pesquisa e extensão, da qual o coordenador de GEP participa, e à Congregação, quando necessário, a decisão de alocação de espaços.

Nenhum espaço pedagógico é de gestão ou uso exclusivo de um Curso, Linha ou professor. Todos os espaços pedagógicos do Campus são vinculados diretamente ao Instituto das Cidades e deliberações sobre sua destinação, uso, operação, manutenção, reforma etc., são tomadas pelas instâncias colegiadas do Instituto, como a Congregação e a Câmara integrada, e executadas pela GEP.

## **15. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO**

#### **a. Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem**

O sistema de avaliação será individual e processual, permitindo estratégias de recuperação a cada etapa de desenvolvimento da Unidade Curricular. Ao longo do semestre serão atribuídas notas aos resultados obtidos a cada etapa de trabalho concluída. Cada avaliação tem peso proporcional ao tempo e à complexidade das atividades desenvolvidas.

A avaliação final será composta pela nota atribuída pelas Unidades Curriculares e a nota atribuída pelo conjunto de professores ao desempenho geral do estudante no âmbito do Bloco Temático.

As Unidades Curriculares não vinculadas aos Núcleos Temáticos terão avaliações próprias.

#### **b. Sistema de Avaliação e Revisão do Projeto Pedagógico do Curso**

A Avaliação de Desempenho do Projeto Pedagógico deverá ser periódica, processual e coletiva. Deverá levar em consideração o resultado dos trabalhos das Unidades Curriculares, dos Núcleos Temáticos, especialmente dos TCCs e Memoriais. Outro indicador da efetividade do projeto pedagógico será o acompanhamento da inserção profissional e acadêmica dos egressos. Esse acompanhamento trará relevantes informações para a revisão do Projeto Pedagógico.

A revisão permanente do Currículo acontecerá por meio de Fóruns abertos e temáticos, que serão convocados com pautas definidas, respeitando os objetivos, princípios e diretrizes de criação do curso, a qualquer momento, acumulando as discussões de avaliação de desempenho do curso e de propostas de alteração no Projeto Pedagógico e sua matriz curricular.

Essas contribuições serão consolidadas em revisões quinquenais ou em intervalos não inferiores a 5 anos, garantindo sua progressividade e avaliação contínua. Exceção feita ao período de implantação do curso quando uma avaliação de desempenho deve ser realizada após a conclusão do segundo ano para ajustes e eventuais mudanças curriculares a serem implementadas até a conclusão da primeira turma.

A inserção do corpo docente ingressante nos processos de avaliação de desempenho e de revisão curricular é parte fundamental do reconhecimento, acolhimento e apropriação do Projeto Pedagógico de criação do curso, a que passa assumir coletivamente o protagonismo ao propor os aprimoramentos e desenvolvimentos cabíveis.

## **16. COOPERAÇÃO ACADÊMICA**

*[Em elaboração. PPP do Instituto das Cidades indica possíveis parceiros]*

- a. Cooperação com Escolas e Institutos da Unifesp**
  
- b. Cooperação com Universidades e Institutos do Estado de São Paulo**
  
- c. Cooperação com Universidades e Institutos Federais**
  
- d. Cooperação Internacional**

## 17. ADMINISTRAÇÃO-ESCOLA E PERFIL DOS TAEs

### a. A administração-escola do campus e seu programa de estágio

A concepção do novo campus da Unifesp na Zona Leste como mini-cidade (ver item 20.a), que funciona como um espaço experimental de planejamento e gestão, favorece que a própria administração do campus funcione como escola de formação complementar para os alunos dos diferentes cursos, por meio de atividades de integração, programa de estágio, bolsas de iniciação à gestão (BIG), escola de governo etc. Além disso, este, por ser o campus que abriga o curso de graduação em Administração Pública, tem a missão de integrar ensino e gestão de forma inovadora, constituindo um elo importante de aprendizado e implementação, tanto para a renovação da própria gestão quanto da graduação. Esta é oportunidade única para apresentação aos estudantes de situações concretas de administração de um órgão público especial, que é a própria Universidade – cuja obrigação é ser um setor do Estado brasileiro capaz de autorreflexão permanente e produção de conhecimento.

A administração-escola do Campus Zona Leste prevê um programa de estágio que poderá atender simultaneamente cerca de 80 estudantes – com um projeto pedagógico específico. O estágio programado é uma atividade educativa indispensável à integralização curricular da formação dos administradores públicos, arquitetos e urbanistas, geógrafos, engenheiros civis e engenheiros ambientais e sanitários e tem por objetivo qualificar o processo de ensino-aprendizagem do trabalho que ocorre no âmbito da formação e da intervenção profissional. Trata-se de uma importante etapa no ciclo de vida do aluno na graduação, pois é o momento que permite a articulação interdisciplinar entre as diferentes unidades curriculares com as dimensões teórico-metodológica e técnico-práticas que são necessárias para o exercício profissional. Assim, a gestão do campus se apresenta como espaço importante para escolha e oportunidade de estágio por parcela dos estudantes.

Os alunos do Instituto das Cidades terão a oportunidade de estagiar nas diferentes áreas que compõe a gestão do campus: Administração, Áreas Acadêmica, Complexo de Esporte, Saúde e Alimentação, além dos vários programas de Extensão previstos (Centro de Memória da Zona Leste, Escola de Governo, Escritório Modelo, Observatório de Políticas Públicas, entre outros, alguns já em funcionamento).

A Administração do campus como um todo envolve diversas atividades e diferentes complexidades relacionadas à administração de uma organização pública como, por exemplo, área de compras públicas, contratos e convênios, licitações, planejamento de infraestrutura, gestão de imóveis, gestão com pessoas, tecnologia de informação, gestão ambiental, controladoria, entre outras, sendo estes interessantes espaços que permitirão aos alunos presenciar na prática atividades de planejamento, organização, liderança, comando e controle, desenvolver habilidades e técnicas de negociação assim como capacidades técnicas específicas de cada atividade.

Já as Atividades Acadêmicas contemplam as diferentes atividades de ensino, pesquisa, cultura e extensão do Instituto das Cidades permitindo aos estagiários desenvolver atividades junto à câmara integrada de graduação, extensão e pós graduação, biblioteca, diversos laboratórios e ateliês temáticos e de políticas públicas, entre outros. As grandes oficinas e canteiro experimental também serão espaços importantes de formação profissional dado que nas oficinas de materiais, maquetes e protótipos, no próprio canteiro experimental, na central ambiental e de reciclagem os alunos poderão fazer a conexão entre os referenciais teórico metodológicos com os práticos.

Fundamental em todo este processo é a supervisão dos estágios tanto por docentes dos cursos como por um representante do Programa de Estágio dentro da Administração-Escola do Instituto das Cidades a fim de potencializar as possibilidades de aprendizado profissional dos estudantes garantindo o melhor contato com a realidade dos espaços envolvidos e estimulando uma reflexão crítica e construtiva capaz de contribuir com a melhor execução das atividades de forma eficiente e eficaz na gestão do espaço e dos recursos públicos.

#### **b. Perfil dos Técnicos Administrativos em Educação – TAEs**

Os Técnicos Administrativos em Educação do Instituto das Cidades, são sujeitos fundamentais na construção e desenvolvimento do campus, serão responsáveis por uma serie de atividades na gestão do campus e no apoio às atividades acadêmicas, de ensino, extensão e pesquisa. Espera-se que os TAEs:

- Atuem no planejamento, organização, execução e avaliação das atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino;
- Atuem no planejamento, organização, execução e avaliação das atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa, cultura e extensão;
- Atuem no planejamento, organização, execução e avaliação das atividades técnico-administrativas para gestão e operação cotidiana do Campus, mantendo as atividades meio e infraestruturas necessárias para o seu pleno funcionamento;
- Realizem tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Unifesp disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto das Cidades;
- Participem de programas de capacitação e aperfeiçoamento, pós-graduação e pesquisa;
- Contribuam e participem com o desenvolvimento de atividades de cultura e extensão fortalecendo as relações com o entorno do campus e a região da Zona Leste;
- Contribuam com o intercambio de conhecimento e troca de informações entre os campi, escolas e institutos da Unifesp;
- Contribuam com o desenvolvimento de uma Administração-Escola no âmbito do IC, levando sua experiência para o restante da Unifesp;
- Contribuam com o desenvolvimento discente nas atividades ligadas aos estágios do Programa Administração-Escola, colaborando com o projeto pedagógico de integração ensino-gestão;
- Participem como representantes do IC em órgãos colegiados, tais como comissões, câmaras e conselhos;
- Mantenham reflexão permanente sobre suas práticas administrativas e em assuntos educacionais, como profissionais críticos, conscientes e ativos na construção de uma universidade democrática, eficiente e socialmente referenciada.

## 18. APOIO AO ESTUDANTE

### a. Programas e Ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

(obs: vigentes em 2015, sujeitas a alterações)

- *Núcleos de Apoio ao Estudante (NAEs)*. Em cada campus da Unifesp há uma equipe formada por profissionais das áreas de serviço social, educação e saúde que compõem o NAE. O NAE está vinculado à PRAE e a Direção do Campus e tem como objetivos principais: Contribuir para as Políticas de Permanência estudantil; Executar e contribuir para as políticas de apoio aos(às) estudantes; Contribuir para o desenvolvimento acadêmico, visando uma formação integral e de qualidade; Participar, apoiar ou acompanhar projetos vinculados aos(às) estudantes junto à PRAE.
- *Serviço de Saúde do Corpo Discente (SSCD)*. É um Serviço criado para receber estudantes de todos os Campi que necessitem de atendimento médico especializado e que não seja coberto pelos serviços de saúde do município no qual se encontra o Campus do(a) estudante. São atendimentos em diversas especialidades: odontologia, ginecologia, ortopedia, psiquiatria, nefrologia, cirurgia vascular, urologia, dermatologia, otorrinolaringologia e endocrinologia. Conta também com apoio de serviço de enfermagem. Este serviço não pode ser considerado um substituto para os serviços de seu município e nem pode ser tratado como um “plano de saúde” da Unifesp.
- *Restaurantes Universitários*. Em todos os Campi da Unifesp existem Restaurantes Universitários. Neles a comunidade acadêmica pode realizar suas refeições balanceadas (almoço e jantar) com o preço subsidiado. Ou seja, o valor é fixo e bem abaixo do preço da refeição. O(a) estudante paga o preço fixo e a PRAE complementa.
- *PAPE – Programa de Auxílio para o(a) Estudante*. É um dos programas que compõem a Política de Permanência Estudantil da Unifesp. Ele tem como objetivo criar condições de acesso, aproveitamento e permanência plenos da formação acadêmica aos(às) estudantes que apresentem perfil de vulnerabilidade socioeconômica através da concessão de auxílios. A análise para concessão dos auxílios é realizada pela assistente social do NAE de cada campus por meio de um estudo para identificar o perfil do(a) estudante que pode ser classificado como:
  - Perfil I: caracteriza situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica;
  - Perfil II: caracteriza situação de alta vulnerabilidade socioeconômica;
  - Perfil III: caracteriza situação de média vulnerabilidade socioeconômica;
  - Perfil IV: caracteriza situação de baixa vulnerabilidade socioeconômica;
  - Perfil V: caracteriza situação de vulnerabilidade financeira, ou seja, apenas atende ao perfil de renda estabelecido pelo PNAES sem apresentar outros indicadores sociais (perfil não prioritário).
- *PBP - Programa de Bolsa Permanência*. É um programa do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de

vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao(à) estudante de graduação por meio de um cartão de benefício. Este programa somente atende estudantes de cursos com 05 ou mais horas diárias de aula. Os(as) demais estudantes não contemplados por este critério podem solicitar os auxílios do PAPE, conforme as normas deste programa.

- *Atenção à Saúde Física e Mental Acolhimento em Saúde.* Entrar na universidade é um momento de mudanças intensas na vida do(a) estudante. Muitas questões novas se colocam: como estudar, onde morar, com quem contar, onde ir, o que fazer com tudo o que aprendi e não funciona mais nesse novo lugar? Essas, entre outras questões, podem nos levar a caminhos diferentes; por um lado, podemos ficar mais frágeis e todo esse processo se tornar mais difícil ou podemos nos tornar mais potentes e todas essas questões podem nos impulsionar na nossa vida acadêmica. Em ambas situações é importante saber que temos na universidade uma equipe de profissionais abertos a acolher e ajudar os estudantes a encaminhar as questões que emergem nesse momento, assim como nos demais momentos do ciclo de formação. As ações desenvolvidas nos NAEs são baseadas nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e contam com o acolhimento de demandas do(a) estudante e do contexto universitário de modo a encaminhá-las para as unidades de atenção (internas e externas) de acordo com cada especificidade. Além do acolhimento, a política de atenção em saúde trabalha a partir de eixos (alimentação, sexualidade, atividade física, cultura, lazer, pertencimento, articulação e mobilização) que organizam as ações desenvolvidas junto aos(as) estudantes da universidade. Essa organização considera as dimensões mais sensíveis ao ciclo de vida universitário e permite a ampliação de temas de acordo com as possibilidades e necessidades tanto da universidade quanto dos(as) estudantes.
- *Rede Procultura Unifesp.* Tem como objetivo mapear e auxiliar as atividades culturais no âmbito das ações da Coordenadoria de Cultura, Atividade Física e Lazer da PRAE.
- *BIG - Bolsas Iniciação à Gestão.* O Programa BIG atribui bolsas e tem como objetivo oferecer ao(à) estudante espaços e condições para a iniciação e desenvolvimento de atividades que promovam aprimoramento de suas futuras habilidades profissionais. Este programa tem uma natureza ao mesmo tempo acadêmica e profissionalizante, no que diz respeito ao processo de formação e vivência universitária em setores relacionados à gestão educacional, institucional e social. Nele, podem concorrer projetos de servidores da Universidade. O Programa BIG PRAE atribui bolsas e tem como objetivo potencializar as ações de permanência estudantil, trabalhando junto com estudantes bolsistas em atividades que promovam a criação, o acompanhamento e aprimoramento de políticas institucionais sobre esse assunto em cada campi da Unifesp. Nele, os(as) bolsistas trabalham em projetos desenvolvidos pelas equipes dos NAE e SSCD e Coordenadorias da PRAE.
- *Promisões - Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior.* Tem o objetivo de fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura. O projeto oferece apoio financeiro de R\$ 622,00 (valor em 2015) para alunos(as) estrangeiros(as) participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), regularmente matriculados(as) em cursos de graduação em instituições federais de educação superior. O auxílio visa cooperar para a manutenção dos(as) estudantes durante o curso, já que muitos(as) vêm de países pobres.

- *Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir)*. Propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (IFES). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. Desde 2005, o programa lança editais com a finalidade de apoiar projetos de criação ou reestruturação desses núcleos nas IFES. Os núcleos melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas.
- *Auxílio a transportes para atividades complementares*. As atividades complementares visam promover a sociabilização, o estímulo da criatividade e a autoestima dos(as) estudantes da Unifesp. Durante o ano você pode solicitar transporte coletivo, destinado a apoiar sua participação em eventos de caráter político, didático-pedagógico, cultural ou esportivo.
- *Procultura Estudantil e Proesporte Estudantil*. Os editais constituem parte da política da Coordenadoria de Cultura, Atividade Física e Lazer e tem como objetivo dar apoio financeiro a projetos nas áreas de cultura e esporte.

#### **b. Programas e Ações da Pró-Reitoria de Graduação**

(obs: vigentes em 2015, sujeitas a alterações)

- *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC*. É voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação do ensino superior, visando contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional, para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação, incentivar as instituições à formulação de uma política de iniciação científica, possibilitar maior interação entre a graduação e a pós-graduação, qualificar alunos para os programas de pós-graduação, estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural e proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.
- *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI*. Foi criado no sentido de estimular estudantes do ensino técnico e superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação, visando contribuir para a formação e engajamento de recursos humanos para atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País, para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação, incentivar as instituições à formulação de uma política de iniciação científica, possibilitar maior interação entre a graduação e a pós-graduação, qualificar alunos para os programas de pós-graduação, estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica,

tecnológica, profissional e artístico-cultural e proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.

- *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF)*. É uma ação que tem como missão complementar as ações afirmativas já existentes nas universidades. Seu objetivo é oferecer aos alunos beneficiários dessas políticas a possibilidade de participação em atividades acadêmicas de iniciação científica. Este Programa está inserido no PIBIC e é resultado de uma parceria entre a Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SUBPAA / SEPPIR-PR e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia – CNPq / MCT.
- *Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID Unifesp*. Tem por finalidade apoiar a iniciação à docência de estudantes de licenciatura visando aprimorar a formação, valorizar o magistério e contribuir para a elevação do padrão de qualidade da educação básica.
- *Programa de Monitoria*. Visa contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, promover cooperação entre professores e alunos e estimular a iniciação à docência.
- *Programa Jovens Talentos*. Visa capacitar o aluno recém ingresso na Universidade, selecionado por prova de conhecimento gerais específico elaborado pela CAPES e CNPq, para desenvolverem após um ano, Programas de Iniciação Científica (PIBIC/PIBITI/PIBIF-Af), PIBID ou Ciência sem Fronteiras.
- *Programa de Educação Tutorial (PET)*. É uma política do Ministério da Educação que foi criada para apoiar atividades acadêmicas que integrem ensino, pesquisa e extensão. A partir de editais específicos, são formados grupos tutoriais de aprendizagem que possibilitam a realização de atividades extracurriculares complementares à formação acadêmica do graduando de acordo com o plano de desenvolvimento institucional e do projeto pedagógico da graduação. Cada grupo PET é formado por um docente tutor e por estudantes, que recebem apoio financeiro para o desenvolvimento de suas atividades do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- *Programa de Aperfeiçoamento Didático (PAD)*. É uma política institucional de formação de professores para o ensino superior, caracterizando-se como espaço de aprendizagem sobre o magistério superior na perspectiva de dialogar com a formação docente universitária inicial e permanente de mestrandos e doutorandos. O PAD abrange os estudantes de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu de mestrado ou doutorado. Parte-se do princípio de que o preparo para a função docente não significa apenas a instrumentação técnica, mas também uma reflexão crítica desta prática e da realidade onde esta se realiza.

## 19. QUADRO DE SERVIDORES DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES

### a. Docentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo

- *Estimado em 35 docentes*
- *Apresentação de mini-cvs (ainda não há docentes concursados/alocados)*

### b. Docentes dos demais cursos do Instituto das Cidades

- *Total de docentes pactuados com o MEC para os primeiros 5 cursos, com vagas a serem enviadas progressivamente até 2018: 159*
- *Total de docentes dos 8 cursos: 243*

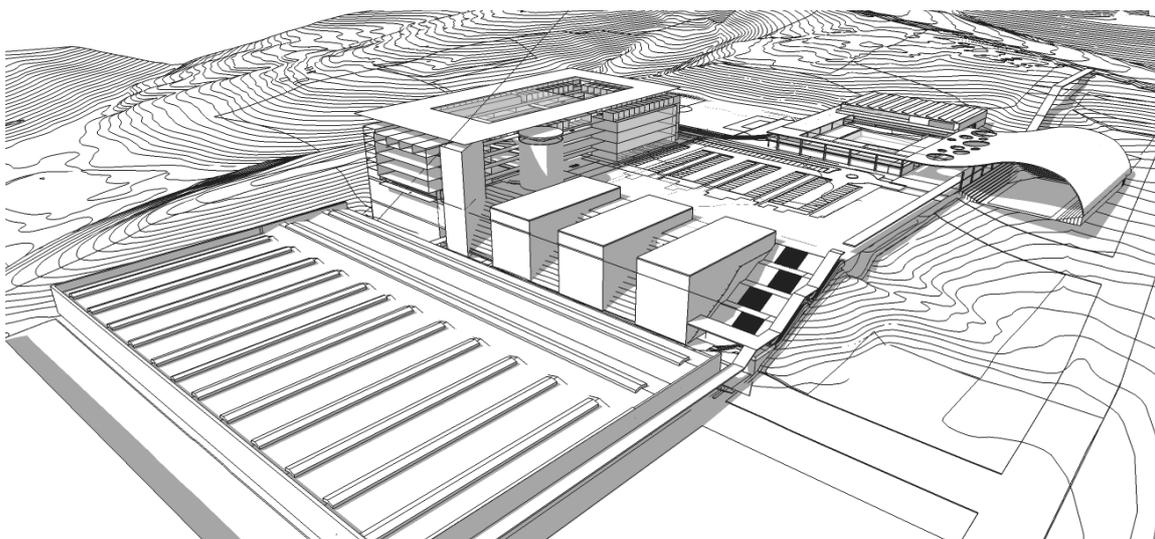
### c. Técnico Administrativo em Educação -TAEs do Campus Zona Leste

- Total de TAEs pactuados com o MEC para os primeiros 5 cursos: 184
- Destes 74 TAEs classe E (Nível Superior) e 110 TAEs classe D (Nível Médio)
- 80% dos TAEs são alocados no Campus e 20% na Reitoria ou livre distribuição desta
- Assim, o Campus contará até 2017, conforme a pactuação com: 147 TAEs, sendo 59 de Nível E e 88 de Nível D

## 20. INFRAESTRUTURA DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES



Vista aérea do terreno e edifícios da antiga metalúrgica Gazarra – Campus Zona Leste, 2013.



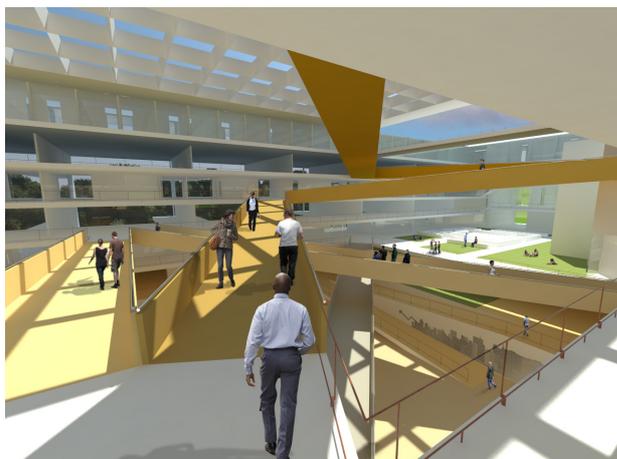
Estudo Preliminar de Arquitetura e Urbanismo para o Campus Zona Leste realizado pelo Escritório Público de Projetos das Pró-Reitoria de Planejamento da Unifesp.

### a. Campus como mini-cidade escola

A oportunidade de realizar o Instituto das Cidades será também a de entender o Campus Zona Leste como um espaço experimental de produção e gestão de cidades em que o próprio campus é objeto de pesquisa e intervenção. Com diversas formações em planejamento, projeto e construção de cidades, esse campus deverá manter um caráter de exemplaridade em si mesmo, com pesquisas experimentais permanentes. Entre elas, testar novas tecnologias construtivas e formas espaciais inovadoras; pensar sua relação com o contexto urbano e com a paisagem, incluindo a área de preservação e nascentes que abriga; realizar uma política de gestão ambiental e de resíduos, monitoramento constante de emissões, reuso de água e eficiência energética, com objetivo de redução da pegada ambiental; combinar e alternar momentos de estudo com os de “trabalho” (dentro das oficinas da antiga fábrica, mantida como espaço de produção); realizar ações piloto de intervenção, manutenção e recuperação em edificações, móveis e equipamentos do campus; realizar plenárias e grupos de trabalho de avaliação, mapeamento, planejamento e administração do Campus, como exercício de gestão de uma pequena cidade; tudo isso com o objetivo de se tornar um campus sustentável, construtivamente inovador, acolhedor e democrático.

O Campus Zona Leste ainda permite que várias camadas históricas, de uso e ocupação da sua gleba permaneçam de algum modo ativos, física e pedagogicamente. São elas: a Área de Preservação Permanente - APP de cerca de 25 mil m<sup>2</sup>, com mata nativa e duas nascentes e córregos afluentes do Rio Jacu; o primeiro uso antrópico da gleba como chácara de família de imigrantes japoneses, produtora de horti-fruti e integrante do cinturão verde leste de São Paulo; sua conversão em área industrial no final dos anos 1970 com a instalação da Metalúrgica Gazarra, uma das principais fábricas da Zona Leste e importante lugar de memória operária; e, por fim, sua transformação em Campus Universitário. De tal forma que a mini-cidade dialoga com esses patrimônios materiais e imateriais, ambientais e construídos. Seja com a recomposição e gestão da APP e recuperação das duas nascentes e córregos; com a destinação de ao menos 10 mil m<sup>2</sup> (1ha) para agricultura urbana, com horta e pomar, que abastecerá o Restaurante Universitário; a manutenção e renovação do prédio principal da indústria Gazarra para instalação das grandes oficinas e canteiro experimental; e, por fim, as novas edificações universitárias. De modo que tempos e naturezas distintas se interrelacionam, dialogam e são espaços pedagógicos para compreensão de uma mini-cidade que se faz com consciência do seu sentido histórico, seus patrimônios e memórias.





Perspectivas internas do edifício principal (estudo preliminar, Pró-Reitoria de Planejamento)

### b. Plano Diretor do Campus e Fases de Implantação do Campus

O partido projetual do Plano Diretor Preliminar (*Master Plan*) do campus procura potencializar suas conexões com a situação urbana onde se encontra. A parte frontal do terreno, na Av. Jacu-Pêssego, é entendida como a “fachada metropolitana” do campus. Nessa avenida passará um corredor metropolitano de ônibus que integrará diversas estações de metrô e ônibus, além das regiões do ABC com Guarulhos e o Rodoanel. É por ali que chegará grande parte do público da universidade, onde se pretende que a estação do corredor metropolitano de ônibus tenha sistema de passarelas que permita o acesso direto ao campus, sem a necessidade de atravessar a movimentada avenida.





Na fachada metropolitana a universidade se apresenta aos cidadãos, com edifícios de grande presença e de uso público, compartilhado entre universidade e a sociedade em geral. O edifício denominado de Bloco A abrigará teatro, cinema, biblioteca central do campus, Centro de Memória da Zona Leste, Observatório de Políticas Públicas, Universidade Aberta da Terceira Idade, Incubadora de Cooperativas, entre outros projetos de extensão universitária, praças cobertas e abertas e um restaurante que pretende atender tanto ao público acadêmico quanto a outros usuários desse equipamento de cultura e extensão. A fachada metropolitana é, desse modo, expressão do desejo da universidade de manter seu diálogo com a sociedade, de oferecer equipamentos que possam ser utilizados por públicos diversificados. É também reconhecimento da mobilização popular que deu origem ao campus – e de que a sociedade não pode ser apartada da universidade por muros físicos e simbólicos.

A outra fachada, para a Rua Sho Yoshioka, é denominada de “fachada de bairro”. Nela definimos a localização de equipamentos da universidade que colaboram para a animação da vida de bairro e novos serviços. São eles a creche, a Moradia Estudantil e o Clube Atlético do campus. A Rua Sho Yoshioka interliga bairros populares com o Parque do Carmo e o Sesc Itaquera. Pode-se pleitear junto à prefeitura a qualificação dessa via, incluindo ciclovias e novos empreendimentos habitacionais e de uso misto. A área destinada ao Clube Universitário integrar-se-á à APP, com Mata Atlântica e duas nascentes de córregos intermitentes. Essa área será preservada integralmente, recuperada no que for necessário e aproveitada em seu potencial paisagístico, com trilhas para caminhadas. A Moradia Estudantil deve ser pensada, como já vem sendo proposto nos debates e comissões internas da Unifesp, não apenas como alojamento, mas como uma república (*res-publica*) estudantil. Isto é, como espaço de autonomia para atividades, debates, estudos, festas, cineclube, cozinhas coletivas – um exercício de socialização dos jovens, diferenciado do isolamento doméstico

convencional. A moradia estudantil, que também será fruto de concurso organizado para todos os campi da Unifesp, deverá ser exercício para se pensar novas organizações espaciais, qualidades ambientais e tecnologias para a moradia econômica, não apenas estudantil, mas que é resultado das políticas públicas habitacionais.

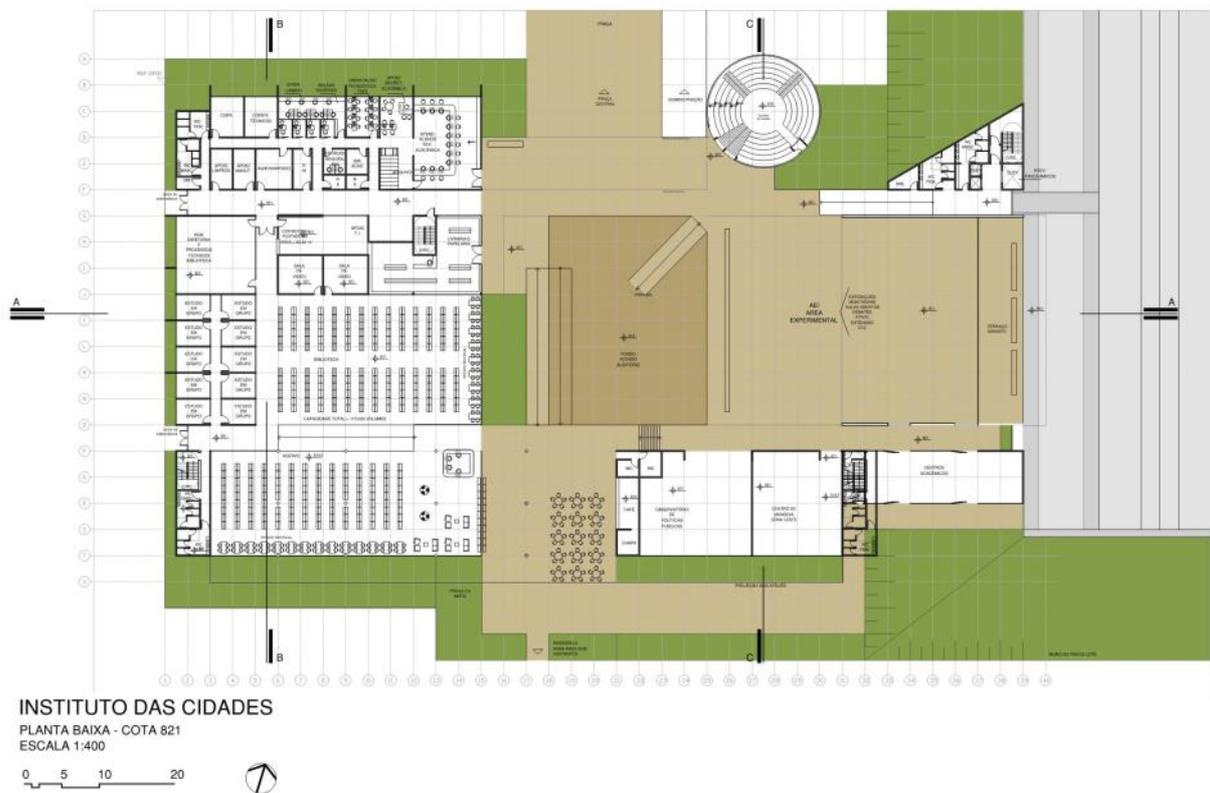
No interior da gleba, propõe-se que o platô que abriga o prédio principal da antiga fábrica Gazarra e da cooperativa que lhe seguiu tenha grande parte do edifício mantido e recuperado. Essa é uma decisão tanto para manter viva a memória operária da zona leste, para a qual esse prédio faz referência a um importante espaço do mundo do trabalho, quanto para ser utilizado novamente em atividades práticas e de produção, agora experimentais e acadêmicas. A fábrica recuperada será o Bloco B, com oficinas de materiais (madeira, metais, concreto, argamassa armada, tijolo e cerâmica, terra crua, bambu, fibras vegetais, etc.), o Canteiro Experimental coberto (que contará com ponte rolante e executará exercícios modulares e de pré-fabricação leve), o Setor de Protótipos e Modelos, uma pequena gráfica e, por fim, as Centrais de Monitoramento Ambiental e de Gestão de Resíduos e Reciclagem – que fará pesquisa na área e o tratamento do próprio lixo do campus, incluindo o das oficinas. A manutenção do prédio da antiga fábrica não significa que deva permanecer intocado, mas pode sofrer interferências, aberturas, demolições e recomposições parciais, para melhor atender ao programa de necessidades, incluindo áreas de convivência coberta e praças.

O segundo platô, mais acima, é a área destinada ao ensino e à pesquisa. Ali serão instalados os prédios dos institutos do campus. O primeiro deles, o Bloco D, será o Instituto das Cidades. Nele estarão as salas de aula, ateliês de projeto, laboratórios de ensino e pesquisa, salas de professores, direção e secretarias acadêmicas. Também faz parte do programa um auditório, uma cantina e uma praça coberta para exposições, convívio e grandes debates. A circulação dos usuários deve permitir que visualizem os ateliês de projeto e mesmo os laboratórios com todas as suas atividades, exibindo a animação do aprendizado aplicado e interdisciplinar. O Bloco D ainda pode explorar sua fachada sul, sem incidência solar direta e com potencial para ser envidraçada, com vista para a Mata Nativa no entorno dos corpos d'água.

Entre os dois platôs, na condição de edifício-infraestrutura, que colabora com a urbanização de um talude e sua contenção, estará o Bloco C, de Administração e áreas técnicas. Deverá ser um bloco baixo e linear, paralelo à antiga fábrica, com térreo com almoxarifados centrais, áreas de apoio a terceirizados, áreas técnicas de geradores e datacenter, além de um miniambulatório. Nos andares superiores serão instalados os setores administrativos, apoio acadêmico e direção do campus, concentrando grande parte dos servidores técnicos da universidade.

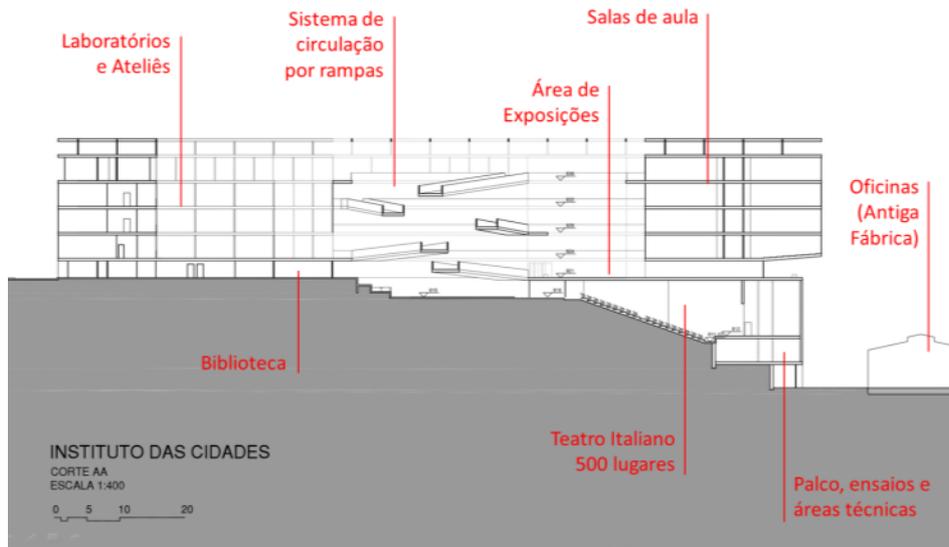
**Obs: Os trechos a seguir, apresentando projetos e descrevendo a infraestrutura do Instituto das Cidades e do Campus serão detalhados concomitantemente ao desenvolvimento do projeto executivo, que ocorrerá a partir de setembro/15.**

c. Edifício Principal do Instituto das Cidades

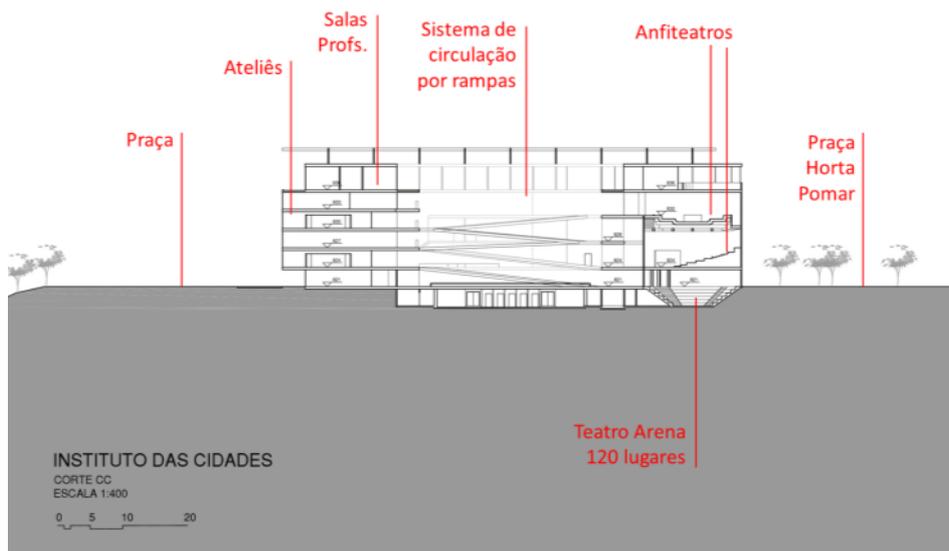


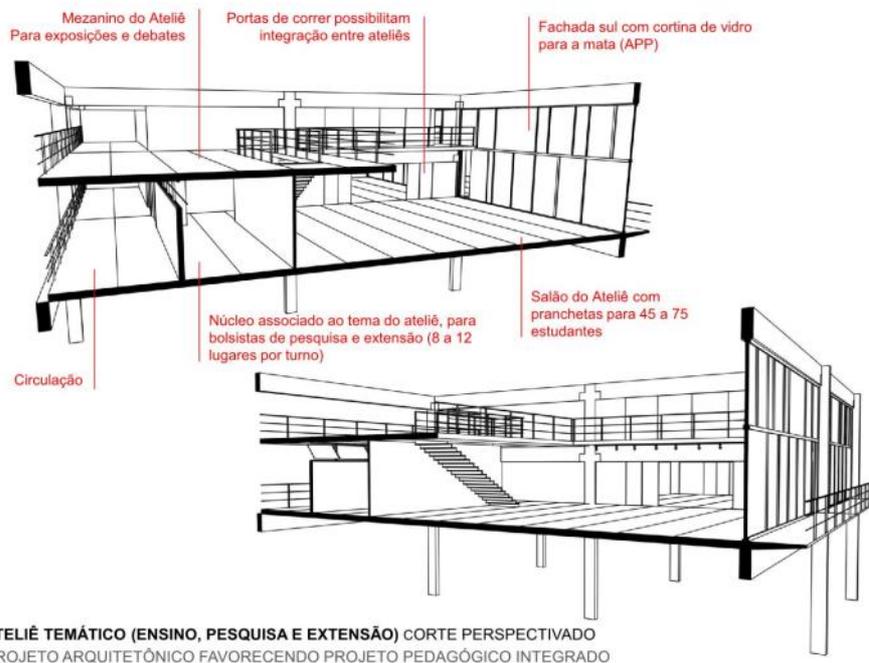
Estudo Preliminar completo do edificio disponível no site: [www.unifesp.br/campus/zonaleste](http://www.unifesp.br/campus/zonaleste)

Corte longitudinal



Corte transversal





- d. Ateliês
- e. Laboratórios de Ensino
- f. Oficinas
- g. Canteiros Experimentais
- h. Núcleos de pesquisa e extensão associados aos ateliês, laboratórios e oficinas
- i. Salas de aula
- j. Infraestrutura dos Programas de Extensão
- k. Teatros e auditórios
- l. Biblioteca
- m. Livraria e Papelaria
- n. Área esportiva e da saúde
- o. Restaurante Universitário e Agricultura urbana
- p. Áreas verdes e praças
- q. Secretarias acadêmicas e áreas administrativas
- r. Escritórios de professores e secretarias de cursos

- s. **Sistemas de água, esgoto, energia e monitoramento ambiental (visitáveis e de caráter pedagógico)**
- t. **Moradia Estudantil**
- u. **Creche municipal no Campus**

## 21. EMENTÁRIO

*[Não elaborado até o momento]*

## 22. REFERÊNCIAS

### Bibliografia:

- ABEA. Sobre a história do ensino de arquitetura no Brasil. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1977.
- ANDRADE, Carlos R.M. de. Pelos espaços do ensino. *Revista Arquitetura e Urbanismo* (5): 54-5, abr. 1986.
- ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo, Editora 34, 2002.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e Destino*. São Paulo, Ática, 2001.
- ARTIGAS, J.B. Vilanova. *Caminhos da Arquitetura*. São Paulo, Fundação Vilanova Artigas/PINI, 1986.
- ARTIGAS, J.B. Vilanova. *A Função Social do Arquiteto*. São Paulo, Nobel, 1985.
- ARTIGAS, J.B. Vilanova. Contribuição para o relatório sobre ensino de arquitetura e urbanismo. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. *Sobre a história do ensino de arquitetura no Brasil*. São Paulo, 1977.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA. *Caderno 20: anais do XV encontro nacional sobre ensino de Arquitetura e Urbanismo. Práticas pedagógicas no ensino de arquitetura e urbanismo*. Campo Grande, 1998.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA. *Caderno 23: anais do XVIII encontro nacional sobre ensino de Arquitetura e Urbanismo. Projeto político pedagógico*. Belo Horizonte, 2002a.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. *Sobre a história do ensino de arquitetura no Brasil*. São Paulo, 1977a.
- BARDI, Lina Bo. *Contribuição Propedêutica ao Ensino da Teoria da Arquitetura*. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1957.
- BAROSSO, Antonio Carlos. *Ensino de Projeto na FAU USP. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo*, 2005.
- BARROS, Francisco T. *Formação profissional na construção civil: experiências em busca da “desalienação” do trabalho*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012.
- BELL, Brian e WAKEFORD, Katie (editors). *Expanding Architecture: Design as Activism*. Nova York, Metropolis Books, 2008.
- BICCA, P. *Arquiteto a máscara e a face*. São Paulo: Projeto, 1984.
- BITTAR, W. S. M. *História da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://fau.ufrj.br>>. Acesso em: 23 maio 2009.
- BONDUKI, Nabil. *Habitação e Autogestão: Construindo Territórios da Utopia*. São Paulo, Fase, 1992.
- BOYER, Ernest L. and LEE, D. Mitgang. *Building Community: A New Future for Architecture Education and Practice*. The Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching, 1996.

- BRASIL. Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Diagnóstico das condições de ensino e pesquisa em arquitetura e urbanismo no Brasil. [Brasília]: MEC, 1974.
- BUITONI, Cassia S. Mayumi Watanabe de Souza Lima: A Construção do Espaço para Educação. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2009.
- DURAND, J. C. G. A profissão de arquiteto: estudo sociológico. Rio de Janeiro: CREA-GB, 1972.
- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Relatório sobre o Ensino de Arquitetura no Brasil UIA-Unesco.UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Sinopses: Memória.São Paulo, FAU, 1993.
- FENEA. Panorama dos Estágios em Arquitetura e Urbanismo. Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, 2014.
- FERRO, Sérgio. O Canteiro e o Desenho. São Paulo, Projeto, 1982.
- FERRO, Sérgio. Programa para pólo de ensino, pesquisa experimentação da construção (1994) em Arquitetura e Trabalho Livre. São Paulo, Cosac Naify, 2006.
- FERRO, Sérgio. Questão de método (1996) em Arquitetura e Trabalho Livre. São Paulo, Cosac Naify, 2006.
- FICHER, Sylvia. Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo. São Paulo: Ed. da USP, 2005.
- FICHER, Sylvia. Profissão de arquiteto e ensino de Arquitetura: mitos e perspectivas. Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação, São Paulo, p. 117-121, 1996. Edição especial.
- FRAGO, Antonio Viñao, ESCOLANO, Agustín. Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro, DP&A, 1998.
- FRANÇA, Vera Leite e. Origens e Evolução das Lutas pela Reforma do Ensino de Arquitetura e o Movimento Estudantil. Chão – Revista de Arquitetura, Rio de Janeiro, dez.1978/1979, no 4.
- GOLDHOORN, Bart (org.). Schools of Architecture. Rotterdam, Nai Publishers, 1996.
- GRAEFF, E. A. Um balanço crítico das lutas pelo novo currículo mínimo. Revista Projeto, São Paulo, n.54, 1983.
- GRAEFF, Edgar. Arte e Técnica na Formação do Arquiteto. São Paulo, Studio Nobel/Fundação Vilanova Artigas, 1995.
- GROAT, Linda e WANG, David. Architectural Research Methods. Nova York, John Wiley & Sons, 2013.
- GROPIUS, Walter. Bauhaus: Novarquitetura. São Paulo, Perspectiva, 1994.
- GUTIERREZ, Ester, MONTEIRO, A. M., MARAGNO, G. V., SANTOS JUNIOR, W. R.. A construção de um novo olhar sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: os 40 anos da ABEA. 1ª. ed. Brasília DF: ABEA, 2013.
- HALFEN, Vitor. Ensino, Estágio e Trabalho. Documento de debate no Seminário de Formação Política da FENEA, Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, 2014.
- HARDIN, ERIBES, POSTER (editors). From the Studio to the Streets: service-learning planning and architecture. Sterling, Stylus Publishing, 2006.
- HERTZERBERGER, Herman. Lições de arquitetura. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
-

- LEFÈVRE, Rodrigo. *Objetivos do ensino da Arquitetura e meios para atingi-los em Trabalho de Projeto*. São Paulo: FAU-USP, 1977.
- LEFÈVRE, Rodrigo. *Projeto de um acampamento de obra: uma utopia*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1980.
- LEITE, Maria Amélia. *A aprendizagem tecnológica do arquiteto*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005.
- LIMA, João Filgueiras. *O que é ser arquiteto: memórias profissionais de Lelé*. Rio de Janeiro, Recor, 2004.
- LOTUFO, Tomas. *Um novo ensino para outra prática: Rural Studio e Canteiro Experimental, contribuições para o ensino de arquitetura no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2014.
- MARICATO, Ermínia. *Formação e prática profissional do arquiteto: três experiências em participação comunitária*. *Revista de estudos regionais e urbanos: Espaço & Debates*, n. 8, 1983.
- MEIRA, Maria Elisa. *Da forma ao conteúdo: a educação de arquitetos e urbanistas no Brasil*. Projeto nº 177. São Paulo. . Projeto. 1994
- MILAN, Carlos. B. *O ateliê na formação do arquiteto*. São Paulo: Ed. da USP, 1962.
- MINTO, Fernando. *A experimentação prática construtiva na formação do arquiteto*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2009
- MONTEIRO, A. M. R. G. *O ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: a expansão dos cursos no estado de São Paulo no período de 1995 a 2005*. 2007. Tese de Doutorado. Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.
- MOREIRA, Suzana Maria. *O ensino de arquitetura e urbanismo nos anos 1970: a experiência da FAU de São José dos Campos*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1989.
- MOTTA, F. *Subsídios para relatório sobre ensino de arquitetura UIA - UNESCO, 1974*. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. *Sobre a história do ensino de Arquitetura no Brasil*. São Paulo, 1977.F
- OKMAN, Joan. *Architecture School: Three Centuries of Educating Architects in North America*. Cambridge: MIT Press, 2012.
- OPPENHEIMER, Andrea e HURSLEY, Timoty. *Rural Studio: Samuel Mockbee and an Architecture of Decency*. Nova York, Princeton Architectural Press, 2002.
- PALLERONI, Sergio. *Studio at a Large: Architecture in Service of Global Communities*. Seattle, University of Washington Press, 2004.
- PEARCE, Martin, TOY, Maggie (eds.). *Educating Architects*. New York, Academy Editions, 1995.
- PEARSON, J. *University-Community Design Partnerships: Innovations in Practice*. Nova York, Princeton Architectural Press, 2002.
- PINTO, Gerson Almeida. *A prática do projeto no ensino da arquitetura: investigação sobre algumas experiências, São Paulo 1958-85*. Dissertação de mestrado, Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, 1989.
-

- POMPEIA, Roberto. Os Laboratórios de Habitação no ensino de Arquitetura: uma contribuição ao processo de formação do arquiteto. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2006.
- POSSOMPÉS, Michel. La Fabrication du Projet. Méthode destinée aux étudiants des écoles d'architecture. Paris, Eyroles, 2013.
- PRONSATO, Sylvia. Para quem e com quem: ensino de arquitetura e urbanismo. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008.
- REBELLO, Yopanan. Contribuição para o ensino de estruturas nas escolas de arquitetura. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
- REIS FILHO, Nestor G. (Org.). 100 anos de ensino de Arquitetura e Urbanismo em São Paulo. São Paulo: USP, FAU, 1996.
- RIBEIRO, Demétrio. O ensino da arquitetura e a realidade profissional. Projeto nº 89. São Paulo. 1986.p.
- RONCONI, Reginaldo (org.). Canteiro experimental - 10 anos na FAU USP. São Paulo, FAU USP, 2008.
- RONCONI, Reginaldo. Inserção do Canteiro Experimental nas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.
- ROVATTI, J.; PADÃO, F. (Orgs.). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Faculdade de Arquitetura: 1952-2002. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- SALMERON, R. A universidade interrompida: Brasília 1964-1965. Brasília: Ed. da UnB, 1999.
- SANOFF, Henry. Commuty Participation Methods in Design and Planning. Nova York, John Wiley & Sons, 2000.
- SANTOS JR., Wilson Ribeiro. O currículo mínimo no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: 1969-1994. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2001.
- SANTOS JR., Wilson Ribeiro dos & AZEVEDO, Ricardo Marques de. FAU PUC-Campinas: Histórico das Mudanças Curriculares. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. II Seminário Sobre Currículo. Anais. PUC-Campinas, Campinas, 1996.
- SANTOS, Carlos Nelson dos. A Cidade como um jogo de cartas. São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- SANTOS, Roberto Eustaáquio dos. Atrás das Grades Curriculares: da fragmentação do currículo de graduação de arquitetura e urbanismo no Brasil. Dissertação de Mestrado, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.
- SCHLEE, Andrey R. (org.). Trajetória e estado da arte da formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia volume X: Arquitetura e Urbanismo. 1ª. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e CONFEA, 2010. v. X. 188p.
- SCHÖN, Donald A. Educando o Profissional Reflexivo: Um novo desenho para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre, ArtMed, 2000.
- SHAFFER, David Williamson. Understanding Design Learning: The design studio as a model for education. MIT Media Laboratory. Disponível em: [dws@media.mit.edu](mailto:dws@media.mit.edu)
- SOUZA LIMA, Mayumi Watanabe de. A Formação do Arquiteto, Ensino de Arquitetura e Mercado de Trabalho. Chão Revista de Arquitetura, Rio de Janeiro, 1978, no 3.
-

- SOUZA LIMA, Mayumi. *A Cidade e a Criança*. São Paulo, Nobel, 1989.
- SOUZA LIMA, Mayumi. *Arquitetura e Educação*. São Paulo, Nobel, 1985.
- SOUZA LIMA, Mayumi. *Prática-investigação: um processo de trabalho na FAU São José dos Campos*. IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, mimeo. Acervo MWSL, Fundação Perseu Abramo.
- STEVENS, Garry. *O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica*. Brasília, Unb, 2003.
- TSIOMIS, Yannis. *Matières de Ville. Projet Urbain et Enseignement*. Paris, Édition de la Villette, 2008.
- UIA/UNESCO. *Charter for Architectural Education*. Paris: UNESCO, UIA, 1996.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. *Relatório do Seminário de revisão e consolidação dos planos de ensino e abertura do projeto cultural do ICA/FAU*. Brasília, ICA/FAU, 1968.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. *Conclusões dos I,II, e III encontros de diretores, professores e estudantes de arquitetura em Belo Horizonte 1960, Salvador 1961 e São Paulo 1962*. São Paulo, FAU, 1962.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. “Forum” da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo a realizar-se no período de 12 a 14-11-1963. São Paulo, FAU, 1963.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *O primeiro Fórum de debates: 12 a 14 de novembro de 1963*. São Paulo, FAU, 1963.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Fórum de debates 1968: documentos e relatórios das comissões e sub-comissões*. São Paulo, FAU, 1969.
- UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. *A formação teórica do arquiteto*. Arq. Edgar A. Graeff, 1962.
- UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. *O projeto na formação do arquiteto*. Arq. Demétrio Ribeiro, 1962.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Escola de Arquitetura UFMG: 1930-1970*. Belo Horizonte, Serviço gráfico da Escola de Arquitetura, 1970.
- UNWIN, Simon. *Exercises in Architecture. Learning to think as an Architect*. Londres, Routledge, 2012.
- VILLÀ, Joan. *A Construção com componentes pré fabricados cerâmicos: Sistema construtivo desenvolvido em São Paulo entre 1984 e 1994*, Mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2002.
- VIOLOU, Jean-Louis (org.). *Quel Enseignement pour l'Architecture? Continuités et ouvertures*. Paris, Éditions Recherche, 1999.
- VULCÃO, Maria Goretti Vieira. *A construção do discurso de criação do “Curso -Tronco” de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília (1962-1963)*. Dissertação de mestrado em Arte, UnB, 2008.
- WICK, Rainer. *Pedagogia da Bauhaus*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- XAVIER, Alberto (org.). *Arquitetura Moderna Brasileira: Depoimento de uma geração*. São Paulo, PINI/ABEA/Fundação Vilanova Artigas, 1987.
- ZANETTINI, Siegbert. *O Ensino de Projeto na Área de Edificação*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1980.
-

Análise dos projetos pedagógicos de Arquitetura e Urbanismo das seguintes Instituições brasileiras:

- Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - USP
- Curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (São Carlos) da Universidade de São Paulo - USP
- Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Campinas - UNICAMP
- Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Pontifícia Universidade Católica de Campinas
- Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
- Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
- Curso de Arquitetura e Urbanismo da do Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade da Integração Latino-Americana - UNILA
- Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
- Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade (São Paulo)
- Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Tiradentes (Alagoas)

Análise dos projetos pedagógicos de Arquitetura e Urbanismo das seguintes Instituições estrangeiras:

*[em andamento]*

## 23. ANEXOS

### a. Documentos Orientadores para a Construção do PPPC

Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades da Unifesp. Aprovado no Consu e Conselho de Graduação entre 2014 e 2015.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Parecer CNE/CES nº 112/2005, aprovado em 06 de abril de 2005. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Resolução CNE/CES nº 6, de 2 de fevereiro de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências.

Parecer CNE/CES nº 255/2009, aprovado em 2 de setembro de 2009. Proposta de alteração da Resolução CNE/CES nº 6/2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, em decorrência de expediente encaminhado pela SESu/MEC.

Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006.

### b. Documentos Autorizativos do MEC e Unifesp para abertura do Curso

Aprovação da Implantação do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste no Conselho Universitário em 17 de dezembro de 2014.

Link:

[www.unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus\\_zona\\_lete/documentos/Institucional/Atas\\_Autorizativas/Consu/Ata\\_Consu\\_17-12-14.pdf](http://www.unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus_zona_lete/documentos/Institucional/Atas_Autorizativas/Consu/Ata_Consu_17-12-14.pdf)

Pactuação do IC e Campus Zona Leste com o MEC assinada em 18 de dezembro de 2014

Link:

[www.unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus\\_zona\\_lete/documentos/Institucional/Pactuacao/Pactuacao\\_Assinada.pdf](http://www.unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus_zona_lete/documentos/Institucional/Pactuacao/Pactuacao_Assinada.pdf)

Demais atas e aprovações:

Link:

[www.unifesp.br/campus/zonaleste/institucional/institucional-titulo/atas-autorizativas](http://www.unifesp.br/campus/zonaleste/institucional/institucional-titulo/atas-autorizativas)

Atas do Conselho Universitário (CONSU) da Unifesp

Ata de 08 de abril de 2015

Ata de 17 de dezembro de 2014

Ata de 12 de junho de 2013

Ata de 10 de abril de 2013

Atas do Conselho de Graduação (CG) da Unifesp

Ata de março de 2015

Ata de novembro de 2014

Ata de outubro de 2014

Ata de abril 2013

**c. Regulamento e Normas para elaboração do TCC**

*[Ainda não elaborado]*